

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – DHI
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPH

REGINA CÉLIA DAEFIOL

O Brado Universitário: “Um jornal feito sem pressa. E sem pressão?”
A imprensa estudantil como ação de microrresistência à ditadura militar na
Universidade Estadual de Maringá

MARINGÁ

2021

REGINA CÉLIA DAEFIOL

O Brado Universitário: “Um jornal feito sem pressa. E sem pressão?”
A imprensa estudantil como ação de microrresistência à ditadura militar na
Universidade Estadual de Maringá

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
Estadual de Maringá como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias

Maringá

2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

D122b

Daefiol, Regina Célia

O Brado Universitário : "Um jornal feito sem pressa. E sem pressão?" a imprensa estudantil como ação de microrresistência à ditadura militar na Universidade Estadual de Maringá / Regina Célia Daefiol. -- Maringá, PR, 2021.

178 f.: il., figs.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2021.

1. Ditadura Militar - Movimento estudantil. 2. Movimento estudantil - Universidade Estadual de Maringá (UEM). 3. Imprensa estudantil. 4. Imprensa alternativa. I. Dias, Reginaldo Benedito, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 23.ed. 371.81

REGINA CÉLIA DAEFIOL

O BRADO UNIVERSITÁRIO: “UM JORNAL FEITO SEM PRESSA. E SEM PRESSÃO?” A IMPRENSA ESTUDANTIL COMO AÇÃO DE MICRORRESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias
Presidente/Orientador



Prof. Dr. Guilherme Tadeu de Paula
Membro Convidado (UNIFESP)

Prof. Dr. Sidnei José Munhoz
Membro Corpo Docente (UEM-PPH)

Maringá
2021

Aos que perderam a vida para a covid 19 entre 2020 e 2021, num Brasil governado pelo obscurantismo e por inimigos da Ciência. A História reservará a esse governo o lugar que merecem os que se posicionam ao lado da barbárie.

AGRADECIMENTOS

Encerro essa caminhada tão desafiadora e enriquecedora com um sentimento imenso de gratidão. E com a certeza de que as disciplinas cursadas, o diálogo com os colegas e professores, a pesquisa e a escrita desta dissertação me transformaram e abriram novas perspectivas de compreensão do presente. Minha gratidão às pessoas que me acompanharam nessa trajetória é infinita.

Em primeiro lugar, agradeço à minha família. Ao meu companheiro de vida Dirceu, por ter sempre me incentivado, inspirado e segurado a barra nos momentos em que me ausentei, imersa na solidão da pesquisa e da escrita. Aos meus filhos, presentes maravilhosos que a vida me deu e que sempre me apoiaram neste projeto: Marília, doce companheira de todas as horas e revisora da minha escrita; Pedro, sempre compreensivo e ao meu lado para dizer, a seu modo, que eu chegaria lá! Aos meus pais, Luiz e Maria, por serem minha base e terem, sempre, acreditado no meu potencial. Aos meus irmãos, Osvaldo, Luciana e Rogério, por compartilharem a vida comigo e terem ajudado a me tornar quem sou. Às minhas cunhadas e cunhados, sobrinhas e sobrinhos: uma grande família é vida que pulsa!

Agradeço imensamente ao amigo e orientador Reginaldo Benedito Dias. Sua generosidade em compartilhar conhecimento, documentos e fontes de pesquisa, sua sempre pronta orientação e disponibilidade para o diálogo foram faróis a guiar minha caminhada.

Gratidão também ao professor Angelo Priori, por orientar meus primeiros passos na pesquisa do tema desta dissertação durante o Projeto de Iniciação Científica (PIC), ainda na graduação em História. Ao professor Sidnei Munhoz, pela generosidade com que fez a leitura do meu trabalho na Qualificação e pelas sugestões de alterações que ajudaram a dar mais clareza e força ao conteúdo. Ao professor José Henrique Rollo, pelas observações sagazes sobre a maneira de analisar o contexto local em relação ao geral na pesquisa, frisando a importância de pensar o passado formulando hipóteses. Ao professor Guilherme Tadeu de Paula, pela gentileza em aceitar o convite para compor a banca examinadora e pelas reflexões em mim despertadas por suas provocações nas sessões do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (LabTempo) da UEM.

À amiga Silvia Calciolari, pela generosidade e disposição em ler meu texto e sugerir melhorias que contribuíram imensamente para o trabalho. À amiga Alessandra Pajolla, minha fonte de inspiração quando decidi voltar, depois de 27 anos, à vida

acadêmica. À amiga Giovana Mantovani, companheira de estudos e de debates acadêmicos desde a graduação. Aos amigos João Paulo, Valéria e Mônica, pelo incentivo e pela confiança incondicional nas minhas potencialidades. Aos companheiros do LabTempo da UEM, que me proporcionaram muitos momentos de reflexão graças aos enriquecedores debates estabelecidos nas reuniões.

Aos ex-acadêmicos de Direito da UEM e editores de *O Brado* Edilson Pereira dos Santos e Laércio Souto Maior, não só pela disposição em conceder seus depoimentos, mas também pela generosidade de fornecer os exemplares do jornal que foram a base da minha pesquisa.

“Ouça um bom conselho, que eu lhe dou de graça: inútil dormir que a dor não passa.”

(Chico Buarque)

RESUMO

A imprensa estudantil, vertente da imprensa alternativa, foi uma potente manifestação de resistência à ditadura militar dentro das universidades. Neste segmento localiza-se a fonte documental que é objeto de estudo desta dissertação: o jornal *O Brado Universitário*, produzido entre 1973 e 1976 pelo Diretório Acadêmico Nelson Hungria, que representava os estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Estadual de Maringá (UEM). A produção do informativo foi uma estratégia de resistência possível no período mais duro da ditadura militar, uma forma de o movimento estudantil da UEM se fazer representar na arena política diante do recrudescimento da repressão e da vigilância. Para contextualizar o período estudado, este trabalho parte da análise da atuação da grande imprensa no período imediatamente anterior ao golpe de 1964 e durante a ditadura, tendo como contraponto a postura adotada pela imprensa alternativa. Apesar de ter construído em torno de si uma memória de luta contra o autoritarismo e pelos valores democráticos, a imprensa comercial apoiou o golpe civil-militar e assumiu posições que variaram do apoio aberto à complacência com a ditadura. Por fim, por questões de cunho conjuntural, acabou por se alinhar à oposição. A imprensa alternativa, assim como a estudantil, ao contrário, adotou uma postura de confronto à ditadura e de denúncia dos abusos e crimes cometidos no período. O segundo capítulo busca demonstrar de que forma o movimento estudantil foi atingido pelo golpe de 1964 e as novas táticas de resistência adotadas na década de 1970 para fazer frente à repressão violenta e à perseguição a lideranças estudantis dentro das universidades. O terceiro capítulo traz uma contextualização do movimento estudantil na UEM e a análise de três edições de *O Brado Universitário*, as de número 8, 9 e 10. No quarto capítulo são analisadas as duas últimas edições compiladas para a pesquisa, as de número 11 e 12, e as circunstâncias que levaram ao fim do jornal estudantil. Esta dissertação apresenta como tese central a ideia de que os estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Estadual de Maringá empreenderam uma ação política de “microrresistência” (MÜLLER, 2010) ao produzir um jornal com conteúdo crítico à ditadura, num momento em que a violência da repressão impedia manifestações públicas de protesto e de discordância com o governo autoritário.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Movimento Estudantil. Imprensa Estudantil. Imprensa Alternativa. Universidade Estadual de Maringá.

ABSTRACT

The student press, a branch of the alternative press, was a powerful resistance expression to the military dictatorship within the universities. In this segment, it is located the documental source that is the study object of this thesis: the newspaper *O Brado Universitário*, produced between 1973 and 1976 by the Nelson Hungria Academic Directory, which represented the Law School students of the State University of Maringá (UEM). The newspaper production was a possible resistance strategy during the toughest period of the military dictatorship, a way for the UEM student activism to be represented in the political arena in the face of resurgence of repression and surveillance. In order to put the period studied into context, this paper starts, in the first chapter, with the analysis of the performance of the mainstream press in the period immediately prior to the 1964 coup and during the dictatorship, having the posture adopted by the alternative press as a counterpoint. Despite having built around it a memory of fighting authoritarianism and democratic values, the commercial press supported the civil-military coup and took positions that ranged from open support to complacency with the dictatorship. Finally, conjunctural issues, it ended up aligning itself with the opposition. The alternative press, as well as the student one, on the contrary, adopted a posture of confronting the dictatorship and denouncing the abuses and crimes committed during the period. The second chapter seeks to demonstrate how the student activism was affected by the 1964 coup and the new resistance tactics adopted in the 1970s to face the violent repression and student leaders persecution within universities. The third chapter puts the UEM student activism into context and brings the analysis of three editions of *O Brado Universitário*, number 8, 9 and 10. The fourth chapter analyzes the last two editions compiled for the research, number 11 and 12, and the circumstances that led to the end of the student newspaper. This paper presents as its central thesis the idea that students at the State University of Maringá Law School undertook a political action of “microresistance” (MÜLLER, 2010) by making a newspaper with critical content of the dictatorship, at a time when repressive violence prevented public demonstrations of protest and disagreement with the authoritarian government.

Keywords: Military Dictatorship. Student Activism. Student Press. Alternative Press. Universidade Estadual de Maringá.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Capa da edição nº 8, abril de 1975.....	85
Figura 2- Laércio Souto Maior na prisão do Ahú, em Curitiba. Da esquerda para a direita, Laércio Souto Maior, João Alberto Einecke, Ceslau Raul Karniewski e Pedro Agostinetti Preto.....	100
Figura 3- Capa da edição nº 10, março de 1976	104
Figura 4- Ilustração do artigo <i>Os problemas da elitização</i> , página 5, edição nº 10, março de 1976	107
Figura 5- Ilustração do artigo <i>O trote é um 'trote'</i> , página 16, edição 10, março de 1976	109
Figura 6- Ilustração do artigo <i>Parabéns prá você</i> , página 3, edição nº 10, março de 1976	112
Figura 7- Ilustração do artigo <i>O preço da justiça</i> , página 15, edição nº 10, março de 1976	116
Figura 8- Capa da edição número 11, abril de 1976.....	123
Figura 9- Ilustração do artigo <i>Processamento de Dados: estudantes acusam vice-reitor</i> , página 4, edição nº 11, abril de 1976.....	125
Figura 10 - Ilustração do artigo <i>Banqueiro omite bancários</i> , página 3, edição nº 11, abril de 1976	138
Figura 11- Capa da edição nº 12, maio de 1976	148
Figura 12- Capa da edição nº 9, novembro de 1975.....	153
Figura 13- Charge do artigo <i>A universidade ao alcance de poucos</i> , página 5, edição nº 9, novembro de 1975	154
Figura 14- Charge publicada na página 8, edição nº 9, novembro de 1975	155
Figura 15- Charge publicada na página 2 da edição nº 10, março de 1976.....	157
Figura 16- Charge publicada na página 10 da edição nº 10, março de 1976.....	158
Figura 17 - Charge publicada na página 11 da edição nº 10, março de 1976.....	159
Figura 18 - Charge publicada na página 12 da edição nº 10, março de 1976.....	160
Figura 19- Charge publicada na página 7 da edição nº 11, abril de 1976	162
Figura 20 - Quadrinhos publicados na página 14 da edição nº 11, abril de 1976	162

Figura 21- Charges publicadas na página 16 da edição nº 11, abril de 1976	164
Figura 22- Charge publicada na página 12 da edição nº 12, de maio de 1976.....	166

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5	Ato Institucional Número 5
ALN	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
APML	Ação Popular Marxista-Leninista
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASI	Assessoria de Segurança e Informações (UEM)
CA	Centro Acadêmico
Carsi	Centro Acadêmico Roberto Simonsen
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COPERTIDE	Comissão Permanente de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (UEM)
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Fundação Getúlio Vargas)
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
Crusp	Conjunto Residencial da USP
DACCBS	Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Dace	Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Exatas
Dacese	Diretório Acadêmico do Centro de Estudos Socioeconômicos
Dacla	Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Dacte	Diretório Acadêmico do Centro de Tecnologia
Darsi	Diretório Acadêmico Roberto Simonsen
DCE	Diretório Central de Estudantes
DA	Diretório Acadêmico
DANH	Diretório Acadêmico Nelson Hungria
DL 477	Decreto-Lei 477
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
DEE	Diretório Estadual dos Estudantes
DNE	Diretório Nacional dos Estudantes
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

ECA	Escola de Comunicações e Artes
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
ESG	Escola Superior de Guerra
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IES	Instituições de Ensino Superior
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PM	Polícia Militar
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RU	Restaurante Universitário
SNI	Serviço Nacional de Informações
STF	Supremo Tribunal Federal
UNE	União Nacional de Estudantes
UEE	União Estadual de Estudantes
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UPE	União Paranaense dos Estudantes
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1: A IMPRENSA CORPORATIVA QUE APOIA X A IMPRENSA ALTERNATIVA QUE SE OPÕE.....	30
1.1 O colaboracionismo da grande imprensa	33
1.2 A imprensa alternativa e a oposição à ditadura.....	41
CAPÍTULO 2: O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A DITADURA MILITAR... 49	
2.1 Geisel chega ao poder.....	59
2.2 A imprensa estudantil nos anos 1970	63
CAPÍTULO 3: O BRADO DOS ESTUDANTES	74
3.1 O movimento estudantil universitário em Maringá.....	74
3.2 Crítica política e irreverência	79
3.3 Moderado. Mas nem tanto	84
3.4 Simpatia por Geisel x senso crítico	90
3.5 Edição 10, o marco da virada	96
3.5.1 Não à elitização da universidade.....	103
3.5.2 Dedo em riste contra o autoritarismo	110
CAPÍTULO 4: O OCASO DE UMA AÇÃO DE MICRORRESISTÊNCIA.....	120
4.1 Reforma interna acende o sinal de alerta.....	122
4.2 Vigilância e censura sob ataque.....	129
4.3 A temperatura sobe.....	133
4.4 A reforma da UEM e o fim do <i>Brado</i>	139
4.5 A resistência nos traços da charge.....	150
CONCLUSÃO.....	168
REFERÊNCIAS	173

INTRODUÇÃO

Não é pequeno o desafio para o historiador ou a historiadora que tem seu objeto de pesquisa localizado na ditadura militar, período da história brasileira recente que está entre os mais estudados e sobre o qual já foram produzidas inúmeras obras. A qualidade dos trabalhos publicados e a complexidade do momento político e institucional daquele período tornam o desafio ainda maior. Acrescente-se a essas questões o contexto em que foi realizada a pesquisa que resultou nesta dissertação, caracterizado por intensa polarização política e por discursos revisionistas e negacionistas ultraconservadores sobre a ditadura militar. Tal situação de trabalho exigiu, além de fidelidade à metodologia, atenção redobrada para não incorrer no anacronismo.

O fazer histórico é uma ação que se dá no presente, a partir do olhar que o historiador lança ao objeto de estudo localizado num tempo já transcorrido. E enquanto tempo já vivido, o passado não pode ser enquadrado nas balizas do presente, devendo o historiador olhar para ele com a consciência de que sua visão é retrospectiva. Thompson concebe a História como processo da vida dos seres humanos e das relações que estabelecem entre si e com a natureza, por meio do trabalho. Essas relações que homens e mulheres desenvolvem em sua vida material são por ele classificadas como “relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares” (THOMPSON, 1981, p. 111). Entender esse processo significa compreender, por meio de evidências e vestígios do passado, como homens e mulheres pensaram e agiram num determinado contexto e sob determinadas condições.

Estudar um tema da história recente, como é o caso da resistência à ditadura militar, impõe desafios específicos, mas também abre diferentes possibilidades. Se, por um lado, a proximidade temporal dos acontecimentos analisados – característica intrínseca à História do Tempo Presente – apresenta ao historiador o desafio de lidar com a ausência de distanciamento, por outro, abre a oportunidade de olhar e analisar diversas possibilidades de “fechamento” da história que se desenrola. Estar imerso nessa história que se desenrola obriga o historiador a sair da zona de conforto do “já acontecido”, obrigando-o a alargar sua visão e sua análise considerando as possibilidades do que ainda está em aberto.

Tendo isso tudo em mente, formulamos a ideia de estudar a imprensa estudantil como ação de resistência possível durante os “anos de chumbo” da ditadura militar que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985. É na imprensa estudantil, vertente da imprensa

alternativa, que se localiza o objeto de estudo que constituiu a espinha dorsal da pesquisa que resultou nesta dissertação: o jornal *O Brado Universitário*, produzido entre 1973 e 1976 pelo Diretório Acadêmico Nelson Hungria (DANH), que representava os estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Estadual de Maringá (UEM). O periódico, até a realização desta pesquisa, não havia sido estudado como fonte específica, apesar de já ter sido mencionado em livros sobre a história do movimento estudantil da UEM e sobre as organizações de esquerda de Maringá ¹.

Primeiramente, dirigimos o olhar para a atuação da grande imprensa, a imprensa comercial, que, apesar de ter construído em torno de si uma memória de luta contra o autoritarismo e pelos valores democráticos, apoiou abertamente o golpe de Estado de 1964 e no período autoritário assumiu posições que variaram do apoio aberto à complacência com o regime. Depois, por questões de cunho conjuntural, acabou por se alinhar à oposição. O próximo passo foi entender como se deu a atuação da imprensa alternativa, que adotou uma postura diametralmente oposta à da grande imprensa e se tornou um símbolo da resistência à ditadura militar.

Analisar a atuação da imprensa alternativa exigiu, do ponto de vista metodológico, observar algumas especificidades que a diferenciam da grande imprensa. Trata-se de uma fonte que não possui a mesma periodicidade, alcance, padrão de notícias, forma de apresentação e público que a grande imprensa, especialmente a imprensa alternativa produzida por grupos e movimento sociais, como é o caso da imprensa estudantil. Porém, essa especificidade faz dela uma fonte privilegiada porque

nos traz muito das ideias e da visão de mundo dos grupos que representa. A análise de seus artigos, editoriais e reportagens principais revela-se extremamente rica para a história das ideias [...] nos dá a visão desses movimentos sobre eles próprios, a sociedade e a época em que vivem. Ela nos mostra suas ideias, suas propostas, suas concepções políticas originais; ela nos ajuda a definir os contornos dessa cena política alternativa e, sobretudo, ela nos dá a dimensão do processo de formulação dessas concepções políticas. Esse tipo de imprensa nos permite, mais do que qualquer outra, perceber a tentativa de construção das identidades políticas fragmentadas – marca [...] dos anos 1970 no Brasil e no mundo.” (ARAÚJO, 2000, p. 32-33)

¹ O jornal é mencionado em pelo menos duas obras do historiador Reginaldo Benedito Dias: *Uma universidade de Ponta-Cabeça* (2008 – 2ª edição) e *A face esquerda da cidade* (2018), além de artigos publicados pelo autor.

Poder lançar um olhar sobre o passado traumático da ditadura militar no Brasil a partir de uma fonte com as características do jornal estudantil *O Brado Universitário* trouxe perspectivas revigorantes para essa pesquisa e tornou mais instigante o desafio. Os depoimentos de personagens que participaram do processo de produção do periódico complementaram o trabalho. A memória desses sujeitos históricos nos auxiliou no estabelecimento de sentido a certos materiais analisados e na recriação do clima vivido pelos estudantes na época.

Aqui se faz necessário discorrer um pouco mais sobre a categorização das publicações produzidas pela imprensa estudantil, uma vertente da chamada imprensa alternativa. Por imprensa alternativa entende-se o conjunto de publicações que não só levavam ao público informações não divulgadas pela grande imprensa, mas também davam um enfoque muitas vezes radicalmente oposto ao da mídia tradicional aos fatos e temas do período (KUCINSKI, 1991). Essas publicações ficaram conhecidas como *nanicas*, termo criado e disseminado por publicitários, em função do formato tabloide da maioria dos jornais alternativos.

Durante a ditadura, a produção da imprensa alternativa e o número de publicações com esse perfil foram muito expressivos. Entre 1964 e 1980 surgiram e desapareceram cerca de 150 periódicos. A partir do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, a imprensa alternativa se multiplicou, mesmo com as medidas de exceção, que representaram um severo golpe na liberdade de expressão. Tanto a grande imprensa quanto os *nanicos* passaram a atuar dentro de novos padrões de vigilância. Porém, havia uma grande diferença: enquanto os donos dos grandes veículos de comunicação apoiavam o regime para defender seus interesses corporativos, o que resultou num verdadeiro fechamento do espaço para o exercício do jornalismo crítico, a imprensa *nanica* enfrentou a censura, estampando em suas páginas justamente o que a ditadura tentava calar.

Os limites impostos pelo AI-5 foram mais tarde aprofundados por meio da censura prévia aos veículos de comunicação, instituída pelo Decreto-Lei nº 1.077, de 21 de janeiro de 1970. A presença dos censores nas redações dos grandes jornais acabou por criar uma cultura de autocensura, que, indiretamente, prestou um grande serviço ao projeto de silenciamento das vozes dissonantes que vinha sendo aprofundado pelos militares. Houve períodos de aberta colaboração da imprensa comercial com a ditadura, certamente muito em função da pressão exercida pela censura prévia, mas, principalmente, pelo fato de que a grande maioria dos proprietários dos veículos de

comunicação apoiou tanto a ditadura quanto o golpe de Estado que a implantou, de olho nos benefícios futuros que poderiam ser auferidos.

No período imediatamente anterior ao golpe de Estado de 1964, a imprensa teve atuação preponderante na campanha de desestabilização que culminou com a deposição do governo de João Goulart (1961-1964). Foi decisiva a participação da grande imprensa na divulgação e na popularização da ideologia disseminada pelo complexo IPES/IBAD, que tinha por objetivo criar diante da opinião pública a imagem do Brasil como um país que se via sob a ameaça iminente do comunismo e à beira de um caos político e econômico ao qual o governo Goulart não conseguia reagir.

Analisado sob a perspectiva de René Armand Dreifuss (1981), que defende que o golpe de 1964 tratou-se de um golpe de classe, o posicionamento político da grande imprensa se alinhou com as elites que conspiraram contra o governo constitucionalmente empossado e contra as reformas de base preconizadas por Goulart, que seriam encampadas como bandeira pelos movimentos sociais e de trabalhadores no período imediatamente anterior a março de 1964.

A grande maioria dos veículos de comunicação manteve essa posição política após o golpe de Estado, apoiando abertamente o regime autoritário imposto pelos militares. Só se colocaram como oposição a partir do momento em que as medidas de exceção impostas pelo AI-5 e a repressão se aprofundaram e multiplicaram-se as denúncias de violações dos direitos humanos cometidas pelo regime, tornando insustentável qualquer tipo de apoio. A morte, sob tortura, do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, em 1975, acabou por derrubar qualquer possibilidade de manutenção de uma posição de apoio à ditadura.

Houve muitos momentos em que a imprensa foi complacente com a violência do regime, especialmente quando divulgava notícias falsas repassadas pelos órgãos de repressão. Em outros períodos a grande imprensa foi conivente com medidas tomadas pelo governo autoritário, e, por conta disso,

o regime militar nunca precisou criar seu próprio veículo de persuasão. Frequentemente, os jornais resvalavam para o colaboracionismo veiculando notícias plantadas pela polícia sobre **fugas ou atropelamentos** de presos políticos, indiscriminadamente chamados de **terroristas**. (KUCINSKI, 1991, p. 46, grifos do autor)

Seja em função do tacho da censura, da autocensura ou da conivência, a imprensa corporativa adotou a postura de ignorar, por um tempo gravemente longo, a prática de

tortura pelos órgãos de repressão, bem como os processos que tramitavam no âmbito da justiça militar, para não retratar o preso político como vítima. Com algumas exceções pontuais, os veículos de comunicação adotaram uma política de omissão diante de relatos e denúncias de tortura (KUCINSKI, 1991).

Este cenário todo abriu frentes para o espírito irreverente e contestador da imprensa alternativa, especialmente a partir dos anos 1970, momento em que se tornou uma espécie de “sucessora da imprensa panfletária dos pasquins e da imprensa anarquista, na função social de criação de um espaço público reflexo, contra-hegemônico” (KUCINSKI, 1991, p. 10). Atacando diretamente o regime autoritário, a

imprensa alternativa escreveu, desenhou e publicou o que os demais jornais jamais escreveriam, desenhariam ou publicariam. Driblou a censura, satirizou os valores e a moralidade imposta pelo exército, teve seus articuladores presos e, ainda assim, sobreviveu à brutalidade da máquina repressora. (BESAGIO, 2017, p. 58)

A partir de 1974 teve início uma intensa produção de periódicos alternativos – que Kucinski chama de “segunda onda” dos *nanicos* – com o surgimento de projetos que ficaram marcados na história, como os jornais *Versus* e *Movimento*. A partir de 1975, a imprensa alternativa se desenvolveu para além das capitais, espalhando-se por diversos estados brasileiros, e uma nova geração de jornalistas começou a atuar neste segmento, o que contribuiu para ampliar e diversificar as temáticas abordadas (BRASIL, 2007).

Neste momento, os jornais alternativos passaram a desempenhar um importante papel no cenário político brasileiro, pois não eram apenas “símbolos de resistência da sociedade civil ao autoritarismo, ou expressão de um movimento ou uma articulação de resistência: eles eram a própria resistência” (KUCINSKI, 1991, p. 52). As publicações nanicas prosperavam e se multiplicavam no vácuo do silêncio da grande imprensa sobre os abusos e as torturas praticadas nos porões do regime e do apoio que os grandes veículos davam às medidas econômicas do governo militar.

Assim, apesar de sua natureza essencialmente jornalística, a imprensa alternativa acabou se tornando o principal espaço de reorganização política e ideológica das esquerdas nas condições específicas do autoritarismo. Por isso, o surto alternativo adquire uma importância que extravasa sua aparência como conjunto de jornais ou como criação ideológico-cultural.” (KUCINSKI, 1991, p. 7)

A imprensa estudantil, vertente da imprensa alternativa, também registrou grande prosperidade na década de 1970, entrando num período de efervescência e muita

produção. Alguns importantes jornais do movimento estudantil, como os da União Nacional de Estudantes (UNE) e da União Estadual de Estudantes de São Paulo (UEE/SP) foram desaparecendo na medida em que as entidades, que passaram a atuar na clandestinidade a partir de 1964, foram perdendo sua capacidade de atuação massiva por conta do cerco da repressão política. Mas, a partir de 1972, teve início uma destacada produção de jornais de Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) e Diretórios Acadêmicos (DAs) de instituições de ensino superior em várias partes do país, sendo 1973 o ano em que essa produção registrou o maior crescimento (MÜLLER, 2010). Foi justamente nesse ano que surgiu *O Brado Universitário* na Universidade de Maringá.

Também em 1973, no mês de março, surgiu o jornal estudantil *Poeira* [inicialmente, *Levanta, sacode a poeira e dá volta por cima*, nome inspirado na música de Paulo Vanzolini], criado por um grupo de oposição à diretoria do DCE da Universidade Estadual de Londrina (UEL), então dirigido por uma frente de direita que tinha ligações com a ARENA, partido de sustentação da ditadura militar (FELISMINO, 2016). O jornal tornou-se um símbolo da liberdade de expressão e da luta contra a repressão na ditadura militar durante os anos de chumbo.

Para compreender a articulação do movimento estudantil da UEM como força de resistência à ditadura é preciso considerar o contexto em que a instituição nasceu. Criada em 1969, durante os “anos de chumbo”, a universidade surgiu em meio a um clima de forte repressão e vigilância instalado no ambiente universitário por meio de instrumentos legais criados pela ditadura e do colaboracionismo de muitos dirigentes. Por esta razão, o movimento estudantil da UEM se articulou por meio de novas táticas e estratégias de resistência.

Este trabalho pretende demonstrar que a produção do jornal *O Brado Universitário* foi uma estratégia encontrada pelos estudantes “para se fazer representar na arena política” (MÜLLER, 2010), diante da impossibilidade de realizar ostensivas manifestações de oposição e resistência por causa do recrudescimento da repressão. Por meio da análise dos materiais publicados pelo jornal, o objetivo é demonstrar que *O Brado Universitário* pode ser caracterizado como uma ação de “microrresistência” (MÜLLER, 2010) dos estudantes da UEM entre os anos de 1975 e 1976, período estudado.

A ideia de microrresistência é utilizada neste trabalho para caracterizar uma estratégia de ação de resistência possível naquele contexto de repressão violenta ao movimento estudantil por parte da ditadura militar. Não traz, portanto, qualquer sentido de uma ação menor, menos efetiva ou mais restrita. Pelo contrário, busca reforçar a

eficácia da imprensa estudantil como estratégia de resistência por ter sido uma ação política que a repressão não conseguiu reprimir como fez com as manifestações de rua ocorridas até 1968. É certo que a produção da imprensa estudantil foi vigiada muito de perto na década de 1970, mas a ditadura jamais conseguiu silenciá-la. Impossibilitado de ir para a rua, o movimento estudantil encontrou na produção de jornais e outros periódicos o meio de dar continuidade à luta política de resistência e à mobilização. A imprensa estudantil, portanto, tornou-se uma importante arena política naquele momento.

Além do *Brado*, circulou também na UEM o jornal *O Grito Universitário*, produzido pelo Diretório Acadêmico do Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia, que teve curta duração. O *Brado* tornou-se objeto de estudo deste trabalho por ter tido maior destaque e tempo de duração. Na pesquisa foram analisadas cinco edições do jornal: nº 8, ano III, de abril de 1975; nº 9, ano III, de novembro de 1975; nº 10, ano IV, de março de 1976; nº 11, ano IV, de abril de 1976; e nº 12, ano IV, de maio de 1976. Além de temas relacionados à universidade, como a defesa da gratuidade e críticas aos aumentos das anuidades e ao processo de elitização do ensino superior, *O Brado* tratava também de assuntos que afetavam a sociedade como um todo, como as medidas repressivas do AI-5, a pobreza, a fome, o baixo valor do salário mínimo.

Por não existir um arquivamento público ou oficial do jornal, nem por parte da Universidade Estadual de Maringá e nem do Diretório Acadêmico Nelson Hungria, os exemplares analisados foram obtidos em arquivos particulares mantidos por dois ex-alunos do curso de Direito, que participaram da produção do jornal: o jornalista, escritor e dramaturgo Edilson Pereira dos Santos, e o jornalista, escritor, professor e advogado Laércio Souto Maior. Por essa razão, não foi possível ter acesso a todas as edições produzidas, uma vez que apenas algumas delas foram preservadas nesses arquivos particulares.

Como a pesquisa se deparou com a impossibilidade de acessar o total de edições produzidas durante o período em que o jornal circulou, a estratégia de trabalho adotada foi analisar o material disponível, que consideramos uma amostragem robusta, uma vez que o jornal teve apenas 12 edições ao longo de quatro anos de existência. Considerando a perspectiva de Pierre Nora (1984) de que os documentos têm o valor a eles atribuídos pelo olhar do historiador/a que os analisa como representação de ideias de uma determinada época, é possível afirmar que trabalhamos com uma amostragem significativa e representativa daquele momento em que os estudantes buscavam novas estratégias de ação política. Cada um dos exemplares obtidos foi lido, as

matérias/reportagens foram tabuladas de acordo com os temas abordados e posteriormente analisadas.

Além das fontes escritas, a pesquisa também se valeu das fontes orais. Os testemunhos são especialmente valorizados nos estudos da História do Tempo Presente porque uma das características desse tipo de história é a possibilidade de o historiador contar com a memória dos sujeitos históricos que viveram o passado que ele estuda. Essa memória viva é de grande valia por permitir conhecer “dados sobre o período e sobre o tema em estudo inexistentes em arquivos e em documentos de outra natureza, como os textos escritos e iconográficos”. (MÜLLER, 2010, p. 26).

O uso dos mais variados tipos de fontes na pesquisa histórica “foi conquista gradual dos historiadores; verificou-se à medida que a Historiografia expandia seus limites no decurso do século XX” (BARROS, 2012, p. 131). O conceito de fonte/documento foi se tornando cada vez mais abrangente, englobando mais materiais e até mesmo referências imateriais – como repertório de gestos, de moda, do folclore, entre outros – que pudessem fornecer informações, evidências e discursos passíveis de análise pelo historiador. Portanto, a historiografia trabalha hoje com um conceito ampliado e complexo de fonte histórica (BARROS, 2012).

As entrevistas com os dois ex-acadêmicos de Direito que participaram da produção do jornal *O Brado Universitário* foram realizadas tanto presencialmente quanto por meio de aplicativo de mensagens via internet (Messenger), com a apresentação de questionário. Em primeiro lugar, foram apresentadas questões diretas sobre a produção do jornal; na sequência, abriu-se espaço para colocações livres dos entrevistados sobre o tema da entrevista, com o objetivo de levantar relatos de acontecimentos e impressões sobre fatos e situações que envolveram a produção do periódico. Essa metodologia foi utilizada tanto nas entrevistas via aplicativo de mensagens, quanto na única entrevista presencial realizada.

O meio eletrônico foi uma ferramenta fundamental para viabilizar as entrevistas da pesquisa, uma vez que o Brasil vivia, no período compreendido entre março de 2020 e agosto de 2021, data da finalização desta dissertação, a grave pandemia do coronavírus. Por conta da omissão do governo do presidente Jair Bolsonaro, que, entre outras atitudes, recusou a compra de vacinas em tempo hábil de conter a pandemia e disseminou informações falsas sobre medicamentos ineficientes no tratamento da covid-19, 566.013 brasileiros haviam perdido a vida e 20.249.176 pessoas haviam sido contaminadas com a doença até o fechamento deste trabalho, em 12 de agosto de 2021. Tal contexto exigiu

que os protocolos sanitários, incluindo o distanciamento social, fossem rigorosamente observados e o diálogo com os entrevistados por meio de mensagens eletrônicas foi o único recurso seguro para dar à continuidade pesquisa.

A realização de entrevistas por meio eletrônico impõe alguns desafios específicos. Como lembra Almeida, o entrevistado precisa “ter capacidade de redação, articulando ideias e construindo argumentação” (2012, p.14). Este obstáculo foi facilmente transposto na presente pesquisa, uma vez que os dois entrevistados têm grande familiaridade com a produção textual em virtude de suas profissões (os dois atuam no jornalismo e são também escritores). Outra questão a ser considerada é que uma entrevista por meio eletrônico pode carecer da espontaneidade observada durante uma entrevista presencial. Porém, como muito bem observa Almeida, é preciso considerar que numa entrevista presencial “o depoente também tem sua fala inibida pelo gravador, como equipamento, e pela gravação como um documento que, de algum modo pode comprometê-lo” (2012, p.14). Portanto, tanto uma quanto outra apresentam desafios que devem ser contornados pelo pesquisador/entrevistador durante o trabalho de pesquisa.

Nas entrevistas por meio do aplicativo de mensagens (Messenger), as perguntas e as respostas dos depoentes foram registradas em arquivos de texto, com informações sobre data e horário da realização da entrevista. O ex-acadêmico Laércio Souto Maior foi entrevistado pessoalmente em dezembro de 2017, momento em que o país vivia o um momento de normalidade sanitária se comparado ao contexto de caos gerado pela pandemia do coronavírus. A entrevista foi gravada e decupada, e as informações foram registradas em arquivo de texto. A opção metodológica foi incluir, ao longo do texto da dissertação, trechos da entrevista presencial, que totalizou 97 minutos de gravação. O mesmo procedimento foi adotado com as entrevistas realizadas por meio de aplicativo de mensagens.

É importante ressaltar que a análise das informações geradas a partir de fontes orais deve ser balizada pela crítica aplicada a qualquer outro tipo de fonte.

Com a crítica das fontes a pesquisa histórica fundamenta-se na facticidade do conhecimento histórico; a crítica das fontes é o ponto fulcral da objetividade histórica, no sentido de uma “objetividade de fundamentação”, no sentido de uma pretensão de validade que diferencia o conhecimento histórico científico do não científico. A crítica das fontes é o procedimento no qual as manifestações empíricas do passado humano são depuradas, decantadas e filtradas das dissimulações, distorções e transposições que ofuscam a compreensão do que aconteceu realmente no passado. (AZAMBUJA, 2015, p. 5)

Um dos aspectos a serem considerados na análise crítica é que, por envolver a memória, a fonte oral reconstitui o passado de forma seletiva, uma vez que os entrevistados podem destacar aspectos que julgam importantes no momento da entrevista. Porém, nenhum tipo de fonte permite a reconstituição dos fatos em sua totalidade, uma ideia já “bastante relativizada pela historiografia das últimas décadas” (MÜLLER, 2010, p. 26).

De acordo com a proposta de taxonomia elaborada por Júlio Aróstegui no livro *A Pesquisa Histórica* (apud BARROS, 2012) – que classifica as fontes quanto à posição, intencionalidade, qualidade e serialidade – tanto os exemplares do jornal *O Brado Universitário* quanto as entrevistas realizadas com os acadêmicos que o produziam se enquadram entre as chamadas fontes de conteúdo, que são subdivididas em fontes não-verbais e fontes verbais. Entre as verbais estão incluídos “os textos e registros escritos de todos os tipos, narrativos ou não-narrativos, e os ‘arquivos provocados’ pela História Oral através de entrevistas” (BARROS, 2012, p. 146).

No universo das fontes verbais, a textual é a que predomina, apesar do crescimento da importância de outros tipos de fontes na pesquisa historiográfica. Entre as textuais, os periódicos (jornais, revistas, informativos, boletins) ganharam força não só como fonte, mas também como objeto de pesquisa graças à “revolução documental” promovida principalmente pelos Annales a partir da década de 1930 (LUCA, 2008).

No Brasil, as produções da imprensa só começaram a ser encaradas como fonte e objeto de pesquisa historiográfica a partir década de 1970. Até então havia uma resistência de grande parte dos historiadores em utilizar a imprensa como fonte, pois os periódicos eram vistos como documentos “suspeitos” por retratarem os acontecimentos cotidianos sem o necessário distanciamento e por carecerem da objetividade tão cara à tradicional historiografia metódica (LUCA, 2008).

Com a abertura do diálogo da História com outras disciplinas das Ciências Humanas e o processo de alargamento do campo de preocupação desta ciência com a renovação temática, o historiador precisou repensar as fronteiras de sua própria disciplina, assim como a própria concepção e análise crítica dos documentos. Esta mudança contribuiu também para a ampliação do universo das fontes e, assim, a imprensa, antes considerada fonte suspeita e sem credibilidade, passou a ser vista pelos historiadores como um manancial valioso de material de pesquisa e, desta forma, assumiu definitivamente a categoria de fonte historiográfica.

Janotti (2008) afirma que o que atribui a uma diversidade de materiais a denominação de fonte historiográfica é “o interesse do historiador em inquirir o que essas coisas revelam sobre as sociedades às quais elas pertencem e na criação de uma narrativa explicativa sobre o resultado de suas análises” (JANOTTI, 2008, p. 10). Para Capelato (1988), a imprensa oferece amplas possibilidades para a formulação das mais diversas problemáticas e para a busca de conhecimento sobre as sociedades do passado.

Assim como qualquer outro tipo de documento, aqueles produzidos pela imprensa exigem do historiador uma análise crítica que vai muito além do conteúdo do que está escrito ou publicado: por que foi produzido? Por que grupo foi produzido e como este se relaciona com as instituições e o poder? Quem são seus opositores e aliados? Quais suas intencionalidades explícitas e implícitas? Não podem também escapar à análise aspectos como a materialidade do periódico, seus suportes, a organização visual e estética (CAPELATO, 1988). A crítica do historiador deve superar o mito da imparcialidade que costuma envolver a imagem da imprensa: uma notícia não é a verdade, mas uma leitura particular de uma realidade que traz em seu bojo várias verdades. A notícia é a interpretação do fato jornalístico por quem a produziu. De acordo com Motta,

[...] é importante lembrar que mesmo na narrativa realista do jornalismo as personagens são figuras de papel, ainda que tenham correspondentes na realidade histórica. Lembrar que estamos analisando uma narrativa jornalística, como as notícias constroem personagens, conflitos, combates, heróis, vilões, mocinhos, bandidos, punições, recompensas. Não estamos fazendo uma análise da realidade histórica em si mesma. Nosso objeto é a versão, não a história. (MOTTA, 2007, p. 7)

Contribuiu sobremaneira também para o novo olhar da historiografia sobre as fontes produzidas pela imprensa a conquista de um espaço cada vez maior na academia pela História do Tempo Presente, que abre ao historiador inúmeras possibilidades de fontes e perspectivas de análise. Por colocá-lo muito próximo da temporalidade do seu objeto de pesquisa, a História do Tempo Presente possibilita “uma acuidade particular a uma das questões mais difíceis com que se deparam todos os historiadores: a articulação entre a parte voluntária e consciente da ação dos homens e os fatores ignorados que a circunscrevem e a limitam” (PASSARINI, 2006, p. 216).

A imprensa tornou-se fonte de primeira grandeza nos estudos do Tempo Presente tanto pelo fato de suas publicações serem enunciadoras de discursos que permitem conhecer elementos importantes dos processos sociais, quanto pelo fato de ser um sujeito

da história, um agente que interfere no processo histórico. A análise de fontes da imprensa permite ao historiador entrever as tessituras das relações sociais e de poder, bem como as forças políticas que agem sobre a sociedade.

Segundo Ferreira (2000), o termo História do Tempo Presente começou a ganhar força entre os historiadores após a Segunda Guerra Mundial, demonstrando que “os historiadores pretendiam explorar as rupturas e as transições recentes da história, mais do que havia sido feito até então” (FERREIRA, 2000, p. 119). Rouso (2016) recua um pouco mais no tempo, apontando a Primeira Guerra Mundial, com a valorização da testemunha do evento, como marco inaugural de uma nova perspectiva da historiografia em relação ao tempo presente. A Segunda Guerra Mundial teria concretizado, na concepção do autor, o espaço de importância do passado recente como objeto de estudo do historiador.

Rouso destaca a centralidade ocupada pela memória nos estudos do Tempo Presente. Para o historiador, estudar o tempo presente significa ir além de

captar um movimento linear, de compreender uma história em processo, [é preciso] combater em duas frentes: a da história e a da memória, a de um presente que não se quer ver passar, a de um passado que volta para assombrar o presente, sendo a distinção entre as duas por vezes inalcançável. A história do tempo presente contemporânea nasceu e se desenvolveu nessa incerteza e nessa instabilidade. (ROUSSO, 2016, p. 302)

A operação historiográfica empreendida pelo historiador do Tempo Presente deve colocar em perspectiva a definição de “tempo” e de “passar do tempo” enquanto experiências sociais particulares, influenciadas por aspectos políticos, econômicos e culturais de cada sociedade, de cada grupo. Dada a essa complexidade, que dificulta uma demarcação temporal precisa, a História do Tempo Presente ainda desperta debates acerca da sua cronologia e dos eventos-chave que marcariam seu início. Há os que defendem que ela se inicia a partir da última grande ruptura; outros, que é sinônimo da época em que se vive e de que se tem lembranças, ou mesmo em que as testemunhas ainda estão vivas e podem questionar o trabalho do historiador.

Ou ainda, como afirma Hobsbawm, o tempo presente é o período durante o qual se produzem eventos que pressionam o historiador a revisar a significação que ele dá ao passado, a rever as perspectivas, a redefinir as periodizações, isto é, a olhar, em função do resultado de hoje, para um passado que somente sob essa luz adquire significação (FERREIRA, 2000, p. 119)

Rouso, para quem a história é “um diálogo permanente entre os vivos e os mortos, e uma maneira entre outras de conservar a lembrança desses últimos” (ROUSSO, 2016, p. 287), propõe que o tempo presente pode ser demarcado pelo que ele chama de “a última catástrofe”. O demarcador do tempo presente como campo do conhecimento histórico se daria a partir do peso atribuído a eventos que deixam marcas no imaginário social e que, no presente, impõem uma demanda da sociedade em torno de uma “resposta” do historiador – Rouso se refere, como exemplos, às grandes guerras, à queda do Muro de Berlim, ao 11 de Setembro, entre outros eventos. Também são demarcadores do tempo presente, de acordo com o autor, a importância atribuída à memória e ao testemunho.

A testemunha que vê, a testemunha que fala, a testemunha que escreve, seja o próprio historiador, desempenha claramente um papel essencial, uma vez que é um mediador primário, para não dizer único. Disso deriva, ou antes é associada a essa constatação, a ideia segundo a qual a memória desempenha igualmente um papel primeiro, pois existe uma anterioridade do “eu me lembro” sobre a narrativa histórica, o “era uma vez”. (ROUSSO, 2016, p. 282)

O testemunho e a memória são elementos quase que indissociáveis dos estudos do Tempo Presente e as fontes orais, enquanto portadoras destes elementos, fornecem ao historiador uma perspectiva e uma interpretação que são uma “representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, ‘coletiva’” (ROUSSO, 2006, p. 94).

As memórias estão sempre em disputa, são permeadas por silêncios, esquecimentos e reinterpretções, por uma série de fatores que podem modificá-las, reprimi-las, distorcê-las. Essas questões não podem passar despercebidas ao historiador. Como ressalta Portelli, as memórias expressas pelas fontes da história oral “contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997, p. 31).

As fontes testemunhais têm lugar próprio nos estudos do Tempo Presente, como expressão da memória dos que vivenciaram o passado em estudo, podendo ser portadoras de informações cruciais no rumo de uma pesquisa que os documentos escritos ou de outra natureza não revelam. Portelli entende que “fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes. Elas têm em comum características autônomas e funções específicas que

somente uma ou outra pode preencher (ou que um conjunto de fontes preenche melhor que a outra)” (PORTELLI, 1997, p. 26).

Feitas essas considerações preliminares sobre nosso objeto de estudo e as fontes de pesquisa, passamos a discorrer sobre a estrutura da dissertação, que está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo analisa a atuação da grande imprensa, que apoiou o golpe de Estado de 1964 que depôs o presidente João Goulart e a ditadura militar instaurada logo depois, fazendo um contraponto com a imprensa alternativa, que se caracterizou como oposição nos dois momentos, colocando em perspectiva as diferenças de alinhamento político/ideológico e de abordagem. O capítulo analisa a memória de resistência à ditadura construída em torno de si pela própria imprensa em contraposição à convivência da maioria dos veículos de comunicação com o governo autoritário mesmo diante de denúncias de graves violações dos direitos humanos nos porões da repressão.

O segundo capítulo aborda como o movimento estudantil brasileiro foi atingido pelo golpe de 1964 e as novas táticas de resistência à ditadura adotadas na década de 1970 para fazer frente à repressão violenta e à perseguição a lideranças estudantis dentro das universidades. Na impossibilidade de levar avante uma atuação política de massa como havia ocorrido até 1968, o movimento estudantil precisou mudar a estratégia de atuação, configurando novas formas de luta possíveis diante do clima de desmobilização, coerção e vigilância imposto ao ambiente universitário. A imprensa estudantil prosperou como estratégia de microrresistência (MÜLLER, 2010), o que demonstra que os estudantes continuaram mobilizados mesmo nos anos mais difíceis da ditadura.

O terceiro capítulo da dissertação faz uma contextualização do movimento estudantil universitário na Universidade Estadual de Maringá, instituição criada no bojo da reforma universitária dos militares, que impôs restrições à ação política dos estudantes. O movimento estudantil universitário de Maringá, que surgiu antes mesmo da criação da UEM, foi marcado por nuances e nem sempre teve uma posição de resistência à ditadura militar, conforme fica demonstrado em documentos produzidos pela primeira organização de estudantes da cidade, o DA Roberto Simonsen, da Faculdade de Ciências Econômicas, que são apresentados também no terceiro capítulo.

Ainda no terceiro capítulo são analisadas três edições do jornal *O Brado Universitário*, números 8, 9 e 10, tendo essa última representado um marco na posição de resistência dos estudantes à ditadura. O material publicado foi analisado a partir da perspectiva das estratégias de microrresistência proposta por Müller (2010) para caracterizar as ações empreendidas pelos movimento estudantil no contexto dos “anos de

chumbo”. Procuramos demonstrar que, ao produzir um jornal com conteúdo crítico ao regime, tornando públicas manifestações de protesto e discordâncias em relação às medidas do governo autoritário, o movimento estudantil da UEM empreendia uma ação política de resistência. Tanto que os editores do jornal foram intimados a prestar depoimento no órgão interno de vigilância da instituição, a Assessoria de Segurança e Informações.

No quarto capítulo analisamos as duas últimas edições compiladas para a pesquisa, as de número 11 e 12, sendo a 12 a última edição do jornal produzida. Buscamos demonstrar que, por meio de muitos textos com críticas diretas e de alguns com linguagem simbólica ou metafórica, os estudantes empreenderam um enfrentamento à reforma interna por que passava a UEM para adaptar-se à legislação da reforma universitária, com vistas ao reconhecimento pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura). O jornal travou embates com dirigentes da universidade e criticou medidas da reforma que não só iriam interferir na vida acadêmica dos estudantes, como também manteriam o silenciamento e o cerceamento das ações políticas do movimento estudantil.

Além dos textos críticos, a charge foi bastante utilizada pelo jornal para denunciar e criticar medidas autoritárias do regime que atingiam não só o ambiente acadêmico, mas toda a sociedade. Com a reforma interna concretizada, a UEM ganhou um novo estatuto, adaptado às normas da reforma e do DL 477, os diretórios acadêmicos herdados das faculdades que deram origem à instituição foram extintos e o *Brado*, que era produzido pelo DA Nelson Hungria, deixou de circular.

Ao longo do terceiro e quarto capítulos foram inseridos depoimentos dos acadêmicos do curso de Direito envolvidos na produção do jornal, colhidos durante as entrevistas realizadas no decorrer da pesquisa. As fontes orais foram utilizadas a partir da perspectiva de que na construção da narrativa historiográfica “um documento não pode ser analisado isoladamente, e sim em relação a outras fontes que auxiliem sua compreensão” (CAPELATO, 1988).

CAPÍTULO 1: A IMPRENSA CORPORATIVA QUE APOIA X A IMPRENSA ALTERNATIVA QUE SE OPÕE

Como ponto de partida, é necessário discorrer brevemente sobre a nomenclatura adotada neste trabalho para categorizar o tipo de regime instaurado no Brasil depois do golpe civil-militar que em 1964 depôs o governo constitucional de João Goulart (1961-1964). A partir dos anos 2000 começaram a ganhar corpo na historiografia brasileira debates acerca da natureza do regime instaurado em 1964. Apesar de o tema já ter sido amplamente pesquisado e discutido, ainda existiam divergências ao se atribuir um sentido ao conceito de ditadura – este, sem dúvida, um consenso entre os historiadores que realizam um trabalho baseado no rigor do método historiográfico – para definir o período de exceção que se estendeu até 1985.

Os debates em torno da revisão das pesquisas e narrativas historiográficas sobre a ditadura tomaram corpo a partir da efeméride dos 40 anos do golpe de Estado, completados em 2004. Naquele período, ocorreu a publicação de um grande volume de material sobre o tema pela imprensa, o que intensificou os debates sobre o período autoritário. Novas teses analíticas passaram a disputar espaço na academia com as leituras já consagradas pela historiografia.

De um lado estavam os historiadores que, a exemplo de Carlos Fico, entendem que a ditadura imposta ao Brasil no período foi uma “ditadura militar”. Ao mesmo tempo em que se pode conceituar o golpe de civil-militar, ainda de acordo com Fico, não há entre os fatos sustentação suficiente para que se atribua também à ditadura que se impôs um caráter civil-militar. Primeiro, por terem sido os militares que tomaram as decisões estratégicas de governo e relativas a políticas de Estado. Depois, porque a presença de civis nos cargos de governo durante a ditadura não deve ser pensada e considerada como a participação da sociedade civil, mas sim de uma classe muito específica, as elites empresariais e seus tecnocratas (FICO, 2004), o que não foi exclusividade do período autoritário, mas também de outros governos do período republicano.

Os militares foram, na interpretação de Fico, os verdadeiros governantes, independente do fato de muitos cargos relevantes do governo de Castelo Branco terem sido “dados a ‘homens-chave dos grandes empreendimentos industriais e financeiros e de interesses multinacionais’” (FICO, 2004, p. 10), o que representou a concretização dos

interesses do bloco multinacional e associado que participou da articulação do golpe do Estado.

No lado oposto estavam os que defendiam que, devido ao apoio dado por setores da sociedade civil organizada ao golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart e à participação de civis em cargos-chaves dos governos militares, o regime que se instalou no país entre 1964 e 1985 deve ser categorizado como uma “ditadura civil-militar”. Daniel Aarão Reis é um dos expoentes desta corrente analítica. O historiador fluminense entende que a sociedade brasileira não só apoiou o golpe, mas participou e deu legitimidade social à ditadura. E que, por conta de um “discurso hegemônico” dentro da historiografia, consolidou-se a memória de um regime de cunho exclusivamente militar.

Dez anos depois, novamente os debates em torno da natureza da ditadura, se militar ou civil-militar, voltaram ao cenário historiográfico. Isso ocorreu num momento emblemático, os anos de 2014 e 2015, quando se completavam, respectivamente, 50 anos do golpe civil-militar e 30 anos do fim do regime autoritário. Foi um período de grande produção historiográfica sobre o tema, com inúmeros trabalhos acadêmicos, eventos e publicações. Naquele contexto ganhou mais impulso a tese da legitimação social e de uma participação civil nos governos da ditadura.

De nossa parte, adotamos neste trabalho a nomenclatura “ditadura militar” por concordarmos com o argumento de que os verdadeiros governantes durante a ditadura foram os militares, uma vez que crises foram resolvidas e decisões foram tomadas ao modo da caserna.

Por certo, como demonstrou Dreifuss, importantes cargos do primeiro escalão foram destinados aos ipesianos civis e, mais importante, a política econômica do primeiro governo militar pautou-se pelos ditames do saneamento financeiro que interessava ao capital internacional. Mas as sucessivas crises do período foram resolvidas *manu militari* e a progressiva institucionalização do aparato repressivo também demonstra a feição militar do regime. Do mesmo modo, sucessivas levadas de militares passaram a ocupar cargos em importantes agências governamentais. Se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar – em duas palavras: de uma ditadura militar.” (FICO, 2004, p. 11)

Fico ressalta, ainda, a importância de se considerar os agentes históricos para pensar sobre a natureza do golpe de Estado de 1964 e do regime instaurado depois:

Por que o golpe foi civil-militar? Por que houve apoio da sociedade? Não. Apoio houve, mas não é por isso que o golpe foi civil-militar. Foi

civil-militar porque os civis deram o golpe também. A natureza do evento golpe de Estado de 1964 é dada pela participação de sujeitos históricos, alguns militares e alguns civis. [...] Então, o golpe foi executado também por civis, mas o regime que se seguiu foi eminentemente militar. Logo depois do golpe, os próprios civis que participaram foram paulatinamente afastados, entre os quais Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, além de outras lideranças civis. Tudo foi decidido pelos militares. Não havia nenhuma possibilidade de negociação. Os militares, a partir da prorrogação do mandato de Castelo Branco, assumiram definitivamente o poder institucional para legislar e fazer o que quisessem. Então, falar em ditadura civil-militar é uma cautela que me parece equivocada por essa razão. (FICO, 2013, p. 469-470)

É possível afirmar que os rumos do regime e as decisões de governo eram ditados por ação dos militares que tomaram o poder depois do golpe de Estado. Basta lembrar que quando o general Costa e Silva se afastou da presidência da República por motivos de saúde, em 1969, vindo a falecer depois, seu vice, Pedro Aleixo, um civil, foi impedido de tomar posse e o governo passou a ser exercido por uma junta militar composta pelos ministros do Exército, Aeronáutica e da Marinha. Este fato demonstra que os militares não estavam dispostos a compartilhar o poder central com os civis.

Ao adotarmos a nomenclatura “ditadura militar”, não deixamos de considerar o apoio que o regime autoritário recebeu dos mais diversos segmentos da sociedade civil, especialmente nos anos iniciais, como empresários e entidades empresariais, intelectuais, igreja e boa parte da classe média. Muitos desses segmentos só deixaram de apoiar a ditadura por conta das pressões internas e externas em função das denúncias de violações aos direitos humanos praticadas pelos militares. Considerando as ações dos agentes históricos, conforme coloca Carlos Fico, esses segmentos da sociedade foram apoiadores e, alguns deles, colaboradores da ditadura.

A legitimação social que teria dado sustentação ao regime deve, em nossa concepção, ser analisada sob a perspectiva da complexidade das relações entre sociedade e ditadura, que foram permeadas pelo cerceamento das liberdades, pela propaganda ideológica e pelo uso da força e da repressão. Quando se fala em legitimação social, seja pela aceitação ou pela indiferença ao regime autoritário, não se pode deixar de considerar que a sociedade foi alvo do largo uso da propaganda pelos governos autoritários, especialmente no período em que a televisão registrou grande expansão no Brasil e passou a atingir um público cada vez maior.

A criação do sistema Embratel² foi vital para a consolidação da televisão no país. Os maciços investimentos, com a parceria de grupos estrangeiros, na infraestrutura necessária para a massificação da televisão tiveram importante peso no colaboracionismo dos empresários do setor, de tal forma que a televisão acabou por se transformar em veículo estratégico de propaganda ideológica da ditadura militar por ser o meio mais eficaz de atingir a massa da população

O governo de Emílio Médici (1969-1974), além de ter ficado marcado como o período da mais dura e violenta repressão, é um exemplo de como a propaganda ideológica foi usada para promover a “aceitação social” do regime, uma propaganda de cunho ufanista – como a campanha “Brasil, ame-o ou deixe-o” – veiculada nos grandes veículos de comunicação, em especial a televisão. O objetivo era passar para a opinião pública uma imagem de que tudo ia muito bem no país, mergulhando a sociedade numa “realidade subvertida” que contribuía para criar um clima de não-reação ao regime.

É certo que mudanças na conjuntura, como as provocadas na economia durante o período do “milagre”, quando as taxas de crescimento e de emprego eram altas e a classe média viveu uma fase de elevado poder de consumo, tiveram impacto positivo na vida dos brasileiros e, conseqüentemente, na sua percepção em relação ao regime. Porém, não se pode deixar de considerar o poder de persuasão da propaganda ideológica da ditadura e o poder de convencimento da grande imprensa, que, para defender os interesses dos empresários da comunicação, não só apoiou o regime autoritário, como lhe prestou grandes serviços como aliada de primeira hora, como veremos a seguir.

1.1 O colaboracionismo da grande imprensa

A construção da memória é um processo seletivo em que atuam silêncios e, não raras vezes, ressignificações feitas a partir de interesses específicos do presente. Por isso nem sempre as memórias estão amparadas em evidências, mas em intencionalidades que podem dar aos vestígios do passado um sentido diferente dos fatos. A memória sobre a atuação da grande imprensa durante o período da ditadura militar (1964-1985) está ligada

² “Empresa pública criada em 16 de setembro de 1965 com base no Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117 de 27 de agosto de 1962. Transformada em sociedade de economia mista em agosto de 1972, passou à condição de subsidiária da *holding* Telecomunicações Brasileiras (Telebrás) em novembro do mesmo ano. A Lei Geral de Telecomunicações (LGT), promulgada sob o nº 9.472 em 16 de julho de 1997, autorizou a privatização da Embratel e das demais concessionárias do sistema Telebrás, efetivada em 29 de julho de 1998” (CPDOC/FGV). Disponível em < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/embratel> > Acesso em 13 jan.2021.

a uma ideia de resistência à censura e de luta pela defesa da liberdade de expressão e dos valores democráticos. Entende-se, aqui, grande imprensa como aquela que exerce posição hegemônica na sociedade por meio dos grandes grupos empresariais de comunicação.

Sistematicamente construída ao longo dos anos pelos próprios veículos de comunicação, essa memória conduz ao “apagamento” de como se deu a real atuação da imprensa não só nos primeiros anos da ditadura, como também no processo que culminou com o golpe de Estado de 1964, que derrubou o governo constitucional do presidente João Goulart (1961-1964). Essa memória leva a perigosas generalizações que ajudam a cristalizar a imagem da grande imprensa como um dos baluartes da oposição à ditadura, imagem essa que esconde a ambiguidade da relação dos veículos de comunicação com o regime autoritário. Em seu estudo sobre os editoriais do *Correio da Manhã* e do *Jornal do Brasil* publicados no período entre 1964 e 1968, o historiador Eduardo Chammas concluiu que

a relação da imprensa com a ditadura militar nos seus quatro primeiros anos foi muito mais ambígua e instável do que pode fazer parecer a narrativa mítica e heroica construída pela própria imprensa acerca da sua história na época da ditadura – uma narrativa que pretende monumentalizar o papel da imprensa na resistência ao arbítrio e ao autoritarismo dos militares, vítima da censura e porta-voz dos valores democráticos. (CHAMMAS, 2012, p. 105)

Parafraseando Albuquerque Júnior, a missão de ofício do historiador e da historiadora é desafiar as memórias constituídas, oficializadas, monumentalizadas, afastando-se “das visões consagradas do passado, fazendo aparecer seus defeitos, seus pontos de sutura, fazendo aparecer as costuras malfeitas, os nós forçados, os pontos de esgarçamento das tessituras do passado.” (ALBUQUERQUE JR, 2012, p. 37). Partindo desta premissa, é possível afirmar que, diferentemente da memória de resistência e defesa das liberdades democráticas que construiu ao longo dos anos, a grande imprensa ocupou um papel preponderante na campanha de desestabilização que culminou com a deposição do governo constitucional de João Goulart, bem como no apoio ao regime autoritário instalado a partir de 1964.

No contexto do pré-golpe, a mídia teve atuação decisiva na campanha do complexo IPES/IBAD para disseminar o temor de uma “ameaça comunista” que pairava sobre o país, representada pelo governo de João Goulart, e a ideia da inevitabilidade da intervenção militar como recurso para “restabelecer a ordem”. Segundo Dreifuss (1981), a divulgação do ideário ipesiano era maciça “no rádio e televisão, onde a máxima

cobertura era dada a seus militantes, bem como apoio às suas atividades e ideias. Através da mídia audiovisual [a elite orgânica] organizava um extraordinário bombardeio ideológico e político contra o Executivo”. (DREIFUSS, 1981, p. 244-245).

A atuação da mídia foi, portanto, fundamental para a configuração do clima político favorável ao golpe de Estado. Segundo Fico, “a imprensa toda apoiou o golpe, foi mesmo essencial para a propagação da tese do comunismo de Goulart, de estarmos à beira do abismo e toda essa ideologia anticomunista que se propagou muito fortemente” (FICO, 2013, p. 473).

A análise de materiais jornalísticos publicados na época demonstra que os grandes jornais estavam alinhados com a elite que conspirou contra Goulart. Um exemplo é o artigo publicado pelo influente diário carioca *Tribuna da Imprensa*, do udenista Carlos Lacerda, na edição de 14 de março de 1964, logo após o comício de João Goulart na Central do Brasil.

Guerra civil, fechamento do Congresso, constituinte e até implantação da socialização crescente da economia do País foram os elementos essenciais utilizados pelos oradores de comício de ontem pelas reformas de base, do presidente João Goulart ao deputado Leonel Brizola; do presidente da SUPRA [Superintendência da Reforma Agrária] ao representante do CGT. O Sr. João Goulart antecipou o quadro de revolução civil, ao acreditar [sic] àqueles que se opõem às reformas um possível derramamento de sangue no País.³

A exemplo do artigo da *Tribuna*, outros veículos de comunicação publicaram matérias em que era atribuída a João Goulart a responsabilidade pelo clima de instabilidade econômica e política do país. Desta forma, “os jornais começam a falar em ‘resistência democrática’ ou ‘defesa do regime’, conclamando diferentes atores – por vezes indeterminados – à ação.” (CHAMMAS, 2012, p. 33). Em editorial do dia 20 de março de 1964 o jornal carioca *Correio da Manhã* – que, ironicamente, depois de um atribulado processo de venda e mudanças editoriais, se tornaria um dos maiores opositores da ditadura – começa a construir a ideia de que era preciso restituir ao país a tranquilidade e a paz perdidas e que, se para isso medidas autoritárias fossem necessárias, a responsabilidade recairia sobre os que denomina de “radicais”. Nos dias 31 de março e

³Presidente prevê a revolução e Brizola novo Poder, *Tribuna da Imprensa*, 14 de março de 1964, p. 2 (CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, v. 24, p. 271-302, 2004).

1º de abril o posicionamento do *Correio da Manhã* fica claro em dois editoriais publicados na capa das edições, com os títulos *Basta!* e *Fora!*, numa defesa aberta da deposição imediata do presidente.

Até que ponto, o Presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de Decretos, leis, a função do poder legislativo? Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranquilidade e insegurança que se verifica presente na classe produtora? Até que ponto deseja levar ao desespero, por meio da inflação e do aumento do custo de vida, a classe média e a classe operária? Até que ponto quer desagregar as Forças Armadas, por meio da indisciplina que se torna cada vez mais incontrolável? Não é possível continuar neste caos, em todos os sentidos e em todos os setores, tanto no lado administrativo, como no lado econômico financeiro. Basta de farsa! Basta da guerra psicológica que o próprio governo desencadeou, com o objetivo de convulsionar o país e levar avante a sua política continuísta. Basta de demagogia, para que realmente se possam fazer as reformas de base. Quase todas as medidas tomadas pelo Sr. João Goulart, nestes últimos tempos com grande estardalhaço, mas inexequíveis, não têm outra finalidade, senão a de enganar a boa fé do povo, que, aliás, não se enganará.⁴

A Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart que não a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: Saia! Durante dois anos o Brasil aguentou um governo que paralisou o seu desenvolvimento econômico, primando pela completa omissão, o que determinou a completa desordem e a completa anarquia no campo administrativo e financeiro. Quando o Sr. João Goulart saiu de seu neutro período de omissão foi para comandar a guerra psicológica e criar o clima de intranquilidade e insegurança, que teve o seu auge na total indisciplina que se verificou nas Forças Armadas. Isto significou e significa um crime de alta traição contra o regime, contra a República, que ele jurou defender.⁵

Nos dias que se seguiram ao golpe, o *Correio da Manhã* ignorou as perseguições políticas da *Operação Limpeza*, desencadeada pelos militares contra sindicatos, movimentos sociais, mandatos parlamentares, revelando “um dos alvos da imprensa (em consonância com os liberais): acabar com a política das ruas e com a representação institucional do trabalhismo [...]” (CHAMMAS, 2012, p. 40).

⁴ Basta!, *Correio da Manhã*, 31 de março de 1964, primeira página. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_imprensa_e_seu_papel_na_queda_de_Goulart>. Acesso em 20 dez. 2020.

⁵ Fora!, *Correio da Manhã*, 1º de abril de 1964, primeira página. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_imprensa_e_seu_papel_na_queda_de_Goulart>. Acesso em 20 dez. 2020.

Logo após a derrubada de Goulart, a família Marinho, por meio de seu influente jornal, também se manifestou em aberto apoio ao golpe de Estado e aos militares que assumiram o poder. Em 2 de abril de 1964, *O Globo* publicou um editorial com o título *Ressurge a democracia*, em que os militares aparecem não só como os salvadores do Brasil, mas como verdadeiros agentes da “providência divina”.

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições. [...] Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo. [...] Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor.⁶

É preciso ressaltar que o ente político-social chamado imprensa, ao contrário do que faz parecer a memória construída, não era um corpo homogêneo, um grupo coeso em torno de um ideal. As posturas e discursos, bem como os interesses dos sujeitos que compunham este universo, eram diversos e, muitas vezes, contraditórios. Os estereótipos que a memória consolidou em torno da atuação da imprensa durante a ditadura acabaram “por encobrir o papel da mídia, além da motivação de seus atores” (BESAGIO, 2017, p. 88), que compõem um quadro complexo e multifacetado.

De um lado estavam os proprietários dos veículos de comunicação, empresários com seus interesses específicos, que, para defendê-los, não se furtaram de agir conforme o contexto do momento exigia. Se era necessário aliar-se à elite que conspirou para depor um governo constitucionalmente empossado, eles o fizeram. Se, para obter benefícios ou ver seus negócios se expandirem com a benevolência dos governantes era necessário fechar os olhos para as arbitrariedades do regime, eles o fizeram. Um exemplo disso foi

⁶ *Ressurge a democracia*, *O Globo*, 2 de abril de 1964, primeira página. Disponível em <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/wp-content/uploads/2013/03/editorial-globo-golpe-militar.jpg>>. Acesso em 20 dez. 2020.

o fantástico processo de expansão da televisão no Brasil durante a ditadura, que só foi possível graças aos maciços investimentos durante o período militar, em parceria com grupos estrangeiros, na infraestrutura necessária. O apoio dos grandes grupos de comunicação ao regime foi a moeda de troca.

As telecomunicações foram consideradas estratégicas na política de desenvolvimento e integração nacional do regime. Os militares investiram na infraestrutura necessária à ampliação da abrangência da televisão e aumentaram seu poder de ingerência na programação por meio de novas regulamentações, forte censura e políticas culturais normativas. Em 1968 foi inaugurado um sistema de transmissão de micro-ondas que estendeu o tráfego de ondas de televisão via terrestre para além dos estreitos limites anteriores. Logo depois o governo brasileiro passou a financiar a comunicação via satélite [...] Em 1981 um acordo da Embratel com as redes Bandeirantes e Globo permitiu às emissoras transmitir sinais abertos para todo o território nacional [...] É sabido que a Rede Globo foi a maior beneficiária das novas políticas. A nova rede cresceu rapidamente, movida por uma combinação de diversos fatores, como relações amistosas com o regime, sintonia com o incremento do mercado de consumo, uma equipe de produção e administração preocupada em otimizar o marketing e a propaganda, um grupo de criadores de esquerda vindos do cinema e do teatro. (HAMBURGER, 1998, p. 454-455)

O colaboracionismo interessado também existiu por parte dos proprietários dos maiores jornais da época, que além de terem atuado na campanha de desestabilização do governo João Goulart durante o processo que culminou no golpe de 1964, também deram sustentação à ditadura militar instaurada depois.

No período de vigência da ditadura, a participação intensa e ativa do *Globo* na construção do regime ditatorial é de inquestionável evidência. Quanto à Folha de S. Paulo, consta que oferecia as suas caminhonetes com o logotipo do jornal para a sinistra Operação Bandeirantes (Oban) estourar os aparelhos das esquerdas, ou para perseguir, ou para espionar os militantes de esquerda. (REIS, 2006, p. 7)

De outro lado, estavam os jornalistas, que tinham interesses distintos e um espectro de ação limitado, pois não só estavam submetidos às regras do jogo das empresas de comunicação, como também às limitações impostas pelo momento político, especialmente depois da instalação do regime autoritário, que contou com o apoio da elite proprietária dos veículos de comunicação. Muitos profissionais atuaram com ética e nas brechas deixadas pela censura ou pelos interesses dos veículos de comunicação; outros acomodaram-se diante da situação, praticando a autocensura; uns tantos colocaram-se em

posição de apoio ao regime e de negação das arbitrariedades cometidas nos porões da ditadura.

Lembrar os jornalistas que resistiram ao arbítrio não pode implicar no esquecimento daqueles – jornalistas e jornais – que estiveram a favor do arbítrio, louvando em suas páginas os grandes feitos dos militares, suas conquistas econômicas e a pacificação do país, celebrando a eliminação dos terroristas e dos maus brasileiros que ameaçavam a ordem e o progresso. Essas palavras eram recorrentes na maior parte da grande imprensa não exclusivamente devido à censura, mas, principalmente, porque seus editores – e leitores – assim viam a realidade. (REIS e ROLLEMBERG, 2009)

Ao analisar o tema, é necessário superar a visão simplista e maniqueísta de que o censor “ou é um tirano, um algoz, ou um incompetente, um despreparado intelectualmente para a função. Já o jornalista é descrito como o que realizava pequenos ou grandes atos, heroicos, de desafiar esse opressor.” (KUSHNIR, 2001, p. 36). Houve muitos episódios em que imprensa agiu de maneira colaboracionista com a censura, mas

[...] o discurso da reação, no sentido de oposição ao ato censório, construiu uma visão mítica da resistência, na qual se encerra também toda uma memória, pessoal e coletiva, do papel que se desempenhou nos anos de chumbo. Corroborando essa imagem combativa, nada é tão lembrado como a publicação d’Os Lusíadas, de Camões, nas páginas de *O Estado de S. Paulo*, ou das receitas culinárias no outro jornal do Grupo da família Mesquita, o *Jornal da Tarde*. (KUSHNIR, 2001, p. 36)

A memória de resistência, pura e simples, à ditadura pode ser questionada quando confrontada com fatos e fontes dos momentos em que a imprensa – com raras exceções – foi complacente com a violência do regime autoritário. É certo que a censura à qual a imprensa era submetida deve ser considerada como fator que influenciava diretamente os conteúdos publicados. Porém, o argumento da censura não é suficiente para justificar o posicionamento dos grandes veículos de comunicação ao publicar versões oficiais, eivadas de imprecisões e detalhes descabidos, sobre a morte de presos políticos.

Foram inúmeras as publicações de notícias falsas repassadas pelos órgãos de repressão, narrando tentativas de fuga, confrontos a tiros e atropelamentos para justificar a morte de presos políticos. Como ocorreu no noticiário sobre a morte do estudante Alexandre Vannucchi Leme, de 22 anos, que era aluno do quarto ano do curso de Geologia da USP e militante da ALN (Ação Libertadora Nacional). Ele foi preso,

torturado e morto pelo DOI-CODI em março de 1973, mas na imprensa foi noticiada a versão oficial dada pelos órgãos de repressão, como demonstra o trecho de uma matéria publicada pelo *O Globo*.

Os órgãos de segurança revelaram que o terrorista Alexandre Vannucchi Leme, conhecido como “Minhoca”, morreu atropelado por um caminhão quando tentava fugir ao ser levado por agentes a um encontro com outro terrorista, no cruzamento das ruas Bresser e Celso Garcia [...] Três testemunhas contaram que presenciaram o acidente em que morreu o terrorista. [Uma delas] Alcino Nogueira de Souza, empregado de balcão da Confeitaria Santa Cruz [...], chegou a servir uma cerveja ao terrorista. Viu quando ele olhou para um lado e para o outro, atravessou correndo a rua e foi colhido pelo caminhão.⁷

A grande imprensa também se omitiu diante das denúncias de graves violações dos direitos humanos praticadas pela ditadura militar, mesmo quando ecoavam na imprensa internacional. As denúncias de prática de tortura eram abordadas por jornais importantes como *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* em editoriais que negavam as “acusações, atribuindo-as a uma intenção de difamar o regime.” (KUCINSCKI, 1991, p. 46-47)

A mudança de postura de apoio para oposição só começou a se esboçar quando a censura que se abateu sobre os grandes veículos de comunicação começou a afetar sua produção, distribuição e seu faturamento comercial. Concomitantemente, foi se tornando impossível continuar ignorando a violência da repressão. A morte, sob tortura, do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, em 1975, teve grande impacto nesta mudança. Alguns jornais chegaram a noticiar versão forjada pelos militares de suicídio do jornalista, mas logo depois viram-se impelidos à tomada de uma nova posição, pois a situação assumiria, dali em diante, um novo rumo.

À morte do jornalista pela repressão seguiu-se uma onda de protestos na sociedade que forçou o alargamento da distensão do regime para além dos limites imaginados pelo governo Geisel e a instituição de uma pauta de abertura política. Não havia mais como a imprensa manter o apoio à ditadura diante do clamor por democracia que tomaria as ruas dali para frente. A agenda de abertura se consolida efetivamente após 1977 graças à “pressão das ruas e do próprio sistema político (nesta ordem) é que a

⁷ *Subversivo tenta fugir mas morre atropelado*, jornal *O Globo* (GONZALEZ, Marina. Assassinato de Alexandre Vannucchi Leme gerou protestos da sociedade. *Revista ADUSP*, p. 73, maio 2005, apud Müller, 2010, p.191).

abertura se transforma em um projeto de transição democrática, ainda que de longo prazo” (NAPOLITANO, 2014, p. 210).

1.2 A imprensa alternativa e a oposição à ditadura

Se os grandes veículos de comunicação assumiram uma postura colaboracionista em relação à ditadura, a imprensa alternativa prosperou no período autoritário fazendo exatamente o oposto. Utilizando um discurso opinativo e de denúncia, muitas vezes por meio do humor e da sátira, as publicações alternativas acabavam colocando em destaque – e em debate – temas considerados “proibidos”. Sendo a imprensa estudantil, objeto de estudo desta pesquisa, uma das vertentes da imprensa alternativa, faz-se necessário discorrer sobre a trajetória das publicações deste segmento durante a ditadura militar para localizar nossa fonte no contexto do período.

A imprensa alternativa agrupava publicações de diversos tipos:

a) jornais de esquerda (que se vinculavam tanto a jornalistas de oposição quanto aos partidos e organizações políticas clandestinas); b) revistas de contracultura (que reuniam intelectuais e artistas “alternativos” ou “malditos” — os que produziam fora do esquema comercial); e c) publicações de movimentos sociais (englobando nesse campo o movimento estudantil, os movimentos de bairro e, principalmente, um tipo específico de imprensa alternativa — aquela vinculada a grupos e movimentos de minorias políticas, como a imprensa feminista, a chamada “imprensa negra”, os jornais de grupos homossexuais organizados, as publicações indígenas etc.). (ARAUJO, 2000, p. 21)

A imprensa alternativa registrou grande produção durante a ditadura militar e suas publicações circularam não apenas no Brasil, mas também em países nos quais muitos opositores do regime estavam exilados. Nesse período “nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar. Ficaram conhecidos como imprensa alternativa *ou* imprensa *nanica*.” (KUCINSKI, 1991, p. 5). O termo *nanica* foi disseminado por publicitários, em função do formato tabloide da maioria dos jornais alternativos. Segundo ressalta o autor, “enfatizava uma pequenez atribuída pelo sistema a partir de sua escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa” (KUCINSKI, 1991, p. 5).

A origem dos jornais alternativos no Brasil remonta ao século XIX. “Fazendo humor, trazendo denúncias e atacando com linguagem virulenta a Corte e o próprio

imperador, os pasquins marcaram o surgimento de um novo jornalismo.” (SACCHETTA, 2011, p. 35). No período da ditadura militar, praticando um jornalismo opinativo e resistindo à ação da censura, a imprensa alternativa abrigava publicações dedicadas aos mais diversos segmentos, passando pelo humor, política, cultura acadêmica, contracultura, movimentos sociais (SACCHETTA, 2011).

A imprensa alternativa era encarada como uma forma de enfrentar a solidão, a distância entre as pessoas, a falta de diálogo, o isolamento e até mesmo o confinamento e o exílio no meio do ambiente autoritário. Considerada sucessora dos pasquins do período regencial brasileiro, assim como da antiga imprensa anarquista de público operário, a imprensa alternativa brasileira esteve no seu auge nos anos 60 e 70 do século XX. (BRASIL, 2007, p. 11)

Com base no livro *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*, do jornalista e professor Bernardo Kucinski – que foi editor do alternativo paulista *Em Tempo* e atuou nos jornais *Opinião*, *Movimento*, *Amanhã* e *Bondinho* –, Bruno Brasil constrói um panorama resumido da trajetória da imprensa alternativa durante a ditadura militar:

De 1964 a 1966, com os exemplos de *Pif-Paf* e *Folha da Semana*, tem-se uma imprensa alternativa de sátira ao governo militar e de desmoroamento político do populismo. A partir de 1967, com *O Sol*, *Amanhã* e *Poder Jovem*, passam a entrar em cena jornais com propostas diretas de guerrilha e reações violentas à ditadura militar. Em 1969 viveu-se uma tentativa de retomada do jornalismo crítico por parte da grande imprensa, que fez enfraquecer o impulso inicial da imprensa alternativa. Jornalistas alternativos então se juntaram, produzindo publicações de uma das fases mais ricas da imprensa alternativa, com os exemplos de *Pasquim* e *Opinião*. Em 1971 e 1972 surge o humor pesado e o experimentalismo de *Grilo* e *Balão*, ambos jornais que exploravam majoritariamente quadrinhos e ilustrações (BRASIL, 2007, p. 14).

Muitos periódicos alternativos nasceram a partir da saída de jornalistas da imprensa tradicional por não encontrarem abertura para realizar um trabalho crítico ou de oposição à ditadura militar. Foi o caso da revista *Pif-Paf*, lançada menos de dois meses depois do golpe de 1964 por Millôr Fernandes, que em seu primeiro número circulou no formato tabloide, como uma espécie de ampliação da coluna de mesmo nome que o jornalista assinava na revista *O Cruzeiro*. *Pif-Paf* é considerada o marco inicial das publicações alternativas que se opunham à ditadura. Com o passar do tempo, novos periódicos foram surgindo e tornando-se fontes alternativas de informação por buscarem

ir além do que era publicado pela imprensa tradicional, que, em sua maioria, até pelo menos a edição do AI-5, adotou uma postura de apoio ao regime militar.

Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. [...] Destoavam, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, gerando todo um discurso alternativo. Opunham-se por princípio ao discurso oficial (KUCINSKI, 1991, p. 5).

A relação colaboracionista dos grandes veículos de comunicação com a ditadura militar produziu, para os periódicos da imprensa alternativa, um terreno fértil para crescer em número e relevância perante o público. As publicações alternativas constituíram-se, num primeiro momento, em instrumento de resistência e, numa segunda fase, em “caminho de trânsito da política clandestina para a política de espaço público durante o período de abertura.” (KUCINSKI, 1991, p. 7). A atuação dos *nanicos* se norteava pela “contingência do combate político-ideológico à ditadura, na tradição de lutas por mudanças estruturais e de crítica ortodoxa a um capitalismo periférico e ao *imperialismo*, dos quais a ditadura era vista como uma representação” (KUCINSKI, 1991, p. 6).

Extrapolando sua natureza jornalística, ou seja, sua função de informar, os alternativos constituíram-se também em espaço de organização política e ideológica das forças de oposição à ditadura, especialmente da esquerda perseguida durante o período de recrudescimento da repressão por se opor ao regime e questionar o próprio sistema capitalista. Os jornais alternativos da primeira fase pós-golpe de 1964 tiveram existência efêmera. Mas a força de imprensa alternativa retornaria após a derrota da proposta de luta armada como caminho para a transformação do país. A decisão dos jovens, boa parte deles oriunda das fileiras do movimento estudantil, de trilhar este caminho trouxe implicações profundas no modo de se fazer jornalismo, tanto na imprensa alternativa como na tradicional.

Muitos jornalistas adotaram a técnica do baixo perfil [*low profile*, discrição], para não pôr em risco sua atividade clandestina. Especialmente após o AI-5, passaram a considerar a atividade política prioritária em relação à jornalística, vista como uma profissão qualquer com uma única particularidade, a de potencializar a ação política. Típica dessa concepção foi a diretiva da AP [Ação Popular] aos seus jornalistas da Realidade, para que abandonassem o jornalismo e se misturassem ao povo (KUCINSKI, 1991, p.40).

Em maio de 1968, Carlos Marighella lançou o boletim clandestino *O Guerrilheiro*, que conclamava o povo à luta armada. A Ação Popular (AP), tendência política predominante no movimento estudantil naquele momento, lançou, também em maio de 1968, seu jornal clandestino *Libertação*. No início da década de 1970, dirigentes e militantes da AP analisavam a possibilidade de sua fusão com o PC do B, que dava início às ações da guerrilha do Araguaia. Em 1971, a organização assumiu a denominação APML (Ação Popular Marxista-Leninista), reflexo da transformação ideológica pela qual passou no período, e, em 1973, “a maioria de seus dirigentes e militantes se incorporou ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), reconhecendo-o como o partido de vanguarda do proletariado brasileiro. Em contrapartida, outra ala buscou reorganizar a APML e atualizar a sua pauta” (DIAS, 2019, p. 113).

Com a retórica de que era preciso debelar as forças dos “inimigos do regime e do Brasil”, naquele momento encarnados especialmente nos jovens que pegaram em armas para lutar contra a ditadura, os militares partiram para medidas ainda mais duras para reprimir e desarticular as ações de oposição, com a edição do AI-5, em 13 de dezembro de 1968.

A arquitetura política do regime, entre força e convencimento, pendeu fortemente em favor da primeira após a edição do AI-5. O Congresso ficou fechado por quase um ano, muitos parlamentares foram cassados, oposicionistas foram detidos, consolidou-se uma censura rígida a meios de comunicação, artes e espetáculos. O aparelho da polícia política foi incrementado e reorganizado.” (RIDENTI, 2014, p. 20)

Com o AI-5, a liberdade de expressão sofreu um golpe duro e a imprensa tradicional foi diretamente atingida, apesar de sua postura complacente e até de apoio ao regime autoritário. A partir daquele momento, não haveria mais qualquer possibilidade ou espaço para o exercício de um jornalismo crítico. O AI-5 integrou uma série de decretos lançados nos anos seguintes ao golpe civil-militar de 1964 e foi o mais duro por ter recrudescido o cerceamento das liberdades políticas e democráticas, conduzindo o país a um dos períodos mais turbulentos e violentos da história recente. Foi o marco do aprofundamento da institucionalização autoritária, pois

concedeu poderes absolutos ao Presidente da República para, entre outras atribuições, cassar mandatos eletivos, conter direitos políticos, demitir ou aposentar juízes e funcionários públicos, suspender o *habeas-corpus* em crimes contra a segurança nacional, legislar por Decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, além de determinar um recesso forçado ao Congresso Nacional e às

Assembleias Legislativas. (GONÇALVES, RODRIGUES e CALDAS, 2013, p. s.n.)

No princípio, adaptando-se rapidamente à situação, a grande imprensa demitiu jornalistas mais combativos e críticos da ditadura. Porém, jornais que mantinham uma linha mais contestadora foram duramente atingidos já no início. Foi o caso do *Correio da Manhã*, que apoiou o golpe civil-militar, mas, durante o regime autoritário, mudou o tom e acabou se tornando uma voz solitária de oposição na grande imprensa. Por resistir às investidas do governo ditatorial, teve diretores presos, edições apreendidas, a sede ocupada, até pedir concordata e ser arrendado para terceiros (KUCINSKI, 1991).

Em janeiro de 1970, com o Decreto-Lei nº 1077, viria mais um golpe na imprensa: a instituição da censura prévia, exercida por uma equipe de censores militares instalada nas redações dos jornais e das revistas, responsável por decidir o que poderia ou não ser publicado; ou diretamente pela Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal, em Brasília, para onde os meios de comunicação eram obrigados a enviar os materiais produzidos antes de serem publicados.

Kucinski destaca que, apesar da ação de muitos jornalistas que tentavam driblar a censura, o trabalho dos censores era facilitado pela “autocensura” que, com o passar do tempo, tornou-se parte da prática jornalística e da rotina das redações.

A introdução de censura prévia regular em *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, em agosto de 1972 [...] reforçou o poder dissuasório do sistema sobre os demais veículos, que docilmente passaram a se autocensurar. Os dois diários da família Mesquita foram submetidos à censura prévia porque expressaram uma dissidência no interior do sistema de poder. Os demais jornais acomodaram-se e se autocensuravam regularmente orientados por bilhetinhos ou telefonemas da Polícia Federal. [...] Deu-se uma tal convivência entre a grande imprensa e o governo do general Médici, [...] que o regime militar nunca precisou criar seu próprio veículo de persuasão. (KUCINSKI, 1991, p. 46)

O fechamento dos espaços na grande imprensa para o jornalismo crítico fez surgir a segunda geração dos alternativos (KUCINSKI, 1991). No início da década de 1970, a conjuntura era de despolitização, com a ARENA, partido que dava sustentação política à ditadura, vencendo as eleições municipais, e o MDB, a “oposição autorizada” pelos militares, perdendo para o número de votos brancos e nulos. Nas universidades, com a constante vigilância e o controle ideológico por parte do regime, o movimento

estudantil buscava reinventar sua ação política, uma vez que as ostensivas manifestações políticas foram inviabilizadas devido à violenta repressão policial.

Muitos intelectuais haviam optado pelo exílio voluntário, após as sucessivas cassações. Em especial, após a série de Decretos de março a agosto de 1969, expulsando das universidades 66 professores (além dos que já haviam sido expulsos em 1964), entre os quais alguns dos mais ilustres e conhecidos cientistas sociais do país. (KUCINSKI, 1999, p. 47)

Muitos dos intelectuais afastados das universidades acabaram por fundar centros independentes de pesquisa para poderem continuar atuando em suas áreas. Desses núcleos de cientistas sociais saíram personagens importantes que, juntamente com jornalistas e ativistas políticos, fizeram parte da criação do jornal alternativo *Opinião*, “entre os quais Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado, Luciano Martins, Chico de Oliveira e Arthur Gianotti” (KUCINSKI, 1991, p. 47). Neste período, foram criados cerca de vinte jornais alternativos, entre eles cinco dos mais influentes: O Pasquim (1969), Bondinho (1970), Politika (1971), Opinião (1972), Ex (1973).

Eram jornais de formato tabloide ou minitabloide, muitas vezes de tiragem irregular, alguns vendidos em bancas, outros de circulação restrita, e sempre de oposição. Durante a ditadura, esses jornais questionaram o regime, denunciaram a violência e a arbitrariedade, expressando uma opinião e uma posição de esquerda num país que praticamente havia suprimido quase todos os canais de organização e manifestação política de oposição. (ARAUJO, 2000, p. 21)

O ano de 1974 marca o início de um período de multiplicação das publicações da imprensa alternativa, com o surgimento de jornais como *Versus* e *Movimento*. Após a morte do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, nos porões da ditadura, uma nova geração de jornalistas alternativos nasceu nas redações das publicações *De Fato* e *Coojournal*.

A partir deste marco, houve uma diversificação temática, com novos assuntos surgindo na imprensa alternativa, que agora também era encontrada em formatos regionais, em diversos estados brasileiros. Apareciam assim os jornais essencialmente feministas, homossexuais, defensores dos direitos negros, entre outros. A partir de 1977 surgem jornais focados na campanha pela anistia, como *Repórter*, *Resistência* e o feminista *Maria Quitéria* (BRASIL, 2007, p. 14).

Os jornais e publicações alternativos nesta fase foram alvo de forte ação da censura, o que se refletia não só nos conteúdos, mas também na linguagem e nos padrões estéticos de muitos deles.

Com a centralização da censura prévia dos jornais alternativos em Brasília, a partir de 1973, os jornais eram obrigados a mandar seus originais com dias de antecedência, e recebiam de volta apenas sobras para serem remontadas. Foram duramente atingidos por esse sistema de censura prévia *Opinião*, *Politika*, *Movimento*, *Pasquim* e *O São Paulo*, o jornal da Cúria metropolitana de São Paulo. (KUCINSKI, 1991, p. 52)

Os jornais alternativos surgidos na “segunda onda” passaram a desempenhar, no cenário de censura e repressão, um importante papel, pois não eram apenas “símbolos de resistência da sociedade civil ao autoritarismo, ou expressão de um movimento ou uma articulação de resistência: eles eram a própria resistência” (KUCINSKI, 1991, p. 52). E isso não se dava apenas nas grandes cidades. Houve também publicações alternativas regionais de fôlego, produzidas por intelectuais ou jornalistas que atuavam fora dos grandes centros. No Paraná, a cidade de Londrina foi um centro de produção de periódicos, tendo abrigado

uma típica linhagem regional a partir do semanário *Novo Jornal*, lançado em 1971 com bases empresariais, mas com uma proposta editorial atrevida. Ali se juntou o grupo de jornalistas jovens, focas, futuros protagonistas de *Terra Roxa* (1972) e *Poeira* (1974), dois dos mais aguerridos jornais estudantis da história de Londrina; de *Atalho* (1975), porta-voz da Associação dos Professores Licenciados do Paraná; de seu sucessor, *Água Corrente*; e, finalmente, de *Paraná Repórter* (1980), o jornal da cooperativa dos jornalistas de Londrina, e *Fala Paraná* (1981), braço do jornal *Movimento* em Londrina (KUCINSKI, 1991, p. 21)

As publicações *nanicas* prosperavam e se multiplicavam no país no vácuo do silêncio da imprensa tradicional sobre os abusos e as torturas praticadas nos porões do regime militar e do apoio que os grandes veículos davam às medidas econômicas do governo militar.

Os principais debates dos anos 1970 [...] as principais questões políticas e teóricas, as grandes polêmicas, as tendências artísticas e culturais — tudo está nas páginas da imprensa alternativa. Da dívida externa à reforma agrária; das grandes campanhas nacionais (como a luta pela anistia, por eleições livres e diretas, pela constituinte, contra a carestia) ao boom da literatura latino-americana; dos debates sobre o aborto e

sobre a sexualidade à luta contra a tortura. A imprensa alternativa nos traz também o confronto entre dois tipos de esquerda: a tradicional e a alternativa; entre duas formas de se encarar a política. Entre duas utopias. (ARAUJO, 2000, p. 33)

Nesse contexto, a imprensa estudantil ocupou posição de destaque como voz de oposição e resistência. Num ambiente de censura e repressão violenta, os jornais estudantis, assim como ocorria com as publicações alternativas, transformaram-se em palco de ação política. Se a imprensa comercial se calava e consentia, seja em função da censura, seja por conta do apoio dos donos dos veículos de comunicação à ditadura, os alternativos e as publicações estudantis escancaravam o protesto, a crítica, a discordância e o enfrentamento ao regime.

Denunciavam os abusos, reivindicavam a volta das liberdades cerceadas usando o humor, a linguagem irreverente, a charge, a caricatura, o desenho, o visual gráfico ousado e muitas vezes agressivo. Essa postura fez da imprensa *nanica* e da imprensa estudantil espaços de ação livres de interesses comerciais que pudessem limitar o escopo do que poderia ou não ser dito. A imprensa estudantil, que será o foco da atenção nos capítulos seguintes, desempenhou, após o recrudescimento do regime, o papel de ator político. Constituiu-se num meio de os estudantes se fazerem representar na arena política e resistir, num tempo em que as formas tradicionais de resistência não eram mais possíveis.

CAPÍTULO 2: O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A DITADURA MILITAR

Para compreender o papel da imprensa estudantil na resistência à ditadura militar é necessário analisar de que forma o movimento estudantil foi atingido pelo golpe de Estado de 1964 e depois pelas ações do regime autoritário. Conforme Martins Filho, o golpe civil-militar de 1964 representou “a resposta do conjunto das classes dominantes brasileiras ao processo de aguçamento das lutas populares, principalmente a partir do início dos anos 60” (1987, p. 75). O golpe de Estado foi urdido em pleno contexto de intensificação da Guerra Fria, após a crise dos mísseis de 1962, incidente diplomático entre os Estados Unidos e a União Soviética detonado pela instalação de mísseis nucleares soviéticos em Cuba.

Em meio à intensificação das disputas ideológicas entre EUA e URSS, ganhou força a ideia disseminada pela poderosa máquina de propaganda estadunidense de um risco iminente de “comunização” da América Latina. O que havia ocorrido em Cuba após a revolução nacionalista – o país aliou-se à comunista URSS depois dos embargos econômicos impostos pelos EUA à ilha por causa das mudanças implantadas pelo governo revolucionário – era, para o governo americano, um grande e temido exemplo do que poderia acontecer na América Latina. O governo de John Kennedy já vinha empreendendo ações preventivas no continente para conter o avanço das ideias comunistas, como o programa de desenvolvimento *Aliança para o Progresso*, lançado em 1961 e implantado também no Brasil.

[...] a Revolução Cubana em 1959 implicou a expansão de movimentos revolucionários e, ao mesmo tempo, uma maior intervenção dos Estados Unidos no patrocínio de golpes que culminaram na instituição de ditaduras atroztes ao longo das décadas de 1960, 1970 e ao menos em parte da seguinte. (MUNHOZ, 2020, p. 207-208)

A campanha de desestabilização do governo de João Goulart empreendida pelas elites empresariais, militares e políticas brasileiras, que preparou o terreno para o golpe de Estado de 1964, teve apoio dos EUA. No cerne deste processo estava a ideia da urgência em conter a expansão do comunismo no Brasil, associado ao governo de Goulart. O então presidente da República era visto como um político de relações muito próximas com o sindicalismo e que poderia abrir caminho para o crescimento de organizações comunistas no país. Havia um temor de que Goulart implantasse uma “república

sindicalista” e acabasse suplantado pelos seus aliados comunistas, ideia que só pode ser compreendida à luz da “paranoia da Guerra Fria”.

Para o embaixador [Lincoln Gordon], Goulart tomaria o poder em 1º de maio de 1964, no simbólico Dia do Trabalhador, em São Paulo. Seguindo os passos de seu instrutor – Getúlio Vargas – Goulart tomaria o poder, mas ele era muito menos competente e inteligente, logo seria deposto pelos comunistas e o Brasil mergulharia no totalitarismo. (LARA, 2019, p. 182)

Em meio ao processo de desestabilização do governo Goulart, ocorriam “disputas em torno de alternativas diametralmente opostas de desenvolvimento para o Brasil”, que tinham base “na associação do grande capital nacional com o internacional e na concentração de renda” (DIAS, 2008, p. 38-39). O golpe de Estado foi o desenlace dessas disputas e a hegemonia do grupo que naquele momento “venceu” e impôs seu projeto político e de desenvolvimento para o país foi estabelecida com a instauração da ditadura e a aplicação de medidas de exceção que incluíram a repressão violenta.

O movimento estudantil, por assumir uma postura de oposição a esse projeto, entrou para o rol dos inimigos do regime. Dentro dessa lógica, foi “alvo de várias tentativas de desarticulação, devido ao seu nível de politização e participação em movimentos aliados ao governo anterior, sobretudo no que se refere às Reformas de Base” (ZAPARTE, 2011, p. 55-56). Para implementar seu projeto político e de desenvolvimento, os militares, assim que tomaram o poder, agiram para desarticular qualquer tipo de oposição. Uma das ações foi a chamada “Operação Limpeza”, que teve por objetivo a desarticulação de organizações populares e partidos de esquerda por meio da perseguição de seus líderes, incluindo políticos ligados ao governo de João Goulart. Entre os alvos da repressão política estavam as lideranças estudantis. Essas ações de repressão foram acompanhadas da criação de medidas para impedir manifestações dos discordantes, processo que levou a uma paulatina militarização do aparelho de Estado.

Foi neste contexto social de progressivo domínio militar sobre o aparelho de Estado, de repressão às organizações populares e definição de uma política de desenvolvimento favorável ao grande capital monopolista [...] que o movimento universitário retomou suas atividades políticas no pós-golpe, voltando-se paulatinamente para a luta antiditatorial e procurando retomar algumas das bandeiras que motivaram sua mobilização na fase precedente. (MARTINS FILHO, 1987, p. 77)

Não por acaso, no dia 1º de abril de 1964 a sede da UNE, localizada na praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, foi metralhada e incendiada. Outra investida autoritária contra o movimento estudantil se deu com a Lei Suplicy de Lacerda, de novembro de 1964, que atingiu de forma certeira a organização dos estudantes, cassando a representatividade legal da UNE e das UEEs, que passaram a atuar na clandestinidade. Órgãos de representação estudantil dentro das universidades, como os centros acadêmicos, foram extintos e em seu lugar novas entidades foram criadas, atreladas legalmente ao Estado por meio do MEC. Líderes do movimento estudantil foram presos.

Mesmo em meio à forte repressão que se seguiu ao golpe de 1964 os estudantes não deixaram de se movimentar politicamente para impedir que os militares alcançassem o intento de impedir sua organização, que naquele momento se rearticulava após um período de disputa de hegemonia entre as correntes liberal e de esquerda em suas principais entidades representativas. Ironicamente, a forte repressão e o golpe dos militares contra as entidades de representação estudantil acabaram por unir as correntes liberais e de esquerda do ME. Segundo Martins Filho, “a luta contra a legislação autoritária se configuraria na motivação inicial para a reaglutinação política e organizativa do movimento, durante o ano de 1965 e, nesse quadro, criaram-se as condições iniciais para a gradativa retomada da esquerda” (1987, p. 116). Foi a partir dessa reaglutinação que se empreendeu a resistência dos estudantes nos anos seguintes.

Até 1968 os estudantes confrontaram a ditadura de maneira aberta e corajosa, realizando ações de massa como protestos, passeatas e congressos, fato que demonstra que os militares não alcançaram êxito na tarefa de controlar a mobilização estudantil. Superando as divergências e as disputas de força, o movimento fortaleceu-se ao promover a “união dos estudantes em lutas contra o regime militar” (ZAPARTE, 2011, p. 56), que se deram de diversas maneiras.

A partir de 1968, com o AI-5, a UNE “passou a buscar alternativas para praticar uma resistência à ditadura até o seu esmorecimento” (MÜLLER, 2010, p. 17). Uma parte da militância estudantil engajou-se na luta armada, mas a grande maioria buscou empreender a resistência pacífica “no âmbito da universidade, empunhando bandeiras em prol da melhoria da educação e através de manifestações culturais variadas” (MÜLLER, 2010, p. 17).

Para entender as formas de resistência empreendidas a partir de então, é preciso considerar o fato de que o movimento estudantil, assim como todo movimento social, não era homogêneo. Dentro do processo de gradativa retomada da esquerda, o ME passou a

abrigar diversas linhas ideológicas, muitas delas divergentes e em constantes disputas internas. Maria Paula Nascimento Araujo define essas linhas ideológicas que disputavam a hegemonia dentro do movimento estudantil como “tendências que eram, na verdade, expressões universitárias e legais de organizações de esquerda clandestinas” (2000, p. 119). Essas tendências foram se evidenciando dentro do movimento estudantil a partir de um processo de reconfiguração das esquerdas ocorrido após a derrota da luta armada.

Abandonando a perspectiva de luta armada, a maior parte das organizações — ou de militantes individuais — que haviam sobrevivido ao cerco da repressão voltava a fazer uma análise na qual sobressaía a necessidade de uma luta política legal. A ditadura era definida como um estado de exceção, de arbítrio, que devia ser combatido principalmente através dos argumentos do direito. A conjuntura era definida como um momento de “resistência” à ditadura militar. Para a maior parte das organizações de esquerda, a tarefa política principal era justamente organizar essa resistência. (ARAUJO, 2000, p. 122)

A organização dessa resistência se daria em meio a disputas em torno das concepções de formas de luta a serem empreendidas. Essas disputas refletiam-se no seio do movimento estudantil por meio das diferentes tendências.

Tal diversidade interna representava a heterogeneidade das esquerdas brasileiras que viviam naquele contexto um processo de autocrítica e de revisão de tática e de estratégia política. As disputas internas entre esses grupos ditavam o ritmo da luta política empreendida pelo movimento ao longo dos anos da transição. A bandeira das liberdades democráticas aglutinou grande parte desses grupos que ampliaram os limites da abertura imposta pelo regime militar. (LACERDA, 2015, p. 190)

Por conta da força do movimento e do potencial de repercussão da sua voz e das suas ações, as lideranças estudantis representavam para o regime autoritário alvos a serem vigiados e enquadrados na Doutrina de Segurança Nacional, que teve seus princípios formulados nos domínios da Escola Superior de Guerra (ESG). Os objetivos principais da vigilância eram “identificar e eliminar os ‘inimigos internos’, ou seja, todos aqueles que questionavam e criticavam o regime estabelecido. E é bom que se diga que ‘inimigo interno’ era, antes de tudo, comunista” (PRIORI, 2012, p. 200). Seguindo essa lógica de identificar e eliminar os inimigos internos, relatórios policiais da DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) faziam uma diferenciação entre os estudantes considerados “perigosos” dos que não se constituíam em ameaça.

Há momentos em que os próprios relatórios da polícia política identificam estudantes ligados à presidência da UPE [União Paranaense dos Estudantes] como “democratas”. O sujeito considerado “democrata” era aquele que não representava uma ameaça de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional. Porém, em outros momentos de tais relatórios, vários estudantes são considerados “comunistas”, “baderneiros”, “agitadores”, “subversivos”, entre outros, sendo estes considerados perigosos à Segurança Nacional, pois possivelmente estariam engajados na luta contra a ditadura militar. (ZAPARTE, 2011, p. 16).

Os órgãos de vigilância das instâncias superiores à polícia política também estabeleciam essa classificação dos sujeitos sociais da área de educação e do movimento estudantil a partir de algumas nomenclaturas. Os vigiados eram classificados a partir do seu perfil ideológico e posição de liderança. “Era comum a utilização de termos como ‘democrata’, ‘esquerdista’, ‘subversivo’ e ‘indiferente’, nas qualificações referentes ao primeiro quesito e, quanto ao segundo, de outros como ‘líder’ ou ‘inocente útil’” (MANSAN, 2014, p. 73)

A repressão ao movimento estudantil ganhou suporte legal já no início do período ditatorial, com a Lei Suplicy de Lacerda, de 9 de novembro de 1964, cujo objetivo era dar um golpe certeiro nos mecanismos de mobilização dos estudantes. Foram extintas a UNE (União Nacional dos Estudantes) e as UEEs (Unões Estaduais de Estudantes). No lugar dessas entidades foram criadas novas, como “o DNE [Diretório Nacional dos Estudantes] e os DEEs [Diretórios Estaduais dos Estudantes], legalmente atrelados ao Estado [...]” (DIAS, 2008, p. 39). O objetivo era extinguir o movimento estudantil organizado por meio da destruição da autonomia de suas entidades representativas.

A Lei Suplicy de Lacerda visou, especialmente, à extinção do movimento estudantil brasileiro. Para acabar com a participação política dos estudantes, a Lei procurou destruir a autonomia e a representatividade do movimento, deformando as entidades estudantis, em todos os escalões, ao transformá-las em meros apêndices do Ministério da Educação, dele dependentes em verbas e orientações. (POERNER, 1979, p. 231)

Ao invés de aplacar, a investida do governo ditatorial acabou dando o combustível que incendiou e fez crescer a mobilização do movimento estudantil, que teve seu marco em 1966, com as passeatas de setembro, conhecidas como *setembradas*. Nelas, “palavras de ordem contra o acordo MEC/USAID e o ensino pago, foram se transformando em palavras de ordem contra a ditadura” (KUCINSKI, 1991, p. 34). A Lei

Suplicy de Lacerda produziu o paradoxo efeito de “aglutinar, na luta pela sua revogação, o movimento estudantil, que atravessava, naturalmente, uma fase de reorganização, como consequência da perseguição de seus líderes” (POERNER, 1979, p. 231)

Em 1968 as grandes manifestações estudantis atingiram o auge e foram violentamente reprimidas pela polícia. Numa dessas manifestações o estudante secundarista Edson Luis foi morto depois de ser baleado por policiais numa passeata contra o fechamento do restaurante estudantil Calabouço, no Rio de Janeiro. O cortejo fúnebre com o corpo do estudante assassinado pela polícia foi acompanhado por 50 mil pessoas e a partir dali grandes manifestações foram realizadas em diversos pontos do país.

A polícia militar voltou a agir com violência na missa de sétimo dia do estudante, jogando a cavalaria sobre os participantes, o que inflamou a revolta. Diante desses acontecimentos, as manifestações de massa ganharam grande amplitude, principalmente no Rio de Janeiro, onde a população aderiu às passeatas e também enfrentou a polícia. Ainda houve outros episódios violentos no Rio, como a “Sexta-Feira Sangrenta”, quando polícia e manifestantes se confrontaram durante seis horas, e a “Passeata dos Cem Mil”, em apoio aos estudantes e em repúdio à repressão policial.

Foi nesse contexto de ebulição política e social que a repressão violenta, o cerceamento das liberdades e a vigilância dos civis pelo regime autoritário ganharam verniz de legalidade com a edição do AI-5. Porém, já desde muito antes o sistema de vigilância da ditadura mantinha seus olhos sobre o movimento estudantil. E essa vigilância se estendeu ao longo de todo o regime autoritário.

Diretórios acadêmicos de instituições públicas e privadas, assim como uniões estudantis de abrangência estadual, foram acompanhados de perto pelo sistema de controle entre 1964 e 1988. Os setores de informações das Delegacias e Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), por exemplo, registravam não apenas a nominata das chapas eleitas, mas também das derrotadas. Por meio da análise dos “antecedentes” dos candidatos, mesmo o simples desejo de participar da política estudantil era cuidadosamente averiguado. Isso porque, na visão dos agentes de vigilância, poderia se tratar de intenção de uso da política estudantil para “fins subversivos” (MANSAN, 2014, p. 60)

Uma das bandeiras do movimento estudantil que entraram em linha de confronto direto com o governo ditatorial foi a histórica luta pela universidade pública, gratuita e de qualidade. As ações dos estudantes incluíam a realização de seminários e congressos, que denunciavam e criticavam “o acesso restrito às Universidades, lutando pelo acesso à educação pública, gratuita e de qualidade e pela liberdade política” (ZAPARTE, 2011, p.

164). Esse posicionamento em defesa de um modelo de universidade que se opunha diametralmente ao projeto político e de desenvolvimento dos militares transformou a reforma universitária num tema espinhoso para o regime, que buscou alternativas de ação que fossem além da repressão aos protestos estudantis.

Como resultado, essa que era uma das grandes bandeiras dos estudantes desde muito antes do golpe de Estado de 1964 foi adaptada pelo governo militar em um projeto compatível com os interesses do regime. Ou seja, “mudou de mãos e de signo, visando agora, fundamentalmente, a racionalização das estruturas universitárias, a fim de adaptá-la à etapa monopolista do desenvolvimento capitalista brasileiro” (MARTINS FILHO, 1987, p. 146). Além disso, a reforma neutralizava também outro grande problema para o regime, pois serviria para desarticular a organização do movimento estudantil, como veremos mais adiante.

A reforma universitária implementada pelos militares teve como base preceitos do acordo MEC-USAID, estabelecido sigilosamente entre o Ministério da Educação e Cultura brasileiro e a *United States Agency for International Development* (USAID). O acordo, assinado em 1966 e posteriormente reformulado e ampliado em 1967, determinava uma reforma no ensino orientada por diretrizes formuladas por técnicos estadunidenses, tendo por base o modelo norte-americano. O principal alvo era o ensino superior, um nível estratégico da educação. A reforma tinha por objetivo “uma formação técnica mais ajustada ao plano desenvolvimentista e econômico brasileiro, em consonância com a política norte-americana para o país” (FRANZON, 2015, p. 40620-40632). Portanto, esse projeto de reforma “era frontalmente contrário à perspectiva anteriormente defendida pela UNE [União Nacional dos Estudantes]” (DIAS, 2008, p. 41).

Entre seus objetivos estavam

a transformação da universidade estatal numa fundação privada, eliminação da interferência estudantil na administração, tanto colegiada quanto gremial, colocação do ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes durante um período de 10 anos. (POERNER, apud DIAS, 2018, p. 185)

E também:

departamentalização, regime de créditos, vestibular classificatório, licenciaturas curtas. Determinou o limite máximo de 1/5 para a participação estudantil nos órgãos colegiados e exigiu dos candidatos

frequência (75%) e aproveitamento (presença nos dois primeiros terços da turma) mínimos no período anterior. Aos diretórios firmou-se a necessidade de submeter os seus regimentos e acerto de contas à aprovação da respectiva administração universitária. (DIAS, 2018, p. 187)

A reforma universitária foi implantada a partir de 1968 sem, portanto, contemplar as expectativas do movimento estudantil, que historicamente defendia não apenas o ensino público e gratuito, mas também a implantação das mudanças a partir de um debate amplo e democrático com as comunidades universitárias. Foi uma reforma imposta de cima para baixo, que teve como um dos pilares a desarticulação da mobilização estudantil para silenciar uma voz de oposição, o que o regime já vinha tentando desde 1964, com a cassação da “existência legal da UNE e das UEEs [União Estadual dos Estudantes], assim como a possibilidade de ação autônoma das entidades estudantis, convertidas oficialmente em órgãos do Estado”. (DIAS, 2011, p. 86). As bases do poder de mobilização dos estudantes também foram enfraquecidas com a extinção dos centros acadêmicos, “que acabaram sendo substituídos por diretórios setoriais que aglutinavam estudantes de vários cursos de uma mesma unidade (faculdades, centros de áreas afins) das universidades”. (DIAS, 2011, p.86)

O corolário das medidas repressivas que vinham sendo tomadas pelos militares desde o golpe de Estado contra as entidades estudantis se deu com a edição do Decreto-lei 477, de fevereiro de 1969, que legalizou e instrumentalizou as medidas repressivas do AI-5 no ambiente universitário. A historiografia normalmente coloca o AI-5 e o DL 477 como marcos da desmobilização dos estudantes em função do aprofundamento do estado de exceção e, principalmente, do recrudescimento da repressão. Se o período de 1964 a 1968 foi caracterizado pelas grandes manifestações de massa dos estudantes contra a ditadura, a partir do AI-5 teria ocorrido, na visão destes setores da historiografia, uma desarticulação do movimento estudantil por conta da forte perseguição do aparato repressor.

No entanto, novas pesquisas, como a desenvolvida pela historiadora Angélica Müller, apontam que, apesar da desmobilização das manifestações de massa e da retirada da UNE da cena política por ter sido declarada ilegal pelos militares, os estudantes não cessaram as ações de resistência à ditadura, buscando novas formas de luta. Müller estendeu sua pesquisa – da qual trataremos ainda neste capítulo – para além do eixo Rio-São Paulo. Além da UERJ e da PUC no Rio de Janeiro, e da USP de São Paulo, a

historiadora analisou também a atuação estudantil na UFMG, de Minas Gerais, na UFPE, de Pernambuco, na UFBA, na Bahia e na UFRGS, no Rio Grande do Sul.

Uma evidência de que o movimento estudantil continuava agindo por meio de novas estratégias de luta está no fato de os órgãos de vigilância e repressão terem mantido as medidas restritivas ao longo da década de 1970, mesmo com o fim das manifestações estudantis de massa e da luta armada. O fim da luta armada, segundo Araujo (2000), teve dois significados: de derrota diante da grande violência por parte do regime autoritário e de início de um processo de mudança no modo de agir das esquerdas, que passaram a buscar canais de luta política legal. E algumas organizações de esquerda que estavam na clandestinidade encontraram no movimento estudantil um meio para continuar sua ação política.

A vigilância sobre os estudantes nas instituições de ensino superior não só foi mantida, como recrudescceu, um sinal de que o regime autoritário reconhecia que, mesmo com a desarticulação promovida pelas medidas de exceção, continuavam ocorrendo movimentos de contestação no ambiente universitário.

Em 1974, a 2ª seção do II Exército afirmava estar ocorrendo “o desencadeamento de um movimento contestatório”, sob orientação do “Movimento Comunista Internacional”, o qual estaria aproveitando, para tanto, a concomitância da “mudança do Governo Federal” com “o reinício das atividades estudantis” nas universidades. [Na visão do órgão de vigilância] os estudantes eram dirigidos pelo “Movimento Comunista Internacional” e pelo PCB, o que, na visão daquele órgão de vigilância, seria claramente perceptível pelo tipo de “doutrinação” e pela “técnica empregada para a arregimentação estudantil”. A USP era vista como o centro do movimento. De modo a corroborar tal afirmação, eram assinaladas “reuniões e concentrações” ocorridas naquela instituição desde o início de abril de 1974, cujos objetivos, na visão dos agentes, eram “nitidamente subversivos”. Tratava-se, sobretudo, de protestos em favor dos presos políticos, alguns deles com a participação de advogados engajados na defesa de perseguidos políticos, de membros de outras instituições de educação superior (como a “Madre Cristina, da PUC”) e de políticos (como o deputado estadual Agenor Lino de Matos). (MANSAN, 2014, p. 61-62)

Para combater esses movimentos contestatórios, o órgão sugeriu, por meio de um documento confidencial⁸, uma série de medidas a serem aplicadas no ambiente

⁸ *INFORMAÇÃO n° 516/74-PSS*, de 20/abr/1974, confidencial, da 2ª Seção do II Exército para CIE, 9ª RM, 2ª RM, 2ª DE, 11ª Bda Inf Bld, 12ª Bda Inf-AD/2, SNI/ASP, DPF/SP, CIOp/SSP/SP, DOPS/SP, PMESP, sobre “movimento estudantil”, com “cópias de panfletos afixados em faculdades da USP”. APEJE/DOPS, pasta 30.468. (MANSAN, 2014, p.61)

universitário, que incluíam não apenas a vigilância e a força, mas também ações com objetivo de “melhorar” a imagem do regime diante dos estudantes.

Aos “órgãos de ensino”, sugeria: “melhoria do ensino” e eliminação de “outros fatores de descontentamento” vinculados a questões como material didático ou instalações [ou seja, condições para formação de consensos favoráveis ao regime]; a efetiva aplicação da legislação especificamente destinada ao controle do campo da educação superior (eram destacados os Decretos-lei nº 228/67 e nº 477/69), “*inclusive para elementos do corpo docente ou administrativo, tendo em vista impedir a atuação dos agitadores*” [repressão apoiada em normas preestabelecidas]; a “*substituição de professores e diretores de ideologia esquerdista ou incapazes para as funções*” (a mencionada incapacidade correspondia provavelmente à não colaboração com as ações de controle) [repressão]”. (MANSAN, 2014, p. 62-63, grifos do autor)

Havia, ainda, recomendações específicas para os órgãos de segurança sobre a atuação dos estudantes. O documento elencava uma série de medidas a serem aplicadas: o “estreito acompanhamento das atividades estudantis”, a “identificação e registro dos líderes”, a “realização de sindicâncias ou inquéritos se houver agravamento da situação”, o “enquadramento na Lei de Segurança Nacional” e o “emprego de força” (MANSAN, 2014, p. 63).

As lideranças estudantis exiladas no exterior também eram vigiadas de perto pelo regime e o meio de empreender esta vigilância era a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Os órgãos de vigilância supunham que as lideranças em exílio pudessem enviar instruções de ação ao movimento estudantil no Brasil e por isso a ECT “monitorava as correspondências enviadas para destinatários assinalados pelos órgãos de vigilância como possíveis receptores de comunicações de lideranças ‘subversivas’” (MANSAN, 2014, p. 74). Os órgãos de vigilância também monitoravam o fluxo de brasileiros “para outros países, bem como suas atividades no exterior, em alguns casos com a colaboração de órgãos de vigilância estrangeiros” (MANSAN, 2014, p. 74) para evitar que as lideranças estudantis que estivessem fora enviassem instruções para o Brasil.

Exemplar disso é uma informação da agência central do SNI, de 1976, disseminada para todas as suas agências regionais e também para os centros de informações das Forças Armadas. Seu título era sintomático: “Brasileiros no exterior programam subversão no meio estudantil”. No documento, informava-se que três estudantes brasileiros [Vladimir Palmeira, José Dirceu e outro identificado apenas como Arantes, provavelmente Aldo Arantes], caracterizados como líderes, teriam se reunido na Argentina, em data não identificada (presumivelmente em

1976), quando teriam estruturado, “junto a estudantes brasileiros, uma forma de canalizar o descontentamento estudantil na massa populacional brasileira”.⁹

Outra forma de operação dos órgãos de repressão dentro do ambiente universitário era a infiltração de agentes, que não só participavam das atividades do meio estudantil e de eventos acadêmicos, como também vigiavam corredores e salas de aula, municiando de informações os órgãos de vigilância. Sob a “lógica da suspeição”¹⁰, os alvos, além dos estudantes, eram também professores e funcionários das instituições de ensino. Muitas prisões foram feitas a partir de informações repassadas pelos infiltrados, como a de um professor e de oito estudantes, em 1979¹¹, “dentro do *campus* do Vale da Canela, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), *por policiais militares que lá estavam trabalhando ‘à paisana’*” (MANSAN, 2014, p. 108, grifo do autor). Além dos agentes infiltrados, “contribuíram decisivamente vários colaboradores (voluntários ou cooptados, eventuais ou assíduos), oriundos em boa medida das próprias IES [Instituições de Ensino Superior] vigiadas” (MANSAN, 2014, p. 319).

Mesmo considerando as prisões e expurgos de professores, pesquisadores e funcionários no ambiente universitário, é possível afirmar que os estudantes foram os maiores alvos da vigilância do regime autoritário, bem como das medidas repressivas mais duras, que incluíram tortura e assassinatos.

2.1 Geisel chega ao poder

Os anos 1970 foram marcados por dois momentos emblemáticos do regime autoritário: os governos do general Emílio Médici, que exerceu a repressão mais violenta contra os opositores, e do general Ernesto Geisel, quando o regime sofreu pressões internas da ala militar contrária à ideia de distensão política, enfrentou uma crise econômica acentuada pelos reflexos do fim do “milagre econômico” e o crescimento das

⁹ *INFORMAÇÃO n° 1169/19/AC/76*, de 17/dez/1976, confidencial, da agência central do SNI para todas as suas agências regionais, bem como para CIE, CISA e CENIMAR. AN/SNI, ACE 100066-76. (MANSAN, 2014, p. 74)

¹⁰ Termo criado por Marionilde Magalhães para descrever “um padrão de pensamento e de ação de vigilância: enraizada na cultura institucional da maioria dos órgãos de vigilância, sobretudo daqueles cujas origens remontavam às primeiras décadas do século 20, fazia com que qualquer pessoa pudesse parecer, aos olhos dos agentes de vigilância, um potencial inimigo.” (MANSAN, 2014, P. 75)

¹¹ *INFORMAÇÃO n° 1195/75-B*, de 16/mai/1975, do III Exército para o CIE, CMP (Comando Maior do Planalto), CMA (Comando Militar da Amazônia) e para o I, II e IV Exércitos, repassada pelo I Exército para o DOI/Ex, para a SSP/RJ, para a AMAN, para o 1º BPE, para a 1ª DE e diversos outros órgãos de sua alçada. Classificado como confidencial. BR MGAPM, XX DMG, pasta 32. (MANSAN, 2014, p. 108)

pressões sociais pela democratização do país. As edições do jornal estudantil *O Brado Universitário* analisadas neste trabalho circularam durante o governo Geisel e por essa razão faz-se necessário contextualizar de forma mais detida o período para atribuir sentido a algumas hipóteses formuladas durante a pesquisa.

A posse do general Ernesto Geisel na presidência da República, em 1974, marcou um ponto de inflexão do regime autoritário por conta da disputa de hegemonia entre os militares apoiadores do novo governo e a chamada “linha dura” das Forças Armadas. No centro da disputa entre os dois polos estava o projeto de distensão de Geisel para uma “abertura política ‘lenta, gradual e segura’ (nas palavras de seus idealizadores)” (ARAUJO, 2000, p. 116).

Apesar de ser apresentado como um aceno de abertura democrática que deixava descontentes as alas militares mais radicais, o projeto de Geisel constituía-se numa tentativa de busca de um consenso social em nome da manutenção do regime.

O processo de “distensão” e “abertura” era, sobretudo, um projeto de institucionalização do regime. Como estadista de visão estratégica, Geisel sabia que o aparato policialesco de repressão era insuficiente e arriscado para tutelar o sistema político, sob risco do governo isolar-se dele. Efetivamente, há uma agenda de abertura, quando muito, só após 1977. Até então “abertura”, dentro da concepção palaciana, era sinônimo de institucionalização da exceção, descompressão pontual, restrita e tática e projeto estratégico de retirada para os quartéis *sine die*. (NAPOLITANO, 2014, p. 210).

Se as aspirações dos que se opunham à ditadura eram pela democratização do país, do lado do regime autoritário as intensões em pouco, ou quase nada, se aproximavam delas. O projeto de distensão política do governo Geisel era mais uma estratégia política do que uma verdadeira intenção de concretizar a abertura política.

A necessidade do momento era ativar o consenso em torno de um regime que começava a sofrer muitas críticas, o que nos sugere as estratégias de produção e difusão de um discurso que, ao alardear a intenção da distensão democrática, e protagonizar a abertura de algum espaço para a restauração de determinados princípios liberais, criava condições para a consolidação do domínio político. Afinal, nem mesmo em uma ditadura, instaurada por meio de um golpe de Estado, há condições de que um regime se mantenha sem o mínimo de consenso, pois só o uso da coerção não o levaria a outro fim, senão a impossibilidade de seu funcionamento.” (AMORIM, 2014, p. 93).

Medidas tomadas pelo governo Geisel demonstram que a prática estava apartada do discurso, uma vez que recursos autoritários foram utilizados para atingir objetivos do

regime. Em abril de 1975 as prerrogativas do Ato Institucional nº 5 foram aplicadas pelo Executivo para intervir na prefeitura de Rio Branco, capital do Acre, e seriam utilizadas novamente, mais tarde, para cassar parlamentares e fechar o Congresso Nacional (AMORIM, 2016). A continuidade da prática de tortura de presos políticos e de assassinatos durante o governo Geisel são fatos que também confrontam seu discurso de distensão política. Logo no início do seu governo, o general-presidente deu a ordem para a execução dos últimos guerrilheiros do Araguaia, segundo memorando da CIA, a agência de inteligência norte-americana, datado de abril de 1974 e divulgado em 2018 pelo pesquisador Matias Spektor, da Fundação Getúlio Vargas. Foi também nesse período que vários dirigentes do PCB foram presos, torturados ou desapareceram. Houve, a partir de Geisel, uma mudança na abordagem das mortes de presos políticos. Argumentando que a subversão havia sido vencida e dizimada, a ditadura passou a não mais noticiar a morte de opositores em falsos tiroteios, atropelamentos ou durante tentativas de fuga. Com essa abordagem, o número de “desaparecidos políticos” aumentou.

Com esses fatos encobertos pelo manto do sigilo e do segredo que revestia a ação dos militares naquele momento, o projeto do grupo político de Geisel buscou o consenso e o apoio social por meio do discurso da distensão. Discurso esse que foi sendo materializado ao longo do governo com decisões que tinham apelo político, mas que se concretizaram mais por causa da pressão social, como se verá a seguir, do que pelas intenções de Geisel. O “fim do AI-5, a articulação da lei de anistia (1979) e a reformulação da lei de segurança nacional (1979)” (AMORIM, 2016, p. 59) foram medidas – algumas delas complementadas no governo de João Figueiredo – que colaboraram para a cristalização da imagem, e da memória, de Geisel como o construtor da abertura política, ofuscando a verdadeira intenção que naquele momento revestia as estratégias do grupo político-militar que o apoiava, ou seja, a obtenção do consenso necessário e a adaptação ao contexto político para possibilitar a continuidade do regime.

As estratégias de Geisel e seu grupo acabaram por se deparar com a imprevisibilidade da vida real. As eleições parlamentares de 1974, que registraram um crescimento exponencial do MDB – o partido recebeu uma expressiva votação – representaram um abalo político para o regime, principalmente porque foram uma demonstração mais das “insatisfações dos eleitores contra o governo do que um crédito dado à oposição consentida.” (MÜLLER, 2010, p. 102). Ao mesmo tempo, as esquerdas se reconfiguravam e os debates sobre a redemocratização ganharam corpo não apenas no campo da oposição, mas em outros segmentos da sociedade. A derrota da luta armada

trouxe, para a esquerda, o desafio de repensar a atuação e a participação por meio de uma “política ampla de alianças para democratizar o país, privilegiando uma ação frentista e unificada das oposições, parlamentar e institucional, que isolasse o regime”. (NAPOLITANO, 2014, p. 216).

A democracia representativa burguesa, mesmo sendo questionada pelas esquerdas, apresentou-se como o caminho mais curto, naquele momento, para ampliar a participação popular e para restituir o país ao Estado de Direito. Os remanescentes da luta armada também tiveram que repensar o modo de ação e, “ainda que não abrissem mão da revolução como objetivo final, passaram a fazer autocríticas nas quais o problema da política de massa se colocava como alternativa ao colapso da esquerda armada” (NAPOLITANO, 2014, p. 216).

As organizações de esquerda enxergavam com clareza no projeto de Geisel uma articulação política para que o processo de abertura se mantivesse sob controle dos militares e, com isso, não levasse a uma transição de fato para um regime democrático. O posicionamento da APML (Ação Popular Marxista-Leninista), uma das forças políticas mais expressivas dentro do movimento estudantil naquele momento, deixa isso claro ao tratar o projeto de Geisel como uma “ditadura reformada”. Para a APML, o papel de lutar por uma verdadeira distensão, que pudesse fazer frente ao projeto gestado e conduzido pelo grupo de Geisel para viabilizar a reforma da ditadura, cabia aos movimentos sociais, aí incluído o movimento estudantil. Um documento de 1979, produzido pelo grupo estudantil paulista *Refazendo*, ligado à APML, avaliava o processo de distensão sob esta ótica.

O projeto de ditadura reformada objetiva ganhar tempo, tentando manter-se como centro da negociação da transição deste regime para um outro; isso é condição essencial para que essa negociação da transição se faça por cima, ou seja, fundamentalmente dentro do bloco dominante e, dentro dele, principalmente no interior de sua fração hegemônica. Tem por objetivos, acima de tudo, impedir que, neste momento de transição, através da intervenção do movimento operário e popular, cresça e tome corpo uma alternativa ao regime que seja efetivamente de interesse dos trabalhadores. (ARAUJO, 2000, p. 96)

Graças à pressão da sociedade, o processo de abertura política se concluiria mais de uma década depois, sendo consolidada com a Constituição de 1988. Esse processo se deu graças à “atuação de três atores: os militares, os liberais (muitos deles reunidos em torno do MDB, além dos que atuavam na ‘Grande Imprensa’) e os movimentos sociais,

nos quais o ME se incluía” (MÜLLER, 2010, p. 95-96). Napolitano assinala que a abertura em direção a um regime democrático foi uma conquista sobretudo da mobilização dos movimentos sociais, que, por meio da retomada das manifestações de massa, levaram a público “fatos novos, imprevistos, que colocavam novas demandas políticas, sociais e econômicas, para as quais a estratégia do governo oferecia pouca resposta além da repressão” (NAPOLITANO, 2014, p. 210).

Além das agitações no mundo político, o período iniciado em 1974 também foi marcado por grande turbulência na economia. O chamado “milagre econômico” dava sinais mais evidentes de falência devido, entre vários fatores, à crise internacional do petróleo iniciada em 1973 por conta do conflito entre os países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo).

A inflação de 1974 mais que duplicara em relação ao ano anterior, e o PIB cresceu pela metade. Para retomar o crescimento com taxas aceitáveis de inflação, dentro do projeto de expansão das indústrias de base e de energia, a festa do consumo dos tempos do milagre iria se tornar mais comedida. Era a chamada “reversão das expectativas” que tinha um alvo certo: a classe média. (NAPOLITANO, 2014, p. 215)

A decadência do “milagre” foi especialmente sentida pelos trabalhadores, cujos salários haviam passado por uma mudança na fórmula de reajuste pela inflação, o que levou a perdas reais e a um arrocho salarial contra os quais os sindicatos, até então, não tinham tido como lutar ou se mobilizar por conta da força do aparato repressivo. Além disso, as medidas econômicas adotadas pelos militares resultaram numa brutal concentração de renda – que afetou não só as classes menos favorecidas, mas também a classe média que apoiou o golpe de 1964 –, que acabou sendo evidenciada pela decadência do “milagre”.

Foi neste momento de impasse do regime autoritário que circularam as edições analisadas do jornal estudantil *O Brado Universitário*. Em suas páginas estão refletidas a repercussão entre os estudantes de muitos acontecimentos do período e a visão deles em relação aos rumos políticos que o Brasil tomaria adiante.

2.2 A imprensa estudantil nos anos 1970

Antes de expor o resultado da análise do objeto de estudo desta dissertação, é necessário discorrer sobre o papel da imprensa estudantil durante a década de 1970, tanto

nos anos mais duros da ditadura, quanto no período em que o regime começou a esboçar sinais de esgotamento. A produção de jornais e outros tipos de publicação – murais, cartazes, panfletos – foi uma das frentes em que o movimento estudantil passou a atuar de maneira marcante como estratégia para enfrentar as medidas restritivas impostas pelo AI-5 e pelo Decreto-lei 477, que colocaram os estudantes diante da necessidade de buscar caminhos alternativos para se organizar e resistir, bem como para mobilizar e engajar mais jovens. A imprensa estudantil constituiu-se, conforme tese defendida por Müller (2010), numa ação de “microrresistência” possível num contexto de vigilância e punição dentro do ambiente universitário e de desarticulação das entidades representativas dos estudantes. Como ressaltado anteriormente, o termo microrresistência não tem o sentido de uma resistência menor ou menos eficaz dos estudantes; qualifica uma ação política possível naquele momento.

As publicações estudantis foram um importante canal para a articulação de novas formas de resistência e de engajamento político, levando à criação de estratégias de organização e luta, na medida em que permitiam a circulação de ideias e de informações entre os que se posicionavam contra a ditadura. A imprensa estudantil floresceu durante os anos mais duros da repressão nas universidades e faculdades brasileiras, conferindo identidade e organização a uma luta que, a partir das restrições impostas pela legislação autoritária e da consequente desarticulação das organizações representativas dos estudantes, passou a ser clandestina.

A expressão de ideias, posicionamentos políticos e ideologias por meio da imprensa estudantil foi uma forma de ativismo político neste período de clandestinidade. Foi uma ação de “microrresistência” que demonstra que o movimento estudantil não se desarticulou, pelo contrário, continuou atuante mesmo no período mais repressivo da ditadura militar. Müller ressalta que de maneira diferente do período anterior, “que se caracterizou por uma resistência de um movimento de massas, durante o auge da repressão foi possível realizar uma resistência no interior das universidades e restrita a questões educacionais ou culturais (MÜLLER, 2010, p. 31).

Acreditamos que foi muito mais do que isso. A partir da análise de *O Brado Universitário*, percebemos que a resistência estudantil no período foi muito além das questões educacionais ou culturais. A imprensa estudantil foi uma arena política onde a ditadura foi confrontada de todas as formas, foi criticada, desafiada e contestada em suas medidas autoritárias não só no âmbito do ambiente universitário, mas de toda a sociedade.

Como dito anteriormente, a mudança nas ações da resistência se fez necessária após o AI-5, quando o ambiente universitário passou a ser vigiado ainda mais de perto pelos órgãos de segurança da ditadura para desarticular a mobilização dos estudantes. Na visão do regime autoritário, as universidades abrigavam focos da militância estudantil de esquerda que precisavam ser contidos para evitar o que havia ocorrido durante 1968, quando as facções militares mais radicais ficaram “atemorizadas sobretudo com a força demonstrada pela esquerda estudantil nas ruas, ocupando faculdades, fazendo passeatas, montando barricadas e atacando os setores universitários conservadores”. (MOTTA, 2014).

Poucos dias após a edição do AI-5, universidades foram alvo de operações por parte da repressão, como a ocorrida no campus da Universidade de São Paulo e que resultou na ocupação por militares do Conjunto Residencial da USP (Crusp), local que era referência para as ações da esquerda estudantil (MOTTA, 2014). Durante a operação estudantes foram presos, tiveram seus pertences revistados em busca de provas de participação em atividades subversivas e o Crusp acabou submetido a intervenção militar durante dois anos.

Apesar de existirem dentro das universidades reitores que apoiaram o AI-5, a partir do momento em que começaram a ocorrer expurgos de professores – que faziam recordar a “Operação Limpeza” comandada pelos militares logo após o golpe de 1964 – as opiniões contrárias à legislação autoritária se avolumaram. Aposentadorias forçadas e afastamentos arbitrários de professores considerados de esquerda ajudaram a tornar clara a percepção da extensão dos danos que a legislação autoritária poderia trazer à autonomia das instituições de ensino superior.

As medidas restritivas do Decreto 477 e da reforma universitária promoveram uma transformação total da estrutura de poder dentro das universidades, bem como da representação estudantil. A extinção dos centros acadêmicos, substituídos por diretórios setoriais que reuniam estudantes de diversas áreas de uma mesma faculdade ou universidade, foi um artifício para dificultar a mobilização e que funcionou também para impedir que os estudantes tivessem representação para influenciar as decisões nos conselhos superiores e nos departamentos das universidades (DIAS, 2008). As regras impostas pelo regime militar cerceavam, desta forma, a ampla participação política dos estudantes nas universidades.

O DL 477 previa punições para os alunos por diversos atos considerados subversivos, entre eles a confecção e distribuição de material contra o regime dentro das

universidades. Transformou-se em “símbolo de terror nas universidades”, apesar de a maioria das expulsões de estudantes não ter ocorrido com base em suas normas. Mas a simples existência de um instrumento legal tão restritivo era ameaça suficiente a pairar sobre a cabeça de quem ousasse cometer atos de indisciplina.

[o decreto foi] um dos instrumentos repressivos mais draconianos produzidos pelo regime militar e, por isso, gerou inúmeros protestos e críticas, inclusive entre os apoiadores do governo. Ele tornou-se um símbolo da ditadura, sempre lembrado em manifestações que reivindicavam o retorno à democracia. O repúdio gerado pelo Decreto 477 devia-se à amplitude e à generalidade das “infrações” nele previstas, bem como ao caráter sumário do processo de inquérito. (MOTTA, 2014, p. 103)

Vale nota o fato de que não foi apenas o aparato repressor que trabalhou para desmobilizar a articulação do movimento estudantil no ambiente universitário. Além da ação repressiva derivada do Decreto 477 em si, um clima de arbitrariedade e punição se instalou dentro das próprias estruturas das universidades. O colaboracionismo e a atuação de alguns dirigentes universitários, expulsando estudantes com a justificativa de “cumprir recomendação das chefias militares da área” (MOTTA, 2007), atingiram de forma decisiva a organização estudantil, que precisou buscar novas formas de articulação.

Diante da impossibilidade de levar avante uma atuação política de massa como havia ocorrido até 1968, o movimento estudantil precisou mudar a estratégia para continuar agindo politicamente. Era preciso configurar novas ações de resistência possíveis, “sempre procurando meios para se fazer representar.” (MÜLLER, 2010, p. 16-17). A UNE, agindo na clandestinidade, foi tendo sua atuação como representante nacional dos estudantes universitários enfraquecida e, em 1970, o Conselho da entidade decidiu buscar novas formas de ação por meio da organização de frentes estudantis dentro das universidades e faculdades para que a resistência pudesse continuar. Assim, o movimento estudantil desenvolveu táticas e estratégias para se manter na arena política de oposição à ditadura, sendo, a partir de 1977, o primeiro ator político a retornar às ruas na luta pelas liberdades democráticas.

[...] a retomada do movimento estudantil na segunda metade da década não foi o *despertar de uma inércia*, nem o *preenchimento de um vazio*, apontado por boa parte dos historiadores. Ao contrário, depois de 10 anos de resistência restrita ao ambiente universitário, as greves e a volta às ruas sacramentaram a rearticulação da UNE e reforçaram o pioneirismo dos estudantes. (VALLE, 2017, p. 195, grifo da autora)

Uma das formas de atuação do movimento estudantil no período se deu por meio da representação por turmas, em virtude do fechamento dos Centros Acadêmicos (CAs). Müller cita o Conselho dos Centros Acadêmicos da Universidade de São Paulo (USP) como o grande “pilar” de resistência naquela universidade no período pós-Decreto 477. Esta nova forma de organizar a ação política fez com que o movimento estudantil se mantivesse presente em momentos importantes, como nos debates sobre a gratuidade do ensino superior e na luta pela revogação do próprio Decreto 477. Por meio de ações possíveis naquele contexto, o movimento estudantil manifestou sua reação de recusa ao regime, cujo caráter político e ético “se legitimou a partir da memória de luta do ME em décadas passadas.” (MÜLLER, 2010, p. 20)

A partir dessa perspectiva, a produção de jornais e outras publicações estudantis pode ser entendida como uma ação de microrresistência nos anos mais duros da repressão e também no período que antecedeu o retorno do movimento estudantil às ruas em manifestações pela democratização do país. Esses periódicos foram importantes canais de contato com a “‘massa estudantil’, com o objetivo de criar uma consciência de luta contra a ditadura” (MÜLLER, 2010, p. 85). Não por acaso, a partir da década de 1970 a imprensa estudantil entrou num período de grande efervescência e produção, com a criação de jornais que marcaram a história da imprensa alternativa brasileira.

O jornal estudantil assumiu, nos anos 1970, um valor simbólico como “ator da resistência, possibilitando a estruturação de textos, muitas vezes de subtextos, com linguagem metafórica, que o transformava num ator muito especial” (MÜLLER, 2010, p. 85). Deixava de ser apenas um meio de expressão para se tornar instrumento de engajamento político e de organização daqueles que se opunham ao regime e não tinham como empreender uma luta aberta no ambiente de exceção e repressão. Tornava-se um agente político, porque permitia, “a circulação das informações e ideias dos que abraçavam a causa da resistência [...] A confecção de um jornal servia também para criar uma identidade coletiva, de organização e ação na luta clandestina. (MÜLLER, 2010, p. 81)

Como forma de resistência política, os jornais estudantis inovaram na produção de conteúdo. Foram também um espaço de ensaio e de experimentação em termos de linguagem e até mesmo de formato e apresentação gráfica.

As capas dos jornais costumavam trazer desenhos, caricaturas que evidenciavam o conteúdo crítico ao regime, como o jornal *Imprensa Universitária* da USP, assinado pela Comissão Universitária que, em

seu primeiro número, de outubro de 1975, trouxe “apenas” mãos negras com os punhos trancados por uma algema que se partia. O conteúdo das quatro páginas se referia às movimentações da greve geral feita pelos estudantes da USP quando da morte do professor e jornalista Vladimir Herzog. (MÜLLER, 2010, p. 80)

A força da imprensa estudantil residia no fato de que, por meio dela, era possível reunir os que lutavam contra a ditadura num período em que a união por meio de entidades representativas não era mais possível e que as manifestações presenciais – passeatas ou protestos – eram reprimidos com a força e a violência. A produção de um jornal atribuía ao grupo dos estudantes que desejavam o fim da ditadura uma identidade coletiva e organizava a luta, que então era empreendida na clandestinidade. Desta forma, o jornal transcendia a categoria de mero registro ou de análise do momento histórico: era um ator político da história.

Expressar uma determinada ideologia através de um jornal evidencia um grande meio para fazer atividade política na clandestinidade. O jornal tem a expressão escrita das ideias de um conjunto de pessoas não identificadas. Como a representação do grupo é ilegal, os escritos não são personificados e os grupos só acabam sendo reconhecidos por suposição, através da memória dos participantes, ou de outro tipo de documentação. (MÜLLER, 2010, p. 84)

Os militares reconheciam o potencial de mobilização das publicações estudantis. Tanto que a vigilância era rígida e não raras vezes publicações foram censuradas. Em sua tese de doutorado Müller cita relatórios dos órgãos do sistema de repressão que demonstram a maneira como muitas dessas publicações eram vistas pelo regime. Emblemático o que ocorreu com um jornal estudantil da cidade do Rio de Janeiro que foi apreendido, analisado por quatro instâncias da DOPS para então chegar “às mãos do diretor do Departamento da Polícia Política e Social, que referendou a seguinte conclusão: “o ‘material’ apreendido não era simplesmente um jornal, mas um movimento político” (MÜLLER, 2010, p. 90).

A autora cita também um documento publicado em 1974 pela Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura intitulado *Como eles agem*. Neste folheto o órgão relatava o modo de ação das organizações de esquerda para obter apoio popular por meio das “letras e das artes”, buscando uma identificação com as “necessidades e aspirações do povo”. Para o órgão de vigilância, a cultura e a educação deveriam ser monitoradas para prevenir ações subversivas. As publicações estudantis apareciam como um dos alvos a serem mantidos sob vigilância por abordarem temas

polêmicos – reforma universitária, ensino pago, acordo MEC/USAID – e que “levam a condutas negativas”, uma vez que eram “astuciosamente entregues aos estudantes nas ocasiões festivas e semanas de estudos”. Representavam, na visão do órgão de vigilância e informação, “um dos pontos vulneráveis à infiltração ideológica comunista” (MÜLLER, 2010, p. 90).

A grande produção da imprensa estudantil nos anos 1970 é uma das demonstrações de que o movimento estudantil continuou em plena atividade, inclusive nos anos de chumbo. A quantidade de publicações, bem como a diversidade do que foi produzido, demonstra que os estudantes continuaram “pautando os debates sobre o que era pertinente em cada momento e evidenciando as transformações relacionadas às possibilidades de ação, às estratégias e aos objetivos da luta” (MÜLLER, 2010, p. 84).

As ações políticas do movimento estudantil devem ser analisadas à luz das transformações que começaram a se desenhar no Brasil a partir de meados do governo Geisel, quando teve início um período “em que os movimentos sociais e políticos disputaram com o regime todos os espaços possíveis de ação política legal” (ARAÚJO, 2000, p. 15). Foi um período marcado por

um confronto político que se dava em diferentes níveis: “dentro do regime militar, conflito entre uma ‘linha dura’ e os adeptos de uma ‘distensão lenta e gradual’; na sociedade, uma disputa por todos os espaços possíveis, da mídia às ruas [...] lutas políticas que pressionavam contra os limites da legalidade” (ARAÚJO, 2000, p. 15)

A derrota da luta armada teve um peso significativo na mudança da mentalidade das esquerdas e no modo de agir dos movimentos sociais com elas identificados. Foi necessário construir “uma viabilidade legal, pública, não-clandestina de luta política; e orientada por sugestões teóricas e políticas novas, distintas das que haviam animado a experiência armada” (ARAÚJO, 2000, p. 20). Mesmo não atingindo todas as organizações de esquerda existentes naquele momento, este novo modo de agir politicamente se mostrou “uma alternativa aos partidos comunistas tradicionais, quase sempre alinhados ao comunismo soviético” (ARAÚJO, 2000, p. 20).

Foi justamente nesse contexto de reconfiguração das esquerdas no Brasil que se registrou o período de maior produção das publicações estudantis. O crescimento no número de publicações iniciou em 1972, principalmente com jornais de DCEs e CAs, mas em 1973 ficou mais visível (MÜLLER, 2010). E este crescimento não foi observado

apenas em instituições de ensino superior do eixo Rio-São Paulo ou das capitais, mas também em cidades do interior dos estados brasileiros.

Foi o caso do Paraná. Em 1973, no mês de março, nasceu na cidade de Londrina o destacado jornal estudantil *Poeira*. O informativo surgiu como um ator político importante dentro da Universidade Estadual de Londrina (UEL) para dar voz ao grupo que se opunha à diretoria do DCE, então dirigido por uma frente de direita que tinha ligações com a ARENA, partido de sustentação da ditadura militar. Em 1974, o grupo do *Poeira* venceu as eleições do DCE e o jornal ganhou força. Com forte conteúdo político, humor, críticas diretas aos militares e utilizando uma linguagem popular, o *Poeira* acabou extrapolando os limites da universidade e impactando também a comunidade externa.

O *Poeira* entrou para a história da UEL como um símbolo da liberdade de expressão e da luta contra a repressão na ditadura militar durante os anos de chumbo. Tanto por sua postura crítica ao regime, como pelo seu posicionamento em relação às normas autoritárias implementadas nas universidades com o Decreto 477 e a reforma universitária. Atuando a partir da própria estrutura criada pela ditadura para desarticular a mobilização estudantil, o grupo que produzia o *Poeira* realizou exatamente o oposto do que esperavam os militares: fez nascer dentro da UEL um foco de resistência ao regime autoritário. O jornal atuou como ponto de aglutinação do movimento estudantil da Universidade Estadual de Londrina, que

conquistou plena hegemonia e considerável influência política estadual e nacional, no período 1974 a 1978, utilizando como instrumento de organização as tais entidades oficiais criadas pela política educacional dos governos militares. Para tanto, venceu eleições estudantis anuais, convocadas e organizadas pela administração, nas quais o voto era obrigatório e somente estudantes com bom desempenho escolar podiam concorrer. E mesmo quando a administração da UEL recrudescia as exigências para aceite das candidaturas, em 1977-78, alijando aproximadamente 50 por cento dos estudantes da disputa eleitoral, o grupo *Poeira* conseguiu manter sua hegemonia (FELISMINO, 2016, p. 258).

Em sua dissertação de mestrado em Comunicação, intitulada *Jornal Poeira, história e memórias*, o jornalista José Antonio Tadeu Felismino – que atuou na produção do *Poeira* quando era estudante – contesta a imagem construída de que o Paraná, no período da ditadura, era um estado politicamente fraco, “governado por uma oligarquia retrógrada, sem a tradição de lutas, a visão de mundo e a presença no poder central de estados como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e outros” (FELISMINO, 2016,

p.67). O autor destaca que o estado abrigou tanto forças políticas que lutavam abertamente contra a ditadura militar – como o movimento estudantil – quanto grupos que eram francamente apoiadores dos militares. A participação de três personalidades políticas do estado no poder central, ocupando importantes cargos durante a ditadura militar – Bento Munhoz da Rocha, Ney Braga e Flávio Suplicy de Lacerda – é um fato que demonstra que as lideranças conservadoras do Paraná gravitavam bem próximas dos governos do período autoritário.

Considerado um representante do conservadorismo católico, Bento Munhoz da Rocha – governador do Paraná entre 1951 e 1955, deputado federal por duas legislaturas (1946/50 e 1958/62), ministro do governo de Café Filho, (1954/55) – destacou-se no segundo mandato de deputado federal pelos “posicionamentos contra as reformas de base, a favor da deposição de João Goulart e, em 1964, a favor do que chamou ‘movimento militar’” (PIROLLO, 2014, apud FELISMINO, 2016, p 67-68).

Ney Aminthas de Barros Braga foi duas vezes governador do estado, em 1961-1965 e em 1979-1982, além de senador e ministro em dois dos governos militares, Castelo Branco e Ernesto Geisel. “Ou seja, teve influência e participação em diversos momentos do período da ditadura civil-militar [...] conseguindo também manter seu poder sobre os governos do Paraná, chegando a formar o *neyismo*.” (PIROLLO, 2014, apud FELISMINO 2016, p. 68)

Flávio Suplicy de Lacerda deixou o cargo reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que ocupou por 15 anos, para assumir o Ministério da Educação e Cultura no governo Castelo Branco. Foi em sua gestão, entre 1964 e 1967, que o governo militar assinou a maioria dos 12 acordos do Ministério da Educação e Cultura com a *United States Agency for International Development* (MEC-USAID). Esses acordos, cujo objetivo era reformar o ensino brasileiro com base no modelo educacional tecnicista estadunidense, eram um dos vários pontos de divergência e confrontos entre o movimento estudantil e o governo militar.

O paranaense foi também autor da Lei 4.464/1964, que ficou conhecida como Lei Suplicy. Instrumento legal autoritário baixado para controlar o movimento estudantil, a Lei Suplicy extinguiu a UNE e as uniões estaduais de estudantes, que acabaram substituídas por entidades oficiais atreladas ao Estado e ao regime. Suplicy voltou ao cargo de reitor da Universidade do Paraná em 1967, e, ao tentar implantar o ensino pago na instituição, foi pivô da revolta estudantil de 1968 “cujos ícones são duas fotos que correram o mundo, uma de um estudante enfrentando com um estilingue um soldado

montado da PM do Paraná, e outra de estudantes derrubando seu busto em frente à universidade [...]” (FELISMINO, 2016, p. 68).

Já as forças políticas paranaenses que se opuseram ao regime – “membros de partidos clandestinos, aliados do governo deposto, sindicalistas, líderes estudantis [...]” (FELISMINO, 2016, p. 68) – foram duramente reprimidas. Entre essas forças, o movimento estudantil foi o alvo preferencial. Também no Paraná houve um arrefecimento das ações ostensivas do movimento estudantil após a edição do AI-5 e a retomada se deu justamente em meio ao período mais duro do governo autoritário.

A Universidade Estadual de Londrina esteve entre os principais focos desta retomada e foi neste contexto que o jornal *Poeira* nasceu. Ao longo da década de 1970, o jornal estudantil foi o porta-voz do grupo que protagonizou uma série de lutas e ações que atraiu o olhar dos órgãos de repressão. Um episódio em especial foi um divisor de águas na relação entre o movimento estudantil de Londrina e os órgãos de segurança da ditadura militar: a prisão, durante a Operação Marumbi¹², do professor e diretor do Centro de Ciências da Saúde da UEL Nelson Ferreira dos Santos.

Na solenidade de posse da segunda gestão do grupo *Poeira* no DCE da UEL, em outubro de 1975, o presidente eleito, Nilson Monteiro Menezes, leu um discurso de repúdio elaborado coletivamente pelo Conselho Deliberativo do DCE que teria sido “a única manifestação pública do estado do Paraná contra as prisões políticas daquela operação policial militar” (FELISMINO, 2016, p. 259). Monteiro, em depoimento a Tadeu Felismino, recorda:

Aquela noite foi um marco da transformação do *Poeira* em uma força política, era uma conjugação de forças com a comunidade. Isso eu notei no dia seguinte, com pessoas da comunidade ligando, dizendo: “Vocês fizeram a única defesa desse pessoal que foi preso”. O Laércio Souto Maior, que foi preso na mesma operação, tempos depois me disse que o Nelsão [professor Nelson Ferreira dos Santos] comentou com vários amigos que os caras da repressão não encostaram a mão nele, na prisão, com medo da repercussão universitária em Londrina. Então foi um discurso marcante, não foi um discurso meu, [...] foi do grupo, como tudo no *Poeira*, e deu o caráter político para o DCE. (FELISMINO, 2016, p. 220)

¹² A Operação Marumbi foi “organizada pelo Destacamento de Operações Internas (DOI) do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), ligado à Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Paraná. Percebendo tentativas de reorganização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no estado, especialmente na articulação de apoios a candidatos do MDB na eleição legislativa de 1974, a “Operação Marumbi” mapeou e sequestrou sessenta e cinco supostos militantes, a maioria deles do Norte do Paraná, entre os quais um professor da Universidade Estadual de Londrina, o médico Nelson Ferreira dos Santos, diretor do Centro de Ciências da Saúde”. (FELISMINO, 2016, p. 70)

Neste capítulo abordamos a intensa produção da imprensa estudantil na década 1970, o que permite afirmar que o movimento estudantil continuou em plena atividade nos anos de chumbo. Durante esse período, o jornais estudantis foram o espaço da luta e da resistência possíveis diante do recrudescimento da repressão. Constituíram-se em ações de microrresistência por permitirem que os estudantes continuassem atuando na arena política mesmo com todas as medidas autoritárias da ditadura militar para calar o movimento estudantil, uma das vozes críticas mais potentes naquele momento e que, anos mais tarde, lideraria a volta dos movimentos sociais às ruas para lutar pela democratização do país.

CAPÍTULO 3: O BRADO DOS ESTUDANTES

O ano letivo de 1974, quando o general Ernesto Geisel chegou ao poder, começou em meio a turbulências. A mudança de táticas das forças políticas de esquerda na busca pela ampliação dos espaços legais de atuação levou o movimento estudantil, naquele momento, a pensar em formas de retomar uma ação mais massiva para alargar suas bases. Assim, aquele ano registrou o retorno das assembleias estudantis, dos protestos e das greves em diversas instituições de ensino superior do país. Esses movimentos tinham motivações variadas, mas “todas serviam de mote para agregar os estudantes em torno da crítica ao regime” (MÜLLER, 2010, p. 99). A produção de jornais teve papel decisivo na articulação de novas ações e táticas, principalmente quando as greves foram retomadas “como importante recurso para dar maior visibilidade às reivindicações estudantis” (MÜLLER, 2010, p. 97). Além das demandas relativas à educação, as pautas continham temas diretamente relacionados à ditadura, como os presos políticos, a violência da repressão e as medidas autoritárias do governo militar.

No ano seguinte, as greves estudantis se espalharam por diversos estados brasileiros. No primeiro semestre ocorreram movimentos grevistas em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Pernambuco e no Distrito Federal (MÜLLER, 2010). Na Universidade Federal da Bahia, os estudantes de Medicina fizeram greve por mais de 15 dias, protestando não só pela falta de professores e de materiais básicos de atendimento no Hospital das Clínicas da UFBA, mas também fazendo críticas a “todo o sistema de educação implantado pela ditadura” (MÜLLER, 2010, p. 103).

Na Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP houve uma das maiores greves do período, deflagrada em 16 de abril de 1975, para pedir a saída do diretor da Escola, Manuel Nunes Dias, considerado um agente a serviço dos órgãos de repressão. Ele teria cancelado arbitrariamente o contrato de um professor. O movimento ganhou corpo com a adesão de outras faculdades da USP. A pauta da greve acabou sendo ampliada e passaram a figurar reivindicações como “a abolição do 477; revogação do AI-5; anistia para os presos políticos; luta contra o ensino pago, censura e jubramento; liberdade de manifestação e organização; abolição dos atestados ideológicos; direito de greve, sindicatos livres” (MÜLLER, 2010, p. 105).

3.1 O movimento estudantil universitário em Maringá

Essa movimentação política dos estudantes iniciada em 1974 também foi observada em Maringá. Mas, antes de abordarmos de que forma isso ocorreu, é necessário recuar um pouco no tempo para ressaltar que o comportamento do movimento estudantil universitário da cidade foi marcado por nuances e nem sempre prevaleceram posições de resistência e luta contra o regime autoritário. Assim como ocorria em outras partes do Brasil, também em Maringá o movimento estudantil não foi homogêneo. Antes mesmo da criação da Universidade Estadual de Maringá já existia uma organização estudantil numa das faculdades que a antecederam, o Centro Acadêmico Roberto Simonsen, cuja posição foi de apoio ao golpe de Estado de 1964. Em abril daquele ano, a diretoria do CA divulgou uma nota, aprovada em assembleia com os estudantes,

manifestando apoio às autoridades que deram suporte ao golpe de Estado. O texto foi assim redigido: “Os acadêmicos da Faculdade de Ciências Econômicas de Maringá, componentes do Centro Acadêmico Roberto Simonsen – Carsi, diante da situação que atravessa nossa pátria, pelo presente estendem seu preito de gratidão pela brilhante atuação de V. Exa. para salvaguardar os princípios democráticos do Brasil”. (DIAS, 2018, p. 188)

Após o golpe, o Carsi manteve seu apoio à ditadura instaurada, não demonstrando identificação ou vinculação com o “processo de resistência nem simpatia com as posições defendidas pela UNE” (DIAS, 2018, p. 189). Tanto que de forma rápida adaptou-se às determinações da Lei Suplicy, alterando seu estatuto já em 1965, quando passou a se chamar Darsi (Diretório Acadêmico Roberto Simonsen). Além disso, por meio de seu jornal *Folha Econômica* o Darsi manifestou apoio à política econômica de Castelo Branco, apontada como o caminho para o Brasil entrar “no equilíbrio, na disciplina e na restauração” (DIAS, 2018, p. 189). No mesmo jornal a entidade estudantil saudou o AI-5 como solução para diversos problemas nacionais, elencando entre eles “a questão estudantil”. O texto dizia que o Ato permitiria

a retirada por completo das manifestações dos estudantes profissionais, que, comandados por pessoas certamente não integradas ao meio estudantil, iludem a boa-fé de alguns idealistas que veem bons propósitos em promover o nome da entidade desamparada por lei e tida como ilegal para qualquer manifestação de ordem. (DIAS, 2018, p. 189)

As nuances existiram inclusive dentro da Faculdade de Ciências Econômicas, onde muitos estudantes não partilhavam do mesmo pensamento conservador do diretório

acadêmico que apoiava a ditadura. Existiam simpatizantes do MDB, a oposição legal, e outros poucos que, por identificação com a perspectiva de esquerda, enveredaram para a ação em organizações clandestinas, como o PCBR (DIAS, 2017). Porém, o jornal do Darsi não registrou nem mesmo críticas moderadas ao regime “e estampou, mais de uma vez, posições ostensivamente simpáticas ao governo militar, sinal de que a hegemonia conservadora estendeu-se por todo o período” (DIAS, 2018, p. 189).

Posição oposta adotou o Diretório Acadêmico Nelson Hungria, da Faculdade de Direito, que também viria a integrar a UEM, e responsável pela produção do jornal *O Brado Universitário*. Criado em 1966, o DANH nasceu já adaptado às normas da legislação de exceção da ditadura militar. Tal fato é ressaltado por Reginaldo Dias no episódio da eleição da diretoria da entidade, em agosto de 1968. Diante de um conflito surgido durante o pleito, o presidente do centro acadêmico dirigiu um requerimento à diretoria da Faculdade de Direito solicitando que a eleição fosse anulada porque “a chapa eleita não preenchia os requisitos determinados pelo Decreto Lei 288. Alegou-se que a falta de adaptação dos estatutos do DA ao referido decreto era de responsabilidade do diretor da faculdade” (2008, p. 47), a quem cabia exigir que fossem feitas as modificações necessárias.

Mesmo tendo surgido no contexto da legislação restritiva, o DANH assumiu uma postura de entrosamento com as lutas estudantis, a ponto de ser vigiado pela DOPS. Em 1968, um delegado do diretório participou do congresso clandestino da UNE em Ibiúna, fato que não passou despercebido da vigilância da delegacia. No ano seguinte, o presidente da entidade estudantil foi acusado de usar as dependências da faculdade para a promoção de atividades subversivas e foi indiciado, conforme demonstram relatórios da DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social).

Em 1969, houve o indiciamento do acadêmico Philemon de Assis Vieira, presidente do Diretório Acadêmico Nelson Hungria, da Faculdade de Direito, no Decreto Lei 477, sob a acusação de ter utilizado as dependências da instituição para provocar subversão. O motivo era desproporcional à acusação. Na organização da Semana da Pátria, o presidente afixou um edital protestando contra a impossibilidade de “fazer um debate franco e aberto”, texto que as autoridades, influenciadas pela ideologia da segurança nacional, consideraram subversivo. (DIAS, 2017, p.29).

O presidente do DA havia emitido um primeiro edital com um texto crítico ao momento vivido pelo país, que acabou sendo substituído por outro, sem as críticas, depois de ser alertado por colegas. Uma cópia da primeira versão chegou às autoridades

militares, gerando o indiciamento do estudante. A desproporção da acusação contra o acadêmico fez com que o diretor da faculdade assumisse sua defesa. O presidente do DAN Nelson Hungria acabou sendo absolvido das acusações de subversão e recebeu “uma punição mais branda por utilizar, sem prévia autorização, o papel timbrado da instituição” (DIAS, 2018, p. 191). Resolvida a situação, Philemon de Assis Vieira voltou a exercer suas atribuições como presidente do DANH.

A resistência à ditadura militar ganhou força entre os universitários a partir da criação da Universidade Estadual de Maringá. Para compreender a atuação estudantil dentro da instituição é preciso considerar que a criação da UEM, em 1969, e sua implantação, em 1970¹³, se deram no contexto da reforma universitária da ditadura militar.

Marcada pela expansão do ensino pago, essa reforma teve como elemento constitutivo a utilização de rígidas legislações restritivas à organização, participação e manifestação dentro da universidade, forma de coibir os setores engajados na luta pelo ensino público e democratização das estruturas educacionais do país. (DIAS, 2008, p. 22).

Até 1976, quando foi reconhecida, a Universidade Estadual de Maringá, passou por um período de transição, com a manutenção da antiga estrutura herdada das faculdades que a originaram. A instituição “organizou-se definitivamente nos termos previstos pela legislação a partir da provação de seu estatuto, ajustado à Lei 1 5.540/68 [da reforma universitária] pelo Decreto Estadual 582/75” (DIAS, 2008, p. 58). Adaptando-se ao que determinava a lei, a universidade passou a contar, por exemplo, com uma Assessoria de Segurança e Informações (ASI) e com um regulamento para o corpo discente fundamentado nas normas do Decreto 477. A ASI ficava ao lado da reitoria, uma localização central dentro da universidade, por isso bem visível a todos, o que funcionava como um alerta à comunidade acadêmica de que a vigilância existia e poderia agir a qualquer momento. Como um “SNI interno”, o órgão

tratava de assuntos de "segurança nacional" e era subordinado ao reitor e à Divisão de Informações do MEC. Corolário do DL 477, existia

¹³ “A UEM foi criada pela Lei Estadual 6.034/69, de 6 de novembro de 1969, e pelo Decreto Estadual 18.109, de 28 de fevereiro de 1970. “Foram incorporadas três IES pré-existentes: Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Maringá; Faculdade Estadual de Direito de Maringá (autarquia); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Fundação Educacional de Maringá. Previsto nesse ato inaugural, o Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas de Maringá (da Fundação Educacional de Maringá) foi criado em 1972” (DIAS, 2008, p. 50).

também o Regulamento Disciplinar do Corpo Docente, que proibia, para citar alguns exemplos: a realização de reuniões sem comunicação prévia à administração, fazer publicações sem prévia autorização da reitoria, provocar ou incitar greves.” (DIAS, 2011, p. 87)

A atenção dos órgãos de vigilância estavam voltados para a UEM desde sua fundação. Exemplo disso foi a reação da polícia civil – que também atuava no aparato repressor do regime – a uma ameaça de protesto dos estudantes por conta de uma medida da reitoria em relação aos estudantes inadimplentes.

A incipiente universidade, já em 1972, gerou um fato que mereceu um relatório (9/72) da polícia civil. Esse documento registrou a hipótese de eclosão de protesto estudantil na UEM por causa de uma portaria, baixada pela reitoria, que impedia a frequência de alunos inadimplentes. Havia rumores de que poderia haver uma greve e de que o reitor utilizaria o Decreto Lei 477. No final, o agente policial apontou que o impasse tendia a ser superado mediante parcelamento das dívidas (DIAS, 2017, p.30).

Para entender como a legislação estabeleceu os limites de atuação e organização da representação estudantil, é necessário fazer um breve histórico. A partir da Lei Suplicy, de 1964, que extinguiu a UNE e as UEEs e criou novas entidades, como o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) e os Diretórios Estaduais dos Estudantes (DEEs), um novo arcabouço legal foi sendo produzido pela ditadura para conter a atividade política dos estudantes. Como a Lei Suplicy não conseguiu impedir a atuação clandestina da UNE e das UEEs, foi editado o Decreto Lei 228, de fevereiro de 1967, que “atualizou, sem abrir mão do espírito coercitivo, a legislação sobre o movimento estudantil” (DIAS, 2008, p. 40). O decreto extinguiu o DNE e os DEEs e criou a Conferência Nacional dos Estudantes Universitários, que também acabou por não sobreviver; e “reforçou o perfil cívico, cultural e assistencial dos diretórios [acadêmicos], vedando a promoção ou o apoio a ausências coletivas aos trabalhos escolares [greves]” (DIAS, 2008, p. 40).

Com a retomada da hegemonia da esquerda nas principais entidades estudantis, o tema da reforma universitária retornou com força aos debates. O projeto de reforma que vinha sendo gestado pela ditadura passou a ser frontalmente contestado pelo movimento estudantil, o que acirrou os conflitos em 1967 e 1968. A ação dos estudantes desdobrou-se “em dois eixos: a luta antiditatorial e a campanha pela transformação da universidade” (Dias, 2008, p. 42) a partir da pauta de luta pelo ensino gratuito e universal historicamente defendida pelos estudantes. O auge do enfrentamento com a ditadura se deu em 1968,

ano de grandes mobilizações estudantis, como a passeata dos Cem Mil. Paralelamente ao acirramento da repressão, o governo militar

pôs em prática o projeto de reforma, traduzido na Lei 5.540, de novembro de 1968. A resistência estudantil, salvaguardando a estrutura de ensino público e gratuito então existente, retardou e limitou os efeitos dos acordos MEC-Usaid, que preconizavam a privatização generalizada. Concretizada com expedientes coercitivos, essa reforma não conseguiu aplicar a íntegra dos citados acordos, mas promoveu privatização parcial do ensino universitário e a expansão do ensino pago. (DIAS, 2008, p. 43)

Da mesma forma que o AI-5, editado em dezembro de 1968 para aniquilar a oposição ao regime, foi criada uma versão da legislação restritiva para os meios universitários, o Decreto Lei 477, que era extensivo a estudantes e professores. Previa “severas punições a quem, de acordo com a ótica do regime, utilizasse as dependências escolares para fins subversivos, incitasse ou participasse de paralisações, movimentos, passeatas, manifestações não autorizadas etc” (Dias, 2008, p. 43).

Foi no contexto desse arcabouço legal autoritário que o movimento estudantil se articulou dentro da recém-criada Universidade Estadual de Maringá e o ponto de convergência foram os diretórios acadêmicos herdados das antigas estruturas das faculdades que formaram a universidade. Neste processo de articulação, a imprensa estudantil abriu uma possibilidade concreta de resistência no contexto de vigilância e repressão que impedia outras formas de luta.

3.2 Crítica política e irreverência

Estudar o jornal *O Brado Universitário* durante a pesquisa nos permitiu conhecer como se deu a atuação da imprensa estudantil enquanto agente político dentro da UEM. Procuramos demonstrar neste trabalho que, pelo seu posicionamento crítico e de denúncia, e por defender bandeiras históricas do movimento estudantil que confrontavam a ideologia da ditadura, a produção do jornal pode ser caracterizada como uma ação de microrresistência ao regime autoritário, como propõe Müller (2010), dos estudantes ligados ao Diretório Acadêmico Nelson Hungria.

O corpus documental analisado compõe-se de cinco edições do jornal estudantil – dos números 8 a 12 (a última que circulou) –, produzidas entre 1975 e 1976. Foram analisadas 64 páginas, assim distribuídas: edições 8 e 9, oito páginas cada, e edições 10 a

12, dezesseis páginas cada. O recorte da amostragem, como dito anteriormente, se deu a partir da disponibilidade do material, uma vez que não houve um arquivamento do jornal por parte do Diretório Acadêmico Nelson Hungria e nem da UEM. As edições analisadas foram obtidas em arquivos particulares mantidos por dois ex-acadêmicos que participaram da produção do jornal em períodos diferentes e que preservaram alguns exemplares referentes ao tempo em que atuaram no jornal. As edições do número 1 ao 7 acabaram se perdendo.

Os dois ex-acadêmicos que nos deram acesso aos exemplares estudados e deram depoimentos durante a pesquisa – Laércio Souto Maior e Edilson Pereira dos Santos – atuavam no jornalismo diário quando integraram a equipe que produzia *O Brado*. Laércio Souto Maior trabalhava na redação de *O Diário do Norte do Paraná*, de Maringá, quando integrou o grupo de acadêmicos de Direito que criou *O Brado Universitário*, em 1973. Sua trajetória no jornalismo começou em 1967, quando o jornalista Antônio Calegari, então redator-chefe de *O Jornal de Maringá*, o convidou para produzir “a primeira coluna sindical da história da imprensa maringaense. A coluna chamava-se *Jornal Sindical*”¹⁴. Além de *O Diário* e de *O Jornal*, Souto Maior atuou como jornalista contratado ou como colaborador também nos jornais *Folha de Londrina*, da cidade de mesmo nome; *Panorama* e *Correio de Notícias*, de Curitiba; e *O Regional*, de Assis Chateaubriand. Em 1977, quando *O Brado* já havia deixado de circular, Souto Maior tornou-se editor-chefe de *O Diário do Norte do Paraná*, o principal jornal de Maringá, a convite de Ramires Moacir Pozza, que havia sido militante do Movimento Estudantil Livre (MEL) e cuja família havia adquirido 50% das ações do jornal.

Aceitei sob as seguintes condições: carta branca em relação aos donos do jornal (ele, Franklin Vieira da Silva e Edson Castilho) para imprimir uma linha de oposição ao poder a nível municipal, estadual e federal e liberdade para montar uma nova equipe, composta pelos jornalistas José Carlos Struett, Edilson Pereira dos Santos, Manoel Messias Mendes, Ernesto Luiz Piancó Morato, Anésio Folléis Filho, Roberto de Freitas Parda, Olício Profeta, Valdir Pinheiro, Luiz Carlos Rizzo, Claudio Folléis, Pedro Chagas Neto e Angelo Rigon. A partir da minha ascensão ao cargo, a redação do “Diário do Norte do Paraná” tornou-se um território livre, quase um coletivo libertário, codirigido pelo redator-chefe, repórteres, diagramadores, fotógrafos e chargista.¹⁵

¹⁴ Entrevista concedida em 26 de maio de 2021.

¹⁵ A saga do “Diário do Norte do Paraná” na Ditadura Militar. Disponível em <<https://laerciosoutomaior.medium.com/a-saga-do-di%C3%A1rio-do-norte-do-paran%C3%A1-na-ditadura-militar-a8eeda40d9ab>>. Acesso em 25 maio 2021.

Já Edilson Pereira dos Santos passou a integrar a equipe de *O Brado* no final de 1975, terceiro ano de circulação do informativo estudantil. Na época atuava como repórter do *Diário do Norte do Paraná*.

Comecei a trabalhar no *Diário* em agosto de 1975. Fui convidado a colaborar com o último número [de *O Brado*] daquele ano. Colaborei já na condição de repórter de *O Diário*. No ano seguinte deixei *O Diário* de Maringá. Fiz *O Brado* com o Anésio [Foleiss Filho] e *frilas* [trabalho como *freelancer*] na região para *O Diário do Paraná* [...]. No final do ano voltei para *O Diário* de Maringá onde fiquei até julho do ano seguinte. O convite em 1975 para colaborar com *O Brado* foi feito porque eu trabalhava no *Diário*.¹⁶

Nas edições disponibilizadas pelos ex-acadêmicos e analisadas durante a pesquisa, o jornal *O Brado Universitário* abordou não só temas relacionados à educação, como os aumentos das anuidades, o processo de elitização da universidade, a defesa da gratuidade do ensino, o cerceamento dos estudantes pelo Decreto 477. Colocou em debate também assuntos que afetavam toda a sociedade, com matérias críticas às medidas repressivas do AI-5, ainda em vigor e fazendo valer suas restrições, ao baixo valor do salário mínimo, ao “subdesenvolvimento” do Brasil. Deixou de circular em 1976, depois que as estruturas da UEM foram adequadas à legislação da reforma universitária, o que levou à extinção compulsória dos diretórios acadêmicos e, conseqüentemente, ao fim do Diretório Acadêmico Nelson Hungria, que produzia o informativo.

Já no nome escolhido para o jornal ficam evidentes o senso crítico e a irreverência dos jovens estudantes. Segundo o jornalista e escritor Edilson Pereira, que foi editor de *O Brado*, o cacófato formado pelo nome era uma referência ao quadro político do país naquele momento. “Na realidade, ‘obrado’ era um trocadilho dos estudantes de Direito para [definir] a situação em que vivíamos.”¹⁷ Também é possível supor que o uso do substantivo *brado* no nome do jornal, como a expressão da ideia de grito e de protesto, fazia uma referência implícita ao verso do Hino Nacional brasileiro (“de um povo heroico o brado retumbante...”).

O jornal passou por sensíveis mudanças durante o período analisado. A começar pelo tipo de impressão. A edição número 8, de abril de 1975, foi impressa em

¹⁶ Entrevista concedida em 22 de maio de 2021. As datas declaradas pelo entrevistado de sua atuação no jornal *O Diário do Norte do Paraná* estão em conflito com as datas declaradas pelo também entrevistado Laércio Souto Maior. É importante esclarecer que os depoimentos dos dois personagens são um registro da memória pessoal de cada um sobre o período estudado, sendo, portanto, compreensível que ocasionalmente ocorram divergências sobre datas.

¹⁷ Entrevista concedida em 22 de fevereiro de 2021.

mimeógrafo. A partir da edição número 9 o informativo passou a ser impresso na gráfica de *O Diário do Norte do Paraná*. A edição 9, inclusive, circulou como encarte especial de *O Diário*, fato que levanta uma hipótese: os estudantes tentavam, desta forma, driblar a proibição expressa no Regulamento Disciplinar do Corpo Discente de produzir e circular publicações dentro da universidade sem autorização da reitoria. O ex-acadêmico Edilson Pereira dos Santos sugeriu, em depoimento para essa pesquisa, que a estratégia teve o objetivo de driblar a censura.

Acontece que não podia circular jornal que não fosse registrado. E circulando como encarte de jornal, não havia problema, porque no caso *O Diário* podia fazer encarte que quisesse. [...] O jornal mimeografado não chamava tanta atenção. Mas impresso e ainda mais em off-set chamava atenção. Quando a gente pegou o jornal, a gente mudou o enfoque. [...] Havia muita "sugestão" para a gente mostrar o material antes para a reitoria. Mas a gente nunca topou isso. Nem o Balestra, que era o presidente do diretório, a gente permitia que ele interferisse. O que era um exagero nosso. Mas foi assim nos números seguintes. [...] Importante salientar a autonomia que o Ricardo Balestra nos deu. Coisa de maluco.¹⁸

Nas edições seguintes, apesar de continuar sendo impresso nas oficinas de *O Diário*, *O Brado* não traz a informação se continuou ou não sendo encartado no jornal. Segundo Edilson Pereira dos Santos, apenas a edição 9 circulou como encarte de *O Diário*, as posteriores eram entregues de mão em mão nas salas de aula do curso de Direito e pelo campus. O número de anunciantes também foi crescendo ao longo do período estudado, o que pode ser visto como mais um indicativo de que o jornal estudantil tinha alguma influência junto ao público leitor de fora da universidade. Vale nota o fato de que o volume de anúncios mais que duplica a partir da edição de número 10, justamente quando *O Brado* adota uma postura mais crítica ao regime e às questões estudantis dentro da UEM, como veremos adiante. Enquanto a edição número 8 trazia seis anúncios e a 9, sete, na edição 10 o número de anunciantes chegou a 26. Já na edição 11, foram 19 anunciantes e na 12, 20. Há que se considerar que, a partir da edição 10, o jornal também duplicou o número de páginas, passando de 8 para 16; mesmo assim, o aumento do volume de anúncios foi expressivo.

Esses números sugerem que a publicação estudantil pode ter desfrutado de boa aceitação na cidade e, por este motivo, ter sido não só uma fonte alternativa de informação

¹⁸ Entrevista concedida em 10 de agosto de 2021.

para um segmento de leitores de fora da universidade, como também um veículo interessante para empresas que desejavam levar sua marca para um outro tipo de público. Eram anunciantes do jornal desde empresas tradicionais na cidade – como Pneumar, Casa das Tintas Maringá, Cathere Tecidos, Wilbraz Brindes, Livraria Maringá, o atacadista Parizotto (que veio a se tornar o atual Atacadão, rede atacadista adquirida, em 2007, pelo grupo francês Carrefour) – até escritórios de advocacia, clínicas e laboratórios médicos, restaurantes e oficinas mecânicas.

Em algumas edições aparecem os nomes de pessoas responsáveis pela venda de publicidades: Oswaldo Nechi e Wilson José de Freitas, no número 8, e Luiz Carlos Pavezzi, apontado como diretor comercial na edição 10. Já nas edições 11 e 12 não há informações sobre a venda de anúncios ou a cessão de espaço para patrocinadores. O Expediente da edição 9 traz uma nota curiosa sobre os anúncios: “Todos os reclames publicitários apresentados neste número são deferência especial do D.A.N.H. às empresas que sempre colaboraram com *O Brado Universitário*, estando, portanto, isentas de pagamento”.

A mudança mais sensível observada no período em estudo refere-se ao conteúdo do jornal, que, a partir da edição número 10, passa a fazer críticas mais abertas à ditadura, abordando temas como a censura, a repressão, a fome, o baixo valor do salário mínimo e a situação da economia, além de questões ligadas a bandeiras históricas do movimento estudantil, como a gratuidade do ensino superior. Segundo Edilson Pereira dos Santos,

a mudança de tom do *Brado* aconteceu pela entrada minha e do Anésio. A gente estava numa fase de remorso de não ser guerrilheiro ou coisa parecida e queria fazer algo de importante. O *Poeira* em Londrina mostrou que era possível. E a gente, quando assumiu o *Brado*, decidiu mudar a linha editorial para algo mais agressivo.¹⁹

Essa mudança está relacionada também ao contexto político do período em que as edições foram produzidas. As edições 8 e 9 circularam no ano de 1975, respectivamente nos meses de abril e novembro, quando o país ainda se encontrava sob forte pressão da censura e do aparato repressivo do regime autoritário, apesar de o governo de Ernesto Geisel, com sua prometida abertura política, ter completado um ano no poder. Fatos como a morte sob tortura, no DOI-CODI de São Paulo, do jornalista

¹⁹ Entrevista concedida em 22 de fevereiro de 2021.

Vladimir Herzog naquele ano, são um exemplo triste e emblemático de como o aparelho repressivo da ditadura encontrava-se em pleno funcionamento.

As edições 10, 11 e 12 foram produzidas no ano de 1976, respectivamente nos meses de março, abril e maio. Foi o momento em que a mobilização social contra a repressão começava a ganhar corpo, na esteira dos protestos gerados pelos assassinatos de Vladimir Herzog, em outubro de 1975, e do operário Manoel Fiel Filho, em janeiro do ano seguinte. O ano de 1976 foi o marco da rearticulação do movimento estudantil para a retomada dos protestos de massa. Foi quando começaram a eclodir greves e manifestações de estudantes em diversas instituições de ensino superior no Brasil. O ápice desta mobilização se deu em 1977, quando os estudantes e os movimentos sociais voltaram com toda força às ruas. As críticas abertas ao regime autoritário ganhavam espaço também na imprensa, mais livre diante do arrefecimento da censura prévia aos jornais, num movimento de avanços e recuos que acabou por extingui-la.

É importante ressaltar também que a partir da edição 10, o jornal estudantil manifesta uma tendência à profissionalização, adotando uma apresentação e uma linguagem mais jornalísticas, além de um número maior de anúncios, muitos de empresas tradicionais da cidade, como já citado. O fato de Edilson Pereira dos Santos e José Carlos Struett, que assumiram a produção e edição do jornal estudantil ao lado do acadêmico Anésio Foleiss Filho, já atuarem na imprensa da cidade é um dos fatores que podem explicar essa abordagem mais jornalística a partir da edição 10.

3.3 Moderado. Mas nem tanto

A primeira edição analisada, a número 8, de abril de 1975, com os acadêmicos Laércio Souto Maior e Antonio Ricardo Balestra como editores, adota o tom de crítica cautelosa à ditadura compatível como o contexto de dura repressão e constante vigilância do regime autoritário sobre o movimento estudantil. A abordagem crítica sutil pode ter sido uma estratégia para o jornal poder circular, uma vez que o informativo foi monitorado pela polícia política do regime, assim como outros periódicos estudantis da cidade, conforme demonstram documentos dos arquivos da DOPS-PR (Delegacia de Ordem Política e Social/Paraná).

O órgão policial analisava a tiragem, os temas, a periodicidade, os acadêmicos responsáveis pelas publicações, a vinculação com os diretórios acadêmicos e, no caso de *O Brado*, até mesmo a parceria com *O Diário do Norte do Paraná*, responsável pela

impressão do jornal estudantil (DIAS, 2011). Sobre a tiragem, o relatório 324/DI/75-CISESP-PR registra que “a última edição” de *O Brado* teve três mil exemplares²⁰. A edição mencionada é justamente a número 8, que aparece integralmente reproduzida nos arquivos da delegacia. No relatório, o órgão policial destaca que na referida edição constava “matéria do aluno do 3º ano da Faculdade de Direito LAERCIO DE FIGUEIREDO SOUTO MAIOR, que já foi processado por participação em atividades subversivas nesta região”²¹.

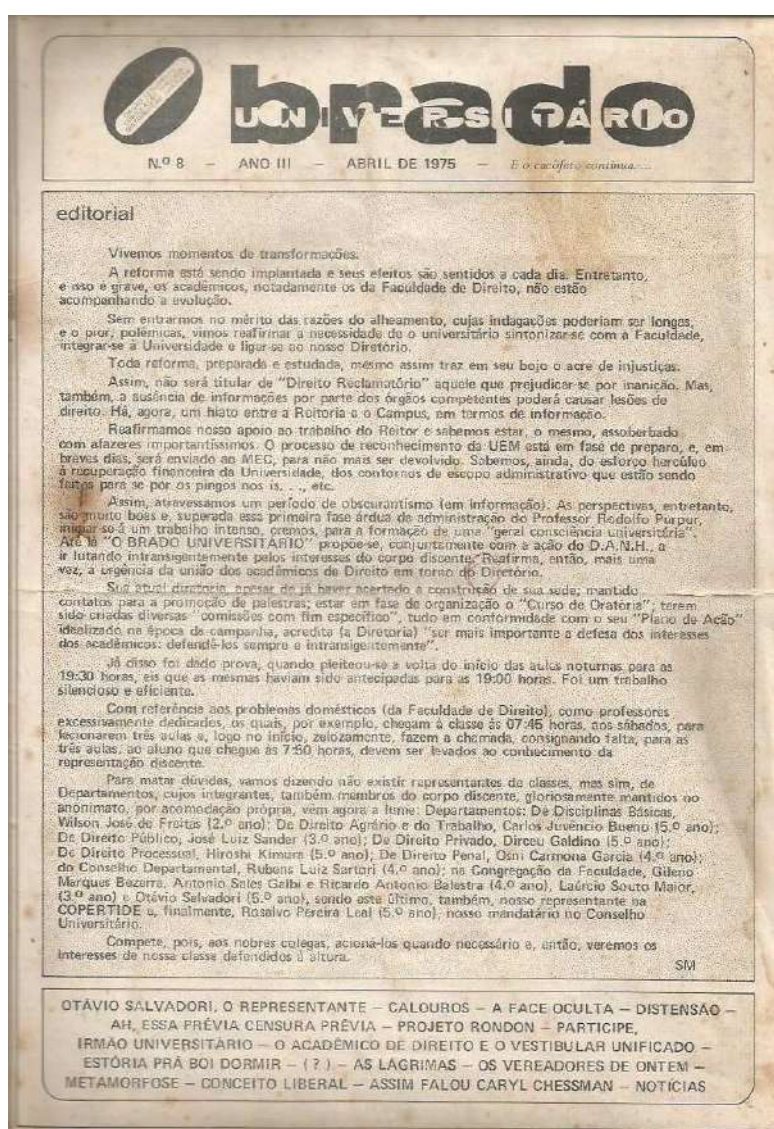


Figura 1 - Capa da edição nº 8, abril de 1975

²⁰ Relatório 324/DI/75-CISESP-PR, do Centro de Informações da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Paraná, de 27 de agosto de 1975, p. 9. O relatório e outros documentos referentes à UEM foram levantados nos arquivos da DOPS pelo historiador Reginaldo Benedito Dias na pesquisa para a produção do livro *A face esquerda da cidade*.

²¹ Idem, destaques do autor.

O mesmo relatório cita também outros dois jornais estudantis de Maringá: o *Suplemento Universitário*, publicado em *O Jornal*, cujo responsável era Francisco Timbó de Souza, estudante de Direito e vereador pelo MDB, que é descrito como “líder estudantil secundário já fichado nos Órgãos de informações como agitador”²²; e o jornal *O Grito Universitário*, do Diretório do Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia da UEM.

O Brado e dois acadêmicos que o produziam são citados também no documento *Informação nº 003/ASI//UEM/76*, datado de 28 de janeiro de 1976 e emitido pela Assessoria de Segurança e Informações da universidade. Também arquivado na DOPS, o documento traz o que chama de “qualificação” dos acadêmicos Antonio Ricardo Balestra, editor do jornal, e Maria Aparecida Barbosa da Silva, estudante de Letras que, segundo consta no Expediente, participou da produção da edição número 8. As informações – filiação, data de nascimento, endereço, estado civil, número de RG e de Título de Eleitor, curso que frequenta – pelo que demonstra o documento, haviam sido solicitadas à ASI pela DOPS.

Em resposta à vossa solicitação, informamos as qualificações solicitadas, acrescentando que MARIA APARECIDA BARBOSA DA SILVA participa do jornal “O BRADO UNIVERSITÁRIO” e não de o “GRITO DO UNIVERSITÁRIO” que é da área de Ciências Exatas.²³

Mesmo quando deixou de circular, *o Brado* foi mencionado em relatório emitido pelos órgãos de informação e vigilância para citar os “antecedentes” dos diretores de um novo jornal que havia surgido em Maringá. O relatório *Informação nº 123/7 – ASI/FUEL*, emitido pela Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Estadual de Londrina, discorre sobre o lançamento, no mês de novembro de 1977, do jornal *ETC*. O documento destaca que “trata-se do primeiro ‘jornal alternativo’ de Maringá (Imprensa Nanica) de cunho nitidamente político”²⁴. Também registra o nome da editora que produzia o informativo – Saruê Editorial Ltda – o nome dos diretores, Edilson Pereira dos Santos e José Carlos Struett, dos quais informa dados como número do RG, filiação,

²² Idem.

²³ Documento *Informação nº 003/ASI//UEM/76*, datado de 28 de janeiro de 1976, emitido pela Assessoria de Segurança e Informações da universidade e enviado à DOPS, p. 7. Destaques do autor. Serviço Nacional de Informações - Informação n. 739/116/ACT/77. 19 de maio de 1977. Disponível no Sian - Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

²⁴ Relatório *Informação nº 123/77 – ASI/FUEL*, de 6 de dezembro de 1977, emitido pela Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Estadual de Londrina. Serviço Nacional de Informações - Informação n. 739/116/ACT/77. 19 de maio de 1977, p. 22. Disponível no Sian - Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

profissão, data e local de nascimento. O documento ressalta que os dois haviam sido editores de *O Brado*.

Os nominados editaram o jornal estudantil “O Brado” o qual tentava desmoralizar a direção da UEM com publicações de notícias inverídicas ou deturpadas, bem como de tendências esquerdistas. O último número do jornal “O Brado” foi editado em junho de 1.976²⁵

O relatório da ASI da UEL também descreve a trajetória de Edilson Pereira dos Santos e de José Carlos Streutt antes de começarem a produzir o *ETC*, afirmado que os dois passaram a trabalhar no *Dário do Norte do Paraná* – Edilson já havia atuado nesse jornal entre 1975 e 1976 – então comandado por Ramires Moacir Pozza,

elemento de tendências esquerdistas, tendo este designado como Redator Chefe deste jornal Laercio de Figueiredo Soutto Maior, este último já envolvido em atividades subversivas e preso pela 5ª RM quando da Operação Marumbi. Com a compra de “O Diário” por outro grupo, todos esses elementos foram mandados embora, época em que os mesmos resolveram editar um jornal de cunho político, que é o *ETC*.²⁶

Com a vigilância do regime sobre o jornal, utilizar um discurso de enfrentamento direto poderia comprometer sua sobrevivência. Porém, o *Brado* não deixava de se posicionar. A abordagem crítica de tema sensível ao regime autoritário pode ser observada na entrevista pingue-pongue publicada na edição número 8, feita pelo editor Ricardo Antonio Balestra com o acadêmico Otávio Salvadori, representante dos estudantes da UEM na COPERTIDE (Comissão Permanente de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva). Salvadori afirma na entrevista que a representação estudantil era bastante deficiente no país e que foi conquistada “através de até derramamento de sangue em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde os estudantes universitários lutaram com todos os meios possíveis para obtê-la, já que antes disso nada podiam dizer [...]”²⁷. O entrevistado tece críticas ao cerceamento que a ditadura impôs à atuação política dos estudantes e afirma ser imperativa

a imediata revogação do Decreto Lei nº 477, o qual amordaçou pela intimidação os universitários de todo o País. É necessário que o estudante da Universidade participe de todo o processo político

²⁵ Idem, p. 22-23.

²⁶ Idem.

²⁷ *O nosso representante*, nº 8, abril, 1975, p. 2.

estudantil e partidário, para que, desde cedo, possa ir tomando contato com as rédeas que terá que segurar firme amanhã, como dirigente da Nação”²⁸

O editorial *Vivemos momentos de transformações*, que ocupa a primeira página da edição 8, aborda a implantação da reforma interna em curso e que adaptaria as estruturas da UEM à Lei Federal 5540/68 (da reforma universitária) para o reconhecimento da instituição pelo MEC. O texto evidencia que o processo estava despertando dúvidas e inquietações no meio estudantil: “Assim, atravessamos um período de obscurantismo (em informação)”²⁹. Apesar das dificuldades, o editorial tem um tom otimista e coloca o jornal e o Diretório Acadêmico Nelson Hungria como aglutinadores da luta pelos interesses dos estudantes:

As perspectivas, entretanto, são muito boas e, superada essa primeira fase árdua da administração do Professor Rodolfo Purpur, iniciar-se-á um trabalho intenso, cremos, para a formação de uma “geral consciência universitária”. Até lá “O BRADO UNIVERSITÁRIO” propõe-se, conjuntamente com a ação do D.A.N.H. a ir lutando intransigentemente pelos interesses do corpo discente. Reafirma, então, mais uma vez, a urgência da união dos acadêmicos de Direito em torno do Diretório.³⁰

Num tom mais moderado o artigo intitulado *Distensão*, assinado por Ricardo Antonio Balestra, demonstra esperança no projeto de distensão política do governo de Ernesto Geisel. Mas, de forma sutil, faz uma crítica às causas do alijamento da juventude da vida política do país. Menciona a sinalização, por parte do regime, de uma abertura para a participação política dos mais diversos segmentos, mas ressalta ser “necessário que uma importante camada populacional se integra (sic) ao movimento partidário que ora se esboça no Brasil: a juventude. Em especial, a juventude universitária”³¹.

O artigo pontua que, entre 1964 e 1975, estabeleceu-se uma lacuna na participação estudantil da vida política do país, referindo-se ao cerceamento que o regime impôs, por meio da legislação autoritária, à atuação do movimento estudantil: “E os acontecimentos de 1968 forçaram o desaparecimento de quase toda a liderança estudantil, que, então, esboçava o retorno da mocidade ao contato com nossas instituições”³². A

²⁸ *O nosso representante* (cont.), n° 8, abril, 1975, p. 3.

²⁹ *Vivemos momentos de transformações*, n° 8, abril, 1975, p. 1.

³⁰ Idem. Destaques do autor.

³¹ *Distensão*, n° 8, abril, 1975, p. 6.

³² Idem.

afirmação permite inferir que o autor se referia à edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e ao fechamento político.

Ainda no artigo *Distensão*, as eleições de 1974 são citadas como um fator que, naquele momento, estaria despertando nos jovens maior interesse em participar da vida político-partidária. A menção do pleito pode ser vista como outra crítica, uma vez que a oposição ao regime havia registrado uma vitória inédita e incontestada, cujo significado era um aceno de mudanças no contexto político.

Empenhados na tarefa de fortalecer socialmente o partido e combater a ditadura civil-militar, lideranças e parlamentares do MDB articularam em suas campanhas eleitorais e em sua atuação no Congresso Nacional uma plataforma política baseada na defesa do retorno ao Estado de direito e na crítica ao modelo de desenvolvimento econômico então implementado. (CARVALHO, 2012, p. 555)

A censura também foi alvo de crítica na edição número 8 de *O Brado*. No artigo com o título *Ah! Essa Prévia Censura Prévia*, o acadêmico Nacif Alcure Neto critica a censura prévia à “criação artística” argumentando que ela não atinge seu objetivo. Este é o artigo que trata de forma mais direta um tema relacionado ao regime autoritário na edição. Com uma discreta alfinetada no sistema censor da ditadura, o autor afirma que o artista tem meios engenhosos e eruditos de burlar a censura de modo que seja necessária perspicácia do censor para perceber sua manobra.

A censura imposta ao artista é uma violentação brutal; é um cerceamento angustiante, uma atitude insensata e cruel, que ocasiona transtornos irreparáveis, sem que consiga atingir a sua meta. Não há condições de extirpar do artista seus ideais, suas propensões. [...] Prevendo o veto de sua manifestação [...] atenua a linguagem, modifica as alusões, procura contornar com sutileza o assunto abordado. Estará criada, então, uma obra toda cheia de circunlóquios e metáforas, que somente numa análise percuciente poderá ser entendida.³³

Merece menção o artigo *Participe irmão universitário*, assinado pela acadêmica Regina Maria V. Silva, que pode ser lido como uma crítica velada à baixa participação dos jovens na política estudantil naquele momento. De forma clara, estimula os alunos a participarem de qualquer tipo de atividade dentro da universidade – grupos de música, poesia, teatro, artes de um modo geral – e, de forma mais velada, convida à participação política: “Não importa como, mas participe, irmão. Una, crie, invente, critique, vote,

³³ *Ah! Essa prévia censura prévia*, nº 8, abril, 1975, p. 6.

devote, lute, grite. Faça-se e você estará fazendo a universidade. Porque a universidade é você. Você e seus atos.”³⁴ E conclama à união, o que pode indicar um chamamento dos estudantes para a ação política: “Lembre-se que a união faz a força. E que eu mais você formamos duas cabeças pensantes. Mais forte que uma só. Mais forte que o mundo inteiro dividido”³⁵. A vigilância existente dentro da universidade pode ter motivado o artigo com mensagens subentendidas.

Questões internas e que tinham relação com a bandeira da gratuidade do ensino, como as mensalidades cobradas pela universidade, também foram pauta na edição de abril de 1975. Rosalvo Pereira Leal assina um texto com o título *Estória prá Boi Dormir*, em que critica os constantes aumentos do valor das mensalidades pagas pelos estudantes da Faculdade de Direito. Usando a ironia como retórica, o texto conta a história de um estudante de Direito que “ganhava o salário mínimo como assistente de um humilde advogado”³⁶ e que pagava uma mensalidade de baixo valor no primeiro ano de faculdade. No decorrer do texto, o autor vai discorrendo sobre os grandes aumentos do valor da mensalidade frente aos irrisórios reajustes do salário mínimo. E finaliza ironizando: “Pois é. Era uma vez um feliz universitário. Feliz porque ainda consegue estudar um curso superior”.³⁷

3.4 Simpatia por Geisel x senso crítico

A crítica ao regime e à conjuntura política do país, bem como a discussão de temas relacionados a bandeiras de luta do movimento estudantil, são retomadas na edição número 9, de novembro de 1975. Apesar do tom ainda cauteloso, a edição faz uma abordagem um pouco mais crítica de temas relacionados ao regime autoritário. Por outro lado, deixa transparecer que naquele momento os estudantes vislumbravam e tinham esperança na abertura política que estava no cerne do discurso do presidente-general Ernesto Geisel, que havia assumido o poder em 1974.

É importante registrar que existia uma simpatia por Geisel em diversos setores da sociedade, especialmente a classe média e a elite empresarial apoiadora do golpe de 1964, resultado de uma imagem construída em torno da figura do general, de homem simples, “democrata” e bem preparado para assumir o cargo de presidente da República.

³⁴ *Participe irmão universitário*, nº 8, abril, 1975, p. 7.

³⁵ *Idem*.

³⁶ *Estória prá Boi Dormir*, nº 8, abril, 1975, p. 8.

³⁷ *Idem*.

A mídia foi uma grande aliada para a disseminação desta imagem, o que se constituía num paradoxo, uma vez que Geisel era “avesso a bajulações midiáticas em torno de si e do governo, para evitar a configuração de um sistema totalitário de administração perante o povo” (BAREL, 2008, p. 1-2). Além da simpatia do público por essa imagem construída, o discurso de Geisel acenando em direção a uma abertura política caiu como luva num momento em que país acabara de sair dos “anos de chumbo” do governo Médici, marcado pela escalada da violência por parte do Estado, e que começava a viver a crise do “milagre econômico”.

Essa simpatia pela imagem de militar “diferente”, com um perfil mais “liberal e democrático”, do general-presidente também aparece na edição número 9 de *O Brado*. Como no editorial, de meia página, assinado pelo então presidente do Diretório Acadêmico Nelson Hungria, Sidney Meneguetti, que retoma a questão da participação dos jovens no processo político do país. Vale nota o fato de que Meneguetti, mesmo não sendo um militante de esquerda, dava todo o apoio necessário aos editores do jornal, que eram de esquerda. Segundo Edilson Pereira, “o Meneghetti era um cara conservador, mas democrático. Tanto que era quem bancava o Laércio [Souto Maior] como editor do Brado”³⁸.

Laércio Souto Maior destaca a boa convivência que existia mesmo com a diversidade de perfis políticos dos que produziam o *Brado*.

Quando o jornal foi criado estávamos à frente eu, o Nassif Alcure Neto, o Rosalvo Pereira Leal. O jornal foi criado para lutar contra a ditadura. Evidentemente, de uma maneira sutil, mas para editar um jornal de estudantes tinha que ser de oposição. Era um jornal produzido por estudantes de Direito altamente politizados, dá pra perceber isso pelo que está escrito ali, alguns deles já engajados em organizações revolucionárias, como AP, PCBR, partidão, ou então em grupos de esquerda da igreja católica. Todos ostensivamente contrários à ditadura. Era uma miscelânea que compunha o pessoal do Brado. E o mais interessante é que um dos presidentes [do DA Nelson Hungria] era o Sidney Meneguetti, da Usina Santa Teresinha³⁹. Ele não era de esquerda. Mas todos convivíamos bem⁴⁰.

³⁸ Entrevista concedida em 22 de fevereiro de 2021.

³⁹ A Usina Santa Terezinha é um grande e influente grupo empresarial de Maringá, fundado em 19 de junho de 1961. O grupo possui atualmente oito usinas de açúcar e álcool localizadas em diversas cidades paranaenses, além de um terminal logístico com armazéns graneleiros em Maringá e um terminal rodoferroviário de fertilizantes em Paranaguá. Disponível em < <https://www.usacucar.com.br/usacucar.php#menu> >. Acesso em 1º jun. 2021.

⁴⁰ Entrevista concedida em 18 de dezembro de 2017.

No editorial assinado por Meneguetti, a esperança no projeto de “abertura lenta, gradual e segura” do governo Geisel fica patente: o texto afirma que a participação política da juventude “é desejada não somente por ‘determinadas lideranças’, mas, e principalmente, pelo próprio presidente da República, general Ernesto Geisel”⁴¹. O presidente do DA Nelson Hungria destaca o documento entregue a Geisel pela ala jovem da ARENA do Rio Grande do Sul, que havia sido produzido durante um seminário de estudos sobre temas políticos e eleitorais, para ilustrar a disposição do então presidente da República em abrir espaço para a participação dos estudantes. Uma das sugestões apresentadas pelo documento era que os diretórios municipais dos partidos deveriam “criar departamentos jovens, e, no processo de renovação partidária, 1/5 deverão pertencer ao setor jovem e 1/5 ao feminino”⁴².

Apesar do tom favorável, o editorial não deixa de mencionar um trecho do documento entregue ao general-presidente pela ala jovem da ARENA que toca em pontos sensíveis quando, apesar das promessas de distensão política, ainda se vivia sob uma ditadura:

[...] apresentação do posicionamento do partido situacionista face aos instrumentos de exceção e Lei de Segurança Nacional, política do governo em relação à distribuição de rendas e como executá-la, exploração do mercado interno e externo, definição quanto à política social, valorização dos sindicatos, revisão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, com o objetivo de manter a estabilidade deste sistema e incremento da especialização além de promoção de palestras e debates sobre o Decreto 477⁴³.

Na página 2, a matéria *Maringaenses em Brasília* também é um indicativo da visão positiva dos estudantes em relação a Geisel. Relata a visita dos alunos do segundo e terceiro anos de Direito à capital da República, no dia 21 de setembro de 1975. Em Brasília conheceram o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, como registram duas fotos publicadas: uma dos estudantes ao lado de deputados federais e outra dos jovens apoiados na estátua da deusa da justiça, que fica em frente ao STF. O texto informa que os acadêmicos teriam assistido à posse do novo presidente da ARENA e depois “dirigiram-se à Câmara dos Deputados, onde assistiram o discurso do Presidente

⁴¹ *Editorial*, nº 9, novembro, 1975, p. 3.

⁴² *Idem*.

⁴³ *Idem*.

Ernesto Geisel. Houve até acadêmicos que tiveram a oportunidade de cumprimentar e conversar com S.Exa., o Presidente da República. Os visitantes sentiram-se lisonjeados”⁴⁴

Se, por um lado, essa simpatia dos estudantes pode ter sido efeito da construção de uma imagem positiva de Geisel, é possível também supor que havia entre eles a percepção de uma mudança diante do aceno de abertura política pelo governo. Adotar a postura de não partir para o enfrentamento direto pode ter sido uma tática dos estudantes para alargar as brechas abertas pelo discurso de distensão de Geisel. O ex-acadêmico Edilson Pereira dos Santos lembra que essa simpatia dos estudantes também se devia ao fato de Geisel estar “confrontando a linha dura, as forças radicais do general Frota e do Ednardo em São Paulo”⁴⁵. Edilson refere-se ao general Sylvio Frota, ministro do Exército, que pertencia à “linha dura” dos militares e era um dos ferrenhos opositores do projeto de distensão política, o que resultou em sua exoneração por Geisel em outubro de 1977; e ao general Ednardo Dávila Melo, comandante do II Exército, sediado em São Paulo, demitido sumariamente também por Geisel após a morte do jornalista Vladimir Herzog sob tortura no DOI-CODI.

Segundo Pereira, o posicionamento de Meneguetti no editorial,

certamente queria dizer que nesta briga o Brasil estava ao lado do Geisel que, embora fosse ditador e general, prometia a redemocratização... O Laércio [Souto Maior], quando saiu da prisão, também apostou nesta linha, porque era a única que havia. A redemocratização era o sonho de normalidade⁴⁶

A esperança de que estaria em marcha a abertura para tempos de maior liberdade política aparece também no artigo da página 6, assinado por Rubens Sanches Filho, intitulado *Podemos Ajudar*. Retoma a questão dos jovens na política, alegando que aquele era o momento propício para a retomada da participação. O articulista afirma que a juventude queria participar da vida política do país, mas não teria se sentido autorizada por não ter recebido o “sinal verde, o consentimento respeitoso, tão necessário em momento como esse que é o cicatrizamento (sic) de feridas a longos anos expostas de doloridas”⁴⁷. O artigo trata das eleições parlamentares de 1974, afirmando que o pleito teria dado aos jovens motivação maior para participar. “Cremos que foi depois deste

⁴⁴ *Maringaenses em Brasília*, nº 9, novembro, 1975, p. 2.

⁴⁵ Entrevista concedida em 22 de fevereiro de 2021.

⁴⁶ Idem. O entrevistado refere-se à prisão de Laércio Souto Maior durante a Operação Marumbi, que será detalhada mais adiante.

⁴⁷ *Podemos ajudar*, nº 9, novembro, 1975, p. 6.

disparate, no bom sentido, de votação, principalmente do poder jovem, que fez com que os líderes políticos virassem um pouco os olhos para nós...”⁴⁸.

A expressiva vitória do MDB nas eleições parlamentares de 1974 teve forte influência da “atitude dos meios acadêmicos, ao mesmo tempo que exerceu sobre eles notável impacto” (MOTTA, 2014, p. 220). A vitória da oposição teve grande contribuição dos estudantes universitários, meio onde “arrefeceu a campanha pelo voto nulo” (MOTTA, 2014, p. 220) em protesto pelas regras eleitorais que favoreciam a vitória da ARENA, partido de sustentação da ditadura.

A força demonstrada pelo partido de oposição nas eleições, aliada à perspectiva de mudança com o governo Geisel, pode ter dado as bases para a esperança e a defesa, pelo autor do artigo de *O Brado*, da tese de que aquele era o momento de a juventude agir. É possível supor que essa chamada para a ação fosse uma forma de dizer que era o momento de sair do silenciamento político imposto pela repressão ao movimento estudantil. O próprio título do artigo – *Podemos Ajudar* – traz uma intenção de demonstrar que a juventude teria um potencial que vinha sendo desperdiçado até ali por conta do cerceamento político a que estava submetida pelo regime autoritário.

Mesmo com esperança em novos tempos políticos e manifestando simpatia por Geisel por conta dessa perspectiva, o jornal não deixou de fazer críticas ao regime e às medidas de exceção. Em alguns casos, eram pequenas alfinetadas, como no título da coluna da página 4, assinada pelo acadêmico Urano Freire de Moraes, *Piadas – Censura Livre*, referência satírica à censura imposta pelo regime.

Na página 6, o jornal reproduziu a íntegra do Decreto 477, que transpôs para o ambiente universitário as medidas do AI-5 e que estava em plena vigência. A publicação aparece sem qualquer comentário crítico, o que viria a ocorrer na edição seguinte, a de número 10. É possível levantar a hipótese de que a publicação desta forma, sem comentários, foi a crítica possível diante da tensão política e da repressão que ainda pairava sobre o país. Publicar o decreto podia significar, naquele momento político considerado pelos estudantes como propício, uma maneira de apontar a legislação autoritária que precisava ser extinta. Curiosa a reprodução, logo abaixo da íntegra do 477, de um artigo publicado originalmente pelo jornal *Folha de S. Paulo* intitulado *Uma espécie em franca extinção*, que destaca o perfil do marechal Cordeiro de Faria, apontado como um “liberal”, a espécie em “franca extinção” mencionada no título.

⁴⁸ *Podemos ajudar*, nº 9, novembro, 1975, p. 6.

A postura crítica de *O Brado* aparece também em um artigo que fala sobre a dificuldade de acesso do brasileiro ao ensino superior, tema que ia ao encontro de uma das bandeiras do movimento estudantil, a luta pelo ensino gratuito e de qualidade. E que confrontava uma questão sensível ao regime, a reforma universitária, que não havia dado conta de resolver problemas históricos apontados pelos estudantes, entre eles a elitização do ensino superior. Assinado pelo acadêmico Nacif Alcure Neto e publicado na página 5, o artigo *A Universidade ao Alcance de Poucos* destaca a “doença financeira” como a principal causa da dificuldade de acesso dos jovens brasileiros ao ensino superior, que, na maioria das universidades do Brasil, era pago.

[...] embora a Constituição coloque o ensino como dever do Estado, libera-o à iniciativa privada. Ademais, a gratuidade do ensino nos estabelecimentos públicos só é plenamente garantida no primário, sendo que no nível médio e superior só é gratuita a quantos demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos. Quem quiser conferir, é só ler o artigo 176, seus parágrafos e incisos, da nossa Carta Magna⁴⁹.

O artigo chama a atenção para o fato de que não basta a gratuidade no nível primário, considerando que “o alfabetizado primário não tem o preparo suficiente para participar, ativamente, de processo político-sócio-econômico, com o mínimo discernimento necessário”⁵⁰. Chama os que conseguem chegar à universidade como “felizes componentes da elite intelectual”, que, por esta razão, “conhecem o bem e a abertura que o ensino superior pode trazer”⁵¹. E pede a revogação do artigo 176 da Constituição, com o governo assumindo o dever de garantir educação “a todo povo, gratuitamente, como o único meio possível de garantir o aprimoramento intelectual necessário e, conseqüentemente, o almejado status de desenvolvido”⁵².

A reforma universitária concretizou a filosofia dos militares acerca dos objetivos da educação, em especial do ensino superior, visto por eles como um setor que necessitava de “modernização” para se adequar às demandas do projeto de desenvolvimento do regime. Essa modernização passava longe da ideia de democratização do ensino superior, o que pode ser demonstrado pelo fato de que a aspiração estudantil da gratuidade não foi contemplada pela reforma. O projeto de desenvolvimento dos militares, como enfatiza

⁴⁹ *A Universidade ao Alcance de Poucos*, nº 9, novembro, 1975, p. 5.

⁵⁰ *Idem*.

⁵¹ *Idem*.

⁵² *Idem*.

Rodrigo Patto Sá Motta, encaixava-se no “caráter modernizador-autoritário do Estado” durante a ditadura.

Para além do fato de as universidades reunirem inimigos do novo regime, “credenciando-se”, portanto, como alvos privilegiados das primeiras operações de expurgo, elas ocupavam lugar estratégico na formação das elites intelectuais e políticas do país, e, secundariamente, dos dirigentes econômicos. Assim, eram indispensáveis ao projeto modernizador acalentado por setores da coalizão dominante, com duas funções básicas. Primeiro, continuar cumprindo, agora em escala ampliada, o papel de formar profissionais indispensáveis às atividades econômicas. Em segundo lugar vinha o potencial para desenvolver novas tecnologias, algo ainda incipiente na realidade brasileira de meados dos anos 1960, e que não era considerado prioritário por todos os envolvidos, pois a importação de tecnologia era regra nas grandes empresas.” (MOTTA, 2014, p. 23)

A análise do material publicado nas edições 8 e 9 permite afirmar que, apesar da abordagem cautelosa e sutil, o jornal estudantil não deixou de criticar o regime autoritário mesmo num momento de grande tensão política e em que a repressão e a violência do Estado ainda impediam manifestações mais abertas de repúdio à ditadura. A crítica cautelosa e sutil é deixada de lado a partir da próxima edição, a número 10, que foi produzida e circulou no ano de 1976. Era um momento em que a situação política do país começava a passar por transformações. A pressão exercida pelo próprio movimento estudantil, mobilizado dentro das universidades na luta pela democratização, seria um dos fatores que levariam ao retorno das grandes manifestações de rua no ano seguinte. Momento de mudanças também dentro da Universidade Estadual de Maringá.

3.5 Edição 10, o marco da virada

A edição número 10, publicada em março de 1976, encaixa-se perfeitamente na perspectiva de ação de microrresistência proposta por Müller (2010) para analisar as novas táticas empreendidas pelos estudantes durante o período em que as ações de massa e os protestos foram silenciados pela repressão. A partir desta edição, *O Brado Universitário* muda o tom e o enfoque, e as críticas ao regime passam a ser mais diretas.

Essa mudança pode ser atribuída a diversos fatores, entre eles a mudança na equipe de editores, como já dito anteriormente. E também a alguns fatos ocorridos no Diretório Acadêmico Nelson Hungria. A sessão *Cartas* da edição 10 traz a informação sobre a vitória de um “grupo renovador que disputou as eleições para o Diretório ‘Nelson

Hungria' do curso de Direito da Universidade Estadual de Maringá"⁵³. Substituindo Sidney Meneguetti, passa a ocupar a presidência do diretório o acadêmico Ricardo Antonio Balestra, vigiado pelos órgãos de repressão que o consideravam uma liderança estudantil de esquerda.

No texto, o jornal anuncia que passará por mudanças: circulará mensalmente e passará a oferecer “informações de relevância, sem o formalismo e o obsoletismo com que normalmente a maioria dos órgãos estudantis se investem, acometidos de miopia pelo desinteresse que os anos sombrios nos herdaram”⁵⁴. Chama a atenção a postura assumida no texto, que afirma que será mantido o projeto de “dar mensalmente um informativo sem compromissos com ninguém ‘poderoso’ que não seja, naturalmente, a nossa classe”. A afirmação, que pode se referir a dirigentes da UEM ou ao próprio regime autoritário, demonstra que havia uma intenção dos acadêmicos de assumir um discurso de resistência e de defesa dos estudantes num momento de grandes transformações dentro da universidade, que estava a um passo de ser reconhecida e que passava por um processo interno de adaptação às normas da reforma universitária dos militares.

Documentos dos órgãos de vigilância obtidos pelo historiador Reginaldo Benedito Dias apontam que o presidente eleito do diretório Nelson Hungria era observado de perto. O prontuário número 59.529 do Serviço Nacional de Informações (SNI) traz informações sobre sua atuação política e estudantil, incluindo sua ligação com o jornal *O Brado Universitário*. O prontuário reúne informações de vários anos, levantando a trajetória de Ricardo Antonio Balestra na política estudantil desde 1968 e o apontando “como elemento agitador e de esquerda”⁵⁵. Traz também informações repassadas pelo órgão de vigilância interna da UEM, a ASI, sobre *O Brado Universitário* e a atuação de Balestra no jornal.

O prontuário tomou posse em 17 de Dezembro de do cargo de Presidente do Diretório Acadêmico (sic) Nelson Hungria, da Faculdade de Direito da Universidade Estadual de Maringá [...] Informou ser o nominado um dos responsáveis pelo jornal "O BRADO UNIVERSITÁRIO" da UEM e mais que o mesmo é o Presidente do Diretório Acadêmico (sic) –"NELSON HUNGRIA", é líder estudantil e representante discente junto ao Conselho Universitário. É integrante da chapa do MDB liderada por HORÁCIO ROCANELO (sic) FILHO e que concorreu à direção do MDB local, cujo diretório encontra-se sob intervenção. É candidato a vereador pelo MDB de MARINGÁ, possui

⁵³ *Cartas*, nº 10, março, 1976, p. 2.

⁵⁴ *Idem*.

⁵⁵ SNI, S. N. D. I. **Prontuário nº 59.529**. Curitiba , p. 69. 1978.

participação ativa na política estudantil, com pretensões de promoção pessoal visando sua candidatura à vereador. CACE N2 1.377/76).⁵⁶

Dias também encontrou registros na DOPS sobre as eleições de 1975 no DA Nelson Hungria, que conduziram Balestra à presidência. Os materiais, constantes da pasta “Universidade Estadual de Maringá”, reproduzem o programa da Chapa União, presidida por Balestra.

Nós acreditamos: No exercício responsável da liberdade e da democracia; Que o ensino gratuito, em todos os níveis, é meio hábil para o atendimento das necessidades sociais; Que a Escola atual está voltada exclusivamente para o aspecto tecnocrático; Que os principais problemas do estudante são: ensino pago, transporte, burocracia, baixa qualidade de ensino e falta de representação; Que os alunos devem exercer integralmente o direito de participar de todos os órgãos da Universidade, no mínimo com 1/5 de suas respectivas composições, como manda a Lei; Que os diretórios acadêmicos não têm cumprido satisfatoriamente seu papel⁵⁷.

Conforme mencionado anteriormente, foi na edição 10 também que o jornal ganhou uma nova equipe de editores. Laércio Souto Maior, que era um dos editores até a edição 9, havia sido preso pela Operação Marumbi, em 1975. Após a expressiva vitória do MDB nas eleições parlamentares, o aparato repressivo do regime passou a perseguir o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que tinha optado pela “resistência pacífica e não havia se envolvido em ações armadas contra o regime. Na lógica da suspeição, [...] o PCB estaria conspirando e lhe foi atribuída responsabilidade pela vitória do MDB” (DIAS, 2018, p. 61). Assim como outros cinco maringaenses, Laércio Souto Maior foi acusado, no IPM 745, de tentativa de rearticulação do “partido clandestino, supostamente infringindo o Decreto-lei 898/69” (DIAS, 2018, p. 61).

Souto Maior já havia sido preso pela ditadura em outras duas ocasiões: em dezembro de 1968, logo após a edição do AI-5, quando ficou um dia detido sob acusação de atividades subversivas; e em 1970, depois de aderir ao PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), quando ficou preso por 30 dias junto com outros acusados de participar da organização revolucionária, período em que foi submetido, assim como seus companheiros, a sessões de tortura.

⁵⁶ SNI, S. N. D. I. **Prontuário nº 59.529**. Curitiba, p. 70. O documento foi emitido pela agência do SNI em Curitiba em 12 de junho de 1978, quando Antonio Ricardo Balestra já exercia o cargo de vereador pelo MDB. Destaques do autor.

⁵⁷ Pasta PT2354.268. (DIAS, 2018, p. 200)

Fomos violentamente torturados, uma das moças, inclusive, que era muito contestadora, apanhou de um oficial. O pessoal do PCBR de Londrina, inclusive a Elza Correia, que foi deputada, também. Trinta dias depois soltaram a gente, nós respondemos processo. A cidade ficou chocada. Eu era preso pela segunda vez, então já estava “queimado”. Não tinha com quem conversar na cidade. A partir dali a gente seria muito mais vigiado do que antes, por isso combinamos de não nos visitar, por um bom tempo.⁵⁸

No livro *A face esquerda da cidade* Reginaldo Dias analisa o inquérito em que Souto Maior e outros 13 militantes moradores de Maringá foram indiciados, cujo “objeto da acusação foi assim resumido: agrupamento perigoso à segurança nacional; posse ilícita de armamentos. Haveria suposta infração aos artigos 43 e 46 do Decreto-lei 898/1969, que definia os crimes contra a segurança nacional” (2018, p. 57). Laércio Souto Maior e os demais indiciados “foram absolvidos pelo Conselho de Sentença em 18 de junho de 1973” (2018, p. 57).

Souto Maior era, portanto, um nome visado pelos órgãos de repressão. Na terceira vez em que foi preso, em 1975, Laércio Souto Maior ficou detido por dez meses, inicialmente no 30º Batalhão de Infantaria Mecanizado, em Apucarana, e depois na prisão do Ahú. Ele contou, em depoimento gravado para o projeto DHPAZ Paraná, como ocorreu sua prisão.

Fui, então, preso pela terceira vez (outubro de 1975), cercaram minha casa com carros do DOI-COD, me algemaram, colocaram capuz e me jogaram no carro deles. E marchamos para Apucarana, eu dormi lá. O capitão Romariz chegou lá com outro oficial do Exército e, em frente à minha cela, falou: “Esses comunistas, a gente tinha que fuzilar essa turma, não escapar um!” Isso falado pra mim, preso, foi terrível. Mal e mal dormi naquela noite. No dia seguinte fomos mandados para Curitiba.⁵⁹

Em seu blog na internet, Souto Maior relata um detalhe sobre sua prisão na Operação Marumbi que fez com que ele fosse submetido a violentos interrogatórios durante o período de detenção na DOPS, antes de ser transferido para o complexo prisional do Ahú.

[...] eu escrevia um ensaio sobre o fenômeno do cangaço que durante décadas inquietou com suas ações violentas o povo e as autoridades dos nove estados do nordeste brasileiro. [...] No meu trabalho, simplesmente

⁵⁸ Entrevista concedida em 18 de dezembro de 2017.

⁵⁹ Depoimento para o projeto DHPAZ Paraná em 19 de outubro de 2013. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=qRLe9NgPsvM>>. Acesso em 22 mar.2021.

acompanhei o raciocínio do mestre Eric Hobsbawm que na sua obra magistral “Bandidos” considerava os bandidos sociais rebeldes em potencial [...] Na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) [...] fui violentamente interrogado durante dias seguidos, às vezes até por três delegados ao mesmo tempo, que queriam que eu declarasse que o ensaio que escrevi sobre os cangaceiros nordestinos tinha como finalidade ensinar e fazer apologia à guerra de guerrilha no Brasil. Vejam só o absurdo! Os delegados do Dops me acusavam de ser membro do Partidão, sem eu ser, e que defendia a guerra de guerrilha num partido que advogava a transição pacífica do capitalismo para o socialismo (e se chegasse ao poder pela via eleitoral seria mais um partido da ordem, como acontecia na época com o PC italiano liderado pelo Enrico Berlinguer).⁶⁰

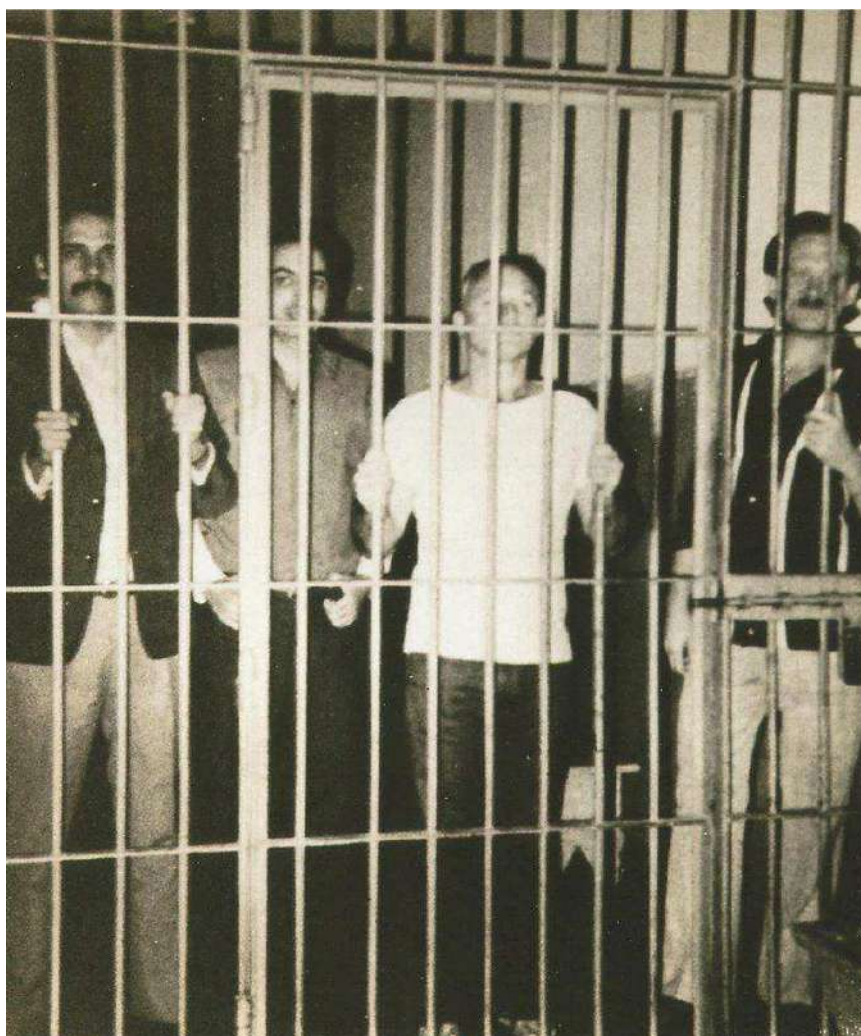


Figura 2- Laércio Souto Maior na prisão do Ahú, em Curitiba. Da esquerda para a direita, Laércio Souto Maior, João Alberto Einecke, Ceslau Raul Karniewski e Pedro Agostinetti Preto

⁶⁰ O teatro do absurdo da Operação Marumbi. Disponível em <<https://laerciosoutomaior.medium.com/o-teatro-do-absurdo-da-operac%C3%A3o-marumbi-7ee39f75137c>>. Acesso em 22 mar.2021.

Todos esses acontecimentos tiveram influência na mudança de postura de *O Brado*, que passou a publicar matérias mais diretas e com críticas mais ácidas ao regime autoritário. Essa mudança de enfoque provocou a contrariedade de alguns estudantes. Segundo Edilson Pereira dos Santos, alguns acadêmicos desaprovavam a nova postura por considerarem radical. Além do enfoque, a linguagem dos textos também mudou, tornou-se mais coloquial e semelhante à do jornalismo, diferenciando-se do estilo das duas edições anteriores analisadas, em que os textos publicados utilizam uma linguagem mais próxima do Direito.

Parecia haver entre os acadêmicos que produziram o número 10 uma preocupação menor com a exposição, apesar de a edição ter sido produzida e ter circulado num período em que a censura ainda não havia arrefecido e a vigilância interna da UEM continuar ativa.

Medo a gente tinha de ser preso, claro... Até neste período as pessoas não gostavam muito de ficar perto da gente. Mas com o Laércio [Souto Maior] na cadeia, a gente achava que deveria pelo menos fazer algo de combativo... Foi o jeito que a gente encontrou.⁶¹

A prisão de Laércio Souto Maior durante a Operação Marumbi levou os estudantes ligados ao DA Nelson Hungria a uma ação de aberta ousadia. Na edição número 10 do *Brado* decidiram republicar o artigo *A face oculta*, assinado por Souto Maior, que havia sido publicado anteriormente, na edição número 8. Só que foi republicado sem a assinatura dele. O artigo fazia uma dura crítica à corrupção dos que exerciam cargos públicos no Brasil. Sem citar nomes, o autor fala sobre os que compactuavam com a corrupção e o enriquecimento ilícito, uma demonstração de que a corrupção, ao contrário do que colocam os atuais discursos negacionistas, era uma realidade no período da ditadura militar.

O humilde de ontem transforma-se rapidamente num orgulhoso e prepotente chefe. [...] aquele senhor, com cara e postura de honesto, consegue em quatro anos de exercício administrativo, sem ganhar na loteria, nem receber herança, amealhar verdadeiras fortunas. [...] Abordamos o geral, sem particularizar nenhum exemplo. Com o único escopo de que, hoje em dia, mais do que nunca, na (sic) campo das pretensões humanamente possíveis e, moralmente, desejáveis, combatemos a corrupção: que corrói as bases morais de um povo; desmoraliza seu sistema político; enlameia seus líderes; e, mais dia,

⁶¹ Entrevista concedida por Edilson Pereira dos Santos em 22 de fevereiro de 2021.

menos dia, varrerá da face da terra até mesmo seus últimos resquícios, a resistência patriótica da nação.⁶²

Tocar num tema sensível aos olhos dos militares teve um custo alto para Laércio Souto Maior. Durante o período em que ficou preso, após a Operação Marumbi, ele também foi acusado e interrogado por causa do teor do artigo.

Quando fui preso, o pessoal que assumiu o Brado quis fazer uma homenagem a mim e repetiu a publicação do artigo. Lá no DOI-CODI disseram que esse meu artigo era alta subversão. Eu disse: mas o que é isso, eu só estou falando da corrupção...Esse pessoal [do Brado] não era corajoso? Hoje parece bobagem, mas fazer isso na ditadura militar...⁶³

Também a partir da edição 10, o jornal passa a trazer mais textos reproduzidos de publicações da imprensa alternativa ou assinados por jornalistas atuantes neste segmento, prática comum entre os jornais estudantis do período. Segundo Müller, “além de publicarem matérias desses jornais (bem como da Grande Imprensa considerada liberal, principalmente quando o assunto tratava dos “interesses estudantis”), também divulgavam e apoiavam a atuação dos ‘nânicos’”. (MÜLLER, 2010, p. 84). O aumento da presença de material reproduzido de outras publicações também pode estar ligado ao fato de que o jornal duplicou de tamanho na edição 10, passando a ter 16 páginas.

A dedicação de um espaço maior às charges e ilustrações também é uma das mudanças observadas a partir da edição 10, uma demonstração de que a nova equipe de editores via no humor e na ironia uma forma eficiente de protesto, que já era muito utilizada por jornais nânicos famosos. José Carlos Struett, que era também editor, assina as ilustrações e charges. A trajetória profissional de Struett na imprensa maringense começou quando ele ainda era acadêmico de Direito. Apontado como o introdutor da charge política diária na imprensa de Maringá, Struett foi homenageado nas comemorações dos 20 anos da UEM. Sobre ele, Laércio Souto Maior escreveu:

O humor também foi foco de resistência durante a Ditadura Militar (1964–1985) na cidade de Maringá. O jornalista Edilson Pereira dos Santos foi preciso ao analisar o papel da participação do cartunista José Carlos Struett na luta contra o regime militar ao introduzir a charge política diária durante os oito meses em que participou da equipe “vermelha”, apelido dado pelos fascistas ao “Diário do Norte do Paraná”. O periódico agitou os meios políticos, empresariais e a sociedade da Cidade Canção no ano da graça de 1977, dando muita dor

⁶² A face oculta, nº 10, março, 1976, p. 14.

⁶³ Entrevista concedida em 18 de dezembro de 2017.

de cabeça aos sócios minoritários do grande jornal e às autoridades civis e militares que acompanhavam preocupados a nova linha editorial de oposição radical adotada pelo redator-chefe, apoiado incondicionalmente pelo sócio majoritário Ramires Moacir Pozza. [...] ao invés de armas de fogo, Struett usou o seu traço em caricaturas geniais satirizando ações e assuntos de interesse popular, como resistência e luta contra a opressão nos anos de chumbo da Ditadura Militar brasileira.⁶⁴

Ainda de acordo com Laércio Souto Maior⁶⁵, Struett foi colaborador de importantes periódicos, entre eles *O Pasquim*, *Movimento* e *Paraná Repórter*, e também do *ECT*, um jornal alternativo maringaense, além de ter participado do Salão Internacional de Humor de Piracicaba. José Carlos Struett faleceu em 9 de janeiro de 1982.

3.5.1 Não à elitização da universidade

Já na primeira página da edição 10 é possível perceber a mudança de enfoque do jornal, com a abordagem de uma bandeira histórica do movimento estudantil, a luta pelo ensino gratuito. Ocupando toda a capa, aparece a ilustração do perfil, em preto, de uma construção representando uma indústria, com chaminés que soltam fumaça formando um grande cifrão no céu. Aplicada em branco, sobre o perfil em preto, a manchete “Universidade S/A.”, com uma espécie de logomarca, como a de uma empresa. A ilustração – apesar de não aparecer o crédito é de autoria de José Carlos Struett, segundo depoimento de Edilson Pereira dos Santos – e a manchete estampam uma crítica ao ensino pago, como mero produto de “empresas” que, como as indústrias, têm como objetivo final o lucro.

⁶⁴ Disponível em <<https://laerciosoutomaior.medium.com/o-libert%C3%A1rio-que-introduziu-a-charge-pol%C3%ADtica-na-imprensa-maringaense-991d30347134>>. Acesso em 14 abr. 2021.

⁶⁵ Disponível em <<https://laerciosoutomaior.medium.com/o-libert%C3%A1rio-que-introduziu-a-charge-pol%C3%ADtica-na-imprensa-maringaense-991d30347134>>. Acesso em 14 abr. 2021.



Figura 3- Capa da edição nº 10, março de 1976

O modelo universidade-empresa, segundo Montagnari, ganhou força com a reforma universitária imposta pelos militares, que repassaram a reformulação do sistema educacional brasileiro

às mãos de técnicos estrangeiros. Foi assim que a ideia da universidade-empresa ganhou nítidos contornos nas tentativas de privatização das universidades públicas e, principalmente, na proliferação de inúmeras instituições privadas de ensino superior. Dentro e em nome da 'nova ordem', o caráter administrativo, fragmentário, técnico e burocratizante do ensino cresceu – de forma sensível – de mãos dadas com o avanço da indústria cultural e da cultura de massas.” (MONTAGNARI, 2001, p. 122)

A capa da edição traz também chamadas para matérias sobre outros temas polêmicos naquele contexto político: *Sete anos do 477*, referindo-se ao artigo sobre o Decreto 477; *Elitização*, chamando para a matéria sobre a dificuldade de acesso dos brasileiros ao ensino superior. A ilustração da primeira página faz link com a matéria da página 5, intitulada *Os problemas da elitização*, que coloca a dificuldade de acesso ao ensino superior no Brasil como decorrência das próprias estruturas sociais do país, marcadas por um “vertiginoso processo de ‘enriquecimento’ das minorias e o empobrecimento das classes ditas baixas ou proletárias”⁶⁶, o que, segundo o jornal, estaria “afetando profundamente a situação do ensino no Brasil”⁶⁷. Como indício dessa elitização, a matéria aponta o número de “veículos automotores de Maringá principalmente, e região”⁶⁸ que circulavam na UEM, para demonstrar que pessoas que tinham mais posses é que estavam frequentando a universidade.

Os mais pobres, segundo o artigo, já tendo enfrentado grandes dificuldades para concluir o ensino fundamental, acabavam tendo que trabalhar para se manter, restando-lhes, como única opção, quando muito, os cursos noturnos da UEM, que nem sempre atendiam ao desejo ou à inclinação profissional dos futuros acadêmicos. Além da dificuldade de conciliar trabalho e estudo – muitos acabavam tendo que optar pelo emprego devido aos horários que impediam a frequência às aulas – os estudantes menos favorecidos, destaca a matéria, tinham que enfrentar “grande adversidade, como é o caso das pesadas taxas de matrícula e mensalidades acima das condições de uma família, por exemplo, que tem como receita um precário salário mínimo para mal se alimentar e pagar aluguel”⁶⁹.

Na análise das medidas tomadas pelo governo federal para contemplar os estudantes sem condições financeiras de cursar uma faculdade, o jornal faz uma crítica direta à “solução” do crédito educativo e à ação da repressão aos estudantes que se manifestam contra o ensino pago.

Baseados na premissa de que em quase sua totalidade os países europeus e uma boa parcela de países americanos adotam o ensino gratuito, os estudantes brasileiros começaram a **‘forçar a barra’** para a queda da taxa de matrícula, e o resultado imposto pela repressão foi desastroso. Hoje, a tendência demonstrada pela política educacional do **MEC** é a implantação de um sistema de ensino pago em todo o país.

⁶⁶ *Os problemas da elitização*, nº 10, março, 1976, p. 5.

⁶⁷ *Idem*.

⁶⁸ *Idem*.

⁶⁹ *Idem*.

Visando isto, o MEC criou o ‘**Crédito Educativo**’. Mas, tal crédito não terá efeito somente àqueles mais abastados? Vejamos: o estudante pobre vai lá, adquire seu crédito, faz o curso e tal. Na rua, com o ‘**cartucho**’ na mão, está praticamente só, anônimo, com a convicção de ser um profissional, talvez, **liberal**. Resolve encarar o ‘supermercado’ da vida, e apresenta seu ‘**certificado de habilitação**’ e não consegue nada, pelo menos a curto prazo. Como reembolsar as despesas do curso dentro de um ano, se ninguém, mesmo ‘**premiado**’ pelo mercado de trabalho aufere, ‘de cara’, salário muito digno?’⁷⁰

Numa crítica direta à reforma universitária, a matéria aborda a ociosidade de vagas que naquele momento vinha sendo observada no país, em função da abertura indiscriminada de novos cursos superiores, sem a verificação das necessidades e demandas das regiões de implantação: “Em São Paulo, segundo dados do próprio MEC, em 1974 já se apresentava a ociosidade de vagas, sendo que das 309.000 vagas oferecidas, 74.000 ficaram ociosas. No Estado de São Paulo, no ano passado, ficaram ociosas 56.307 das 138.275 existentes”⁷¹. A matéria traz o problema para o nível local, transpondo para dentro dos muros da UEM o problema da ociosidade de vagas, atribuído à ausência de cursos afinados com a vocação econômica regional, à mercantilização do ensino e à saturação do mercado de trabalho de certas profissões. Com isso, segundo o artigo,

vai-se afastando duplamente o estudante da Universidade. Resultados vão surgindo: dos vinte e um cursos oferecidos pela UEM, nove não preencheram as vagas oferecidas, tendo curso que teve procura de apenas dez por cento, e outros, como é o caso de letras-franco, que, por não haver candidatos, ficou inativo no primeiro semestre [...]”⁷²

A abordagem crítica se completa com a ilustração assinada por Rauch, que mostra a imagem do que seriam luxuosas colunas ornamentadas, representando a universidade inatingível, ruindo sob o peso de um “mar de gente” tentando, sem sucesso, galgá-las, um alerta ao fato de que a elitização pode levar ao fim da própria universidade.

⁷⁰ *Os problemas da elitização*, nº 10, março, 1976, p. 5. Grifos do autor.

⁷¹ *Idem*.

⁷² *Idem*.



Figura 4- Ilustração do artigo *Os problemas da elitização*, página 5, edição nº 10, março de 1976

O editorial da edição também trata da elitização do ensino superior, aproveitando o gancho do retorno do ano letivo. No texto, o modelo de ensino superior implantado com a reforma universitária é criticado por ter conseguido apenas o aumento de vagas nas universidades, “o que redundou em prejuízo qualitativo para o ensino ministrado em nossas escolas superiores. Até o Ministro da Educação já se mostrou preocupado pelo quadro que se apresenta: excesso de oferta para um ensino deficiente”⁷³. O texto lembra que a UEM se encontrava em fase de consolidação e que, por esta razão, detinha todas as condições de superar os problemas que vinham sendo registrado nas universidades federais com a reforma do ensino superior. Mas ressalta que, para que isso ocorresse, a participação do estudante no processo seria fundamental, o que se daria por meio do diretório acadêmico e, em especial, da representação discente nos órgãos colegiados da universidade.

⁷³ *Editorial*, nº 10, março, 1976, p. 4.

Pode ser enquadrada na mesma linha de crítica à elitização da universidade a reprodução do artigo *Estória prá boi dormir*, de autoria do acadêmico Rosalvo Pereira Leal, publicada na edição número 8. Ao final, o jornal traz uma nota explicativa sobre o porquê da republicação, colocando que a situação não havia mudado quase um ano depois; as mensalidades continuavam altas se comparadas com o valor do salário mínimo da época: “[...] o mínimo ficou mais mínimo do que a matrícula na UEM. Isto é: matrícula na UEM, 500 cruzeiros; salário mínimo, 494 cruzeiros e uns quebrados por estas bandas onde ele é um dos maiores”.⁷⁴ E conclui, com ironia: “Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”⁷⁵.

A matéria *O trote é um ‘trote’*, que fecha a edição, na página 16, também debate um tema ligado à elitização. Ao criticar o trote praticado contra os calouros na universidade, contesta os que viam na prática uma manifestação festiva:

É motivo de alegria passar no vestibular, sabendo-se que a taxa de matrícula chega a 500 cruzeiros e as mensalidades são inflacionadas quase que de semestre em semestre em 30 ou mais por cento? Outros pensarão, afinal, que venceram uma “ádua competição”. Mas, no fundo, é motivo de alegria deixar o outro à margem da universidade?”⁷⁶

Na visão do jornal, era necessário falar da problemática social e do sistema que a produz para entender que “o trote é um veículo de alienação, de distanciar o estudante da realidade, do seu verdadeiro mundo e de sua verdadeira missão, que é a humanização da sociedade e das gerações futuras”⁷⁷. E cita como um bom exemplo o caso do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Estadual de Londrina, que aboliu a prática, uma de várias outras vitórias “conquistadas por aqueles colegas batalhadores da liberdade”⁷⁸.

Apesar de se referir a uma prática comum ao meio estudantil, o artigo é também uma crítica ao sistema capitalista, que reproduz e sustenta o ciclo de competição e exclusão. Ciclo que, no ambiente universitário, é representado pelo sistema de seleção do vestibular, que determina quem pode ou não cursar o ensino superior. Festejar com o trote a vitória neste processo, na visão do jornal, é celebrar a injustiça desse sistema e, mais ainda, encobrir a realidade em que “o individualismo é injetado na gente desde os primeiros dias da nossa existência, num condicionamento monstro”⁷⁹.

⁷⁴ *Estória prá boi dormir*, nº 10, março, 1976, p. 13.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ *O trote é um "trote"*, nº 10, março, 1976, p. 16.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Idem.

O viés social que o artigo revela, chamando a atenção para o risco da alienação, pode ser visto como uma forma de tentar despertar nos estudantes uma consciência crítica que leve à mudança, tanto social, quanto política. Sem contar que questionar o trote era colocar-se contra uma tradição, um comportamento que era naturalizado e, em muitos casos, encorajado. Esta postura também demonstra uma forma de repúdio ao estado das coisas (*status quo*), ao que está estabelecido, revelando a voz contestadora da parcela estudantil politizada que, a todo custo, a ditadura tentou calar. Essa voz sempre esteve presente, às vezes mais forte, às vezes mais sutil nos momentos de maior repressão; mas sempre buscando um modo de se manifestar como ação de microrresistência, conforme analisa Müller (2010).

A ilustração de Struett para o artigo não pode deixar de ser mencionada: um mosaico com imagens de cavalos a correr, o detalhe de dois rostos com expressão de dor e um estudante abaixado, subjugado, enquanto um braço o força a se manter na posição; a cena é observada por outros rostos ao redor.



Figura 5- Ilustração do artigo *O trote é um 'trote'*, página 16, edição 10, março de 1976

A ilustração pode ser lida como um resumo de tudo o que tratou o artigo: o significado literal da palavra trote, ligada ao passo dos cavalos, mas também como um embuste, uma brincadeira humilhante e alienante ali representada pela figura do estudante subjugado. Os rostos com expressão de dor podem ser interpretados como o efeito de atos violentos praticados contra os calouros nos trotes, mas também podem remeter à dor

causada pela tortura que ainda era praticada nos porões do regime. A multidão de pessoas, algumas rindo, outras indiferentes, pode estar representando a inércia dos estudantes com a situação e também remeter ao sentido de alienação que o texto coloca, comparando o trote a um instrumento que serve para desviar o estudante da consciência sobre a realidade social.

3.5.2 Dedo em riste contra o autoritarismo

A crítica política aparece de formas variadas na edição número 10. No Expediente, por exemplo, o jornal reproduz um trecho do poema do dramaturgo Bertold Brecht *Expulso por um bom motivo* (tradução livre para o português), em que o poeta deixa claro seu posicionamento político e ideológico contra o capitalismo e a “exploração do homem pelo homem”. Mais uma demonstração da clara mudança por que estava passando o jornal:

Eu era filho de pessoas que tinham posses. Meus pais puseram um colarinho engomado ao redor do meu pescoço/ E me educaram no hábito de ser servido. E me ensinaram a arte de dar ordens/ Mas, mais tarde, quando olhei ao redor de mim,/ Não gostei das pessoas de minha classe/ Nem de dar ordem, muito menos de ser servido. E abandonei as pessoas da minha classe/ Para viver ao lado dos humildes.⁸⁰

O posicionamento político dos estudantes que produziam o jornal transparece também na página 6, local destinado à publicação de poemas de Pablo Neruda e de Bertold Brecht. Os poemas *Espanã em el corazón*, de Neruda, e *Aos que virão depois de nós*, de Brecht, são precedidos de um texto que assinala o perfil “essencialmente político” e engajado nas questões sociais dos poetas do século XX, bem como de alguns do século XIX, citando Castro Alves e sua poesia abolicionista.

Mas o perfil combativo e de resistência que o jornal assumiria a partir desta edição fica patente mesmo na matéria da página 3, que aborda os sete anos de vigência do Decreto-Lei 477. Com um texto crítico, recheado de ironia e entremeado por versos do abolicionista Castro Alves, a matéria, ironicamente intitulada *Parabéns prá você*, menciona a publicação da íntegra do decreto na edição anterior do jornal e ressalta: “Este instrumento cerceador da liberdade de ação e expressão dos estudantes brasileiros chega

⁸⁰ *Expediente*, nº 10, março, 1976, p. 2.

intocável aos sete anos de fúnebre existência, apesar de algumas vozes se levantarem para que este episódio tenha um final feliz”⁸¹.

O artigo faz um breve retrospecto da atuação do movimento estudantil desde o seu surgimento, passando pelo golpe de 1964, pelas manifestações de rua com a morte do estudante Edson Luís no Rio de Janeiro, até a edição do AI-5, “que iria parir o decreto-lei ‘quatro-sete-sete’”⁸². Neste ponto do texto aparece um verso do poema *Vozes D’África*, de Castro Alves, de junho de 1868: “Desde este dia o vento da desgraça por meus cabelos ululando passa/O anátema cruel...” O verso foi usado como estratégia retórica para reforçar a ideia do quão maléfico era o 477 para a liberdade de manifestação política e de expressão dos estudantes.

O texto afirma que desde 1968, data de edição do AI-5, até aquele momento, reinava um silêncio, por vezes interrompido por algumas vozes que ousavam enfrentar o autoritarismo ou mesmo por “alguma consciência arrependida”, lamentando a criação do decreto-lei 477 ou pedindo a sua revogação[...] São sempre gritos angustiantes e até ousados, mas sempre limitados pelo ‘quatro-sete-sete’”⁸³. E *O Brado* se coloca ao lado dos estudantes que “procuram cortar a corrente que nos amarra ao pé”, comparando a legislação autoritária ao grilhão que limita a liberdade de um condenado, na luta para

passar o umbral para a liberdade. Achamos que o estudante que se forma dentro das barreiras da censura e conseqüentemente autocensura, não passará de autômato manipulador de números e dados, insensível megalômano, do qual nada se espera. E daí todos se desesperam.⁸⁴

A ideia de algo que tolhe a liberdade, como o grilhão, é o mote da ilustração de José Carlos Struett que completa a matéria com uma crítica mordaz: a figura de um jovem caracterizado como um estudante, tendo no rosto uma expressão de desalento e no tornozelo uma bola de ferro com a inscrição “477” atada com uma corrente; ele tenta caminhar e arrastar consigo o peso do artefato. Uma representação da dureza da legislação autoritária imposta aos estudantes.

⁸¹ *Parabéns prá você*, nº 10, março, 1976, p. 3.

⁸² *Idem*.

⁸³ *Idem*.

⁸⁴ *Idem*.



Figura 6- Ilustração do artigo *Parabéns prá você*, página 3, edição nº 10, março de 1976

O tema da participação dos jovens na política é retomado ao longo do artigo, agora colocado de forma clara e direta, apontando como obstáculo o cerceamento a que foi submetido o movimento estudantil, palco político por essência da juventude que inicia sua caminhada rumo à política partidária. A ideia de que é preciso lutar é colocada de forma clara, uma vez que a liberdade de ação dos estudantes não voltaria fácil e rapidamente, o que pode ser interpretado como uma demonstração de que, naquele momento, a confiança no projeto de distensão do governo Geisel já não era tão grande quanto demonstrado nas edições do ano anterior: “Lutar, sim. Mas acreditar que a cortina deste espetáculo cairá em breve, e com resígnios, é uma utopia e também esperar demais”⁸⁵.

Essa abordagem extremamente crítica de um tema como o Decreto 477 demonstra que a vigilância e a censura passavam a ser frontalmente desafiadas pelos estudantes, talvez por conta das mudanças políticas que começavam a se desenhar. A hipótese pode fazer sentido se analisarmos que Geisel, em seu projeto político de buscar consenso social para o regime, trouxe para seu ministério figuras como Ney Braga, que assumiu o MEC. Com traquejo político adquirido em sua trajetória como prefeito de

⁸⁵ *Parabéns prá você*, nº 10, março, 1976, p. 3.

Curitiba e governador do Paraná, Braga, apesar da formação militar, tinha o perfil maleável necessário para dirigir o setor, estratégico para Geisel naquele momento.

Em sua gestão, Braga tentou fortalecer a agenda distensionista [...] conseguiu indicar alguns reitores de perfil conciliador e fez questão de não aplicar o famigerado Decreto 477, tanto para preservar a própria imagem quanto para simbolizar sua disposição ao diálogo. Além disso, na área educacional, bem como na cultural, houve mais tolerância com as ideias e as pessoas consideradas suspeitas, para desagrado dos “duros” e dos órgãos de repressão.” (MOTTA, 2014, p. 218-219).

Motta ressalta que o processo de distensão foi complexo, “com idas e vindas”, e só avançou graças à atuação das forças políticas de oposição. Neste contexto, “os riscos diminuíram – em parte, ao menos – e o ativismo estudantil se intensificou, forçando os limites de tolerância do governo Geisel” (MOTTA, 2014, p. 220). As lideranças foram avançando, confrontando regras e determinações oficiais. Ou seja, mesmo ainda estando em vigor um regime de exceção, os limites estavam sendo tensionados, testados, e, assim, os estudantes começaram a recompor suas forças de resistência para, no ano seguinte, voltarem às ruas pedindo a democratização do país. E a imprensa estudantil teve, neste contexto, papel fundamental, seja como aglutinadora, seja como porta-voz de denúncias e críticas que começavam a se acirrar no meio estudantil nos mais diversos pontos do país, numa demonstração de que os muros do silenciamento imposto pelo regime seriam, em breve, ser derrubados.

No caso de *O Brado*, o enfrentamento ao regime aparecia não só no material produzido pela equipe, mas também na escolha e reprodução de determinados artigos e reportagens veiculados pela grande imprensa, que naquele momento começava a atuar de forma mais livre da censura. Um exemplo é a matéria, que ocupa pouco menos de uma coluna na página 11, publicada originalmente na *Folha de Londrina*, edição de 28 de fevereiro de 1976: *Figura do crime político impressiona canadenses*, que trata da visita de uma delegação composta por 166 advogados canadenses ao Brasil.

De acordo com a matéria, em reunião com representantes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o chefe da delegação, Pierre Bourque, afirmou existir no Canadá “uma perfeita consciência do que se passa em países como o Brasil e o Chile”⁸⁶, referindo-se às ditaduras vigentes nos dois países, e que “infelizmente seus colegas não podem oferecer nenhuma contribuição aos advogados brasileiros porque

⁸⁶ *Figura do crime político impressiona canadenses*, nº 10, março 1976, p. 11.

não têm experiência sobre a maneira de proceder diante das limitações do exercício da advocacia e das restrições aos direitos fundamentais do homem”⁸⁷.

A matéria destaca que os advogados brasileiros, em face da suspensão do *habeas corpus* pelo AI-5, vinham utilizando um recurso legal previsto na Justiça Militar, a correição parcial, para tirar da prisão acusados de crimes previstos na Lei de Segurança Nacional. O chefe da delegação canadense teria manifestado a preocupação dos visitantes com o que ocorria no Brasil, como “a prisão de advogados, a incomunicabilidade de presos políticos e a supressão de alguns princípios universais, como o *habeas-corpus*”⁸⁸. A reprodução desse material é mais uma evidência de como o jornal estudantil atuaria dali para frente, forçando os limites da censura para resistir e denunciar.

Denúncia também é o mote da matéria *Estudante preso*, que registra a nota oficial de protesto do Diretório Acadêmico de Medicina da Universidade Federal da Bahia, provavelmente recebida pelo DA Nelson Hungria, pela detenção do estudante Antonio Jorge Fonseca Sanches de Almeida, em Salvador, em fevereiro de 1976, “para cumprir seis meses de prisão por decisão do Superior Tribunal Militar”⁸⁹. O texto informa que o estudante foi preso pela primeira vez quando tinha 18 anos, indiciado por um processo do mesmo tribunal, e estaria voltando à prisão por ter tido seu processo julgado e a pena comutada para dois anos (ele havia cumprido 18 meses na detenção anterior). *O Brado* reproduz um trecho da nota que traz uma crítica à repressão e ao regime autoritário: “Os motivos alegados para encarcerá-lo são os mesmos que diariamente levam à prisão dezenas de brasileiros. Motivos que já não conseguem iludir, e quando muito refletem apenas interesses escusos de um estado autoritário”⁹⁰. Conclui repudiando “as medidas que, por cercearem as liberdades no país, ferem frontalmente os interesses estudantis”⁹¹.

Ao dar publicidade à nota emitida pelo Diretório Acadêmico de Medicina da Universidade Federal da Bahia, o DA Nelson Hungria posicionou-se politicamente, fazendo coro às manifestações estudantis que ocorriam naquele momento. Não apenas por divulgar o protesto pela prisão do estudante da Federal da Bahia, mas porque esse repúdio significava confrontar e assumir o risco de punição, que era uma possibilidade muito plausível diante da existência na universidade de um órgão de vigilância atento a tudo. Podemos analisar a publicação de tal matéria como uma ousadia do jornal naquele

⁸⁷ *Figura do crime político impressiona canadenses*, nº 10, março 1976, p. 11.

⁸⁸ *Idem*.

⁸⁹ *Estudante preso*, nº 10, março, 1976, p. 13.

⁹⁰ *Idem*.

⁹¹ *Idem*.

contexto, em que a distensão política era ainda mero discurso. Apesar de o jornal não ter sofrido censura prévia pela ASI, os estudantes conheciam os limites e decidiram tensioná-los. Edilson Pereira dos Santos confirma: “O controle era nosso. Embora a gente soubesse que qualquer coisa muito além ia custar as nossas cabeças.”⁹²

Na mesma linha pode ser interpretada a reprodução, na página 14, do texto *Lição das coisas*, assinado pelo cartunista Ziraldo, do Pasquim, que critica a ação, à margem da lei, do Estado brasileiro. O momento da publicação é emblemático. Completavam-se dois meses da morte do metalúrgico Manoel Fiel Filho sob tortura, depois de ser preso por dois agentes do DOI-CODI sob a acusação de ser membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Fiel Filho foi assassinado no mesmo local e da mesma forma brutal como, no final do ano anterior, havia sido morto o jornalista Vladimir Herzog. Usando metáforas, Ziraldo aponta o dedo para o Estado brasileiro como o responsável pelas mortes nos porões da repressão, perguntando como era possível viver “[...] num lugar onde te convidam pra dançar num baile em que você não compareceu, te levam pra uma festa para a qual você não foi convidado, botam você numa roda onde ninguém pode chegar prá te defender e, depois, devolvem apenas a sua roupa prá casa?”⁹³.

Da mesma forma que ocorreu com Herzog, no dia seguinte à morte de Manoel Fiel Filho os órgãos de segurança emitiram nota oficial com a versão de que o metalúrgico havia se enforcado na cela com as próprias meias. De acordo com seus colegas de trabalho, que estavam na fábrica no momento da prisão, Manoel usava chinelos sem meias quando preso. Sua esposa, na noite do dia seguinte à prisão, foi procurada em casa por um desconhecido. Ele parou o carro em frente à casa e, diante da família, disse, sem rodeios, que Manoel tinha cometido suicídio, jogando, na calçada, um saco de lixo com as roupas do metalúrgico morto. Após a liberação do corpo para o enterro, os parentes constataram que apresentava vários sinais de tortura. Mesmo diante das evidências de morte causada por tortura, o exame necroscópico confirmou a versão oficial de suicídio. Anos mais tarde, a família moveu uma ação judicial e a União foi responsabilizada pela tortura e assassinato do metalúrgico.

O texto de Ziraldo denuncia o autoritarismo que ainda reinava no país, afirmando que o Estado “não pode usar os mesmos métodos dos criminosos, não pode agir nas mesmas sombras, não pode trair, não pode dissimular, não pode brincar de gato e rato”⁹⁴.

⁹² Entrevista concedida em 22 de fevereiro de 2021.

⁹³ ZIRALDO, n° 10, março, 1976, p. 14

⁹⁴ Idem.

Esse trecho é uma alusão clara à violência dos órgãos de repressão, que, mesmo agindo nas sombras, eram um braço do Estado pelo fato de estarem atrelados ao governo autoritário no poder. “Ora, se o Estado acredita na sua verdade, tem que agir à luz do dia. A verdade, posso garantir, não está no fundo – escuro – do poço”⁹⁵.

Outro material reproduzido, desta vez do jornal alternativo *Movimento*, demonstra a intenção dos estudantes de marcar posição de resistência. Trata-se do artigo *O preço da Justiça*, que ocupa metade da página 15. Pegando o gancho da reforma do Poder Judiciário que, segundo o jornal, seria iniciada pelo governo federal ainda em 1976, o texto denuncia o alto custo da justiça no Brasil, o que impossibilita o acesso dos mais pobres. Ideia reforçada pela ilustração assinada por José Carlos Struett: a deusa da Justiça, vendada, aparece sentada atrás de uma máquina registradora que ostenta o desenho da balança que representa o Judiciário; com discreto sorriso no rosto, ela está com notas de dinheiro na mão prontas para serem depositadas na caixa registradora.



Figura 7- Ilustração do artigo *O preço da justiça*, página 15, edição nº 10, março de 1976

O artigo atribui às restrições impostas pela ditadura ao Poder Judiciário uma das causas da precariedade da justiça: “A Justiça brasileira está [...] doente e precisa de um tratamento urgente e sério. Ainda mais porque nos últimos anos, às suas enfermidades

⁹⁵ ZIRALDO, nº 10, março, 1976, p. 14.

tradicionais vieram somar-se as restrições do Ato Institucional nº 5.”⁹⁶ E enumera algumas das restrições à ação da justiça: suspensão das garantias constitucionais que davam proteção à magistratura (vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade), do *habeas-corpus* nos crimes políticos e a retirada do âmbito do Judiciário da atribuição de “apreciar qualquer ato do Executivo praticado com base nos Atos Institucionais e complementares”⁹⁷.

Afirmando ser necessária uma reforma, lança a questão que marca a oposição ao projeto que estava sendo gestado pelo regime: mas, qual reforma? A situação (ARENA) desejava uma reforma modernizadora, técnica e administrativamente, e agilizadora do Judiciário para “fortalecer os mecanismos de defesa do Estado”⁹⁸, com a promulgação de uma Lei Orgânica da Magistratura e a criação de um Conselho Superior da Magistratura Nacional, com atribuições disciplinares para tornar mais rigorosos “a seleção e o controle dos juízes”⁹⁹. Ou seja, uma reforma afinada com a filosofia da ditadura, que tocaria nas questões técnicas apenas e possibilitaria um maior controle do Poder Judiciário.

O artigo expõe que, embora a modernização do Judiciário fosse necessária e urgente, a proposta de reforma defendida pela ARENA “não tocaria nos problemas de fundo que hoje corroem a Justiça brasileira e até poderia agravá-los, ao tornar este tipo de Judiciário atual mais eficiente”¹⁰⁰. Ou seja, o risco de que um Judiciário limitado por tantas medidas restritivas do regime autoritário pudesse ser mais ágil representava um risco para a sociedade.

O artigo aponta que a oposição, representada pelo MDB, tinha na volta ao estado de direito, com o fim do AI-5, condição essencial, defendendo, assim, uma

reforma política do Judiciário, que devolva aos magistrados suas garantias constitucionais, que restaure o *habeas-corpus* sem limitações, que restitua ao Poder Judiciário a competência para julgar qualquer ato do Executivo ou do Legislativo, que restabeleça a competência da Justiça do Trabalho para julgar os dissídios salariais sem ter que ater-se aos tetos fixados pelo Executivo, que devolva os civis acusados de crime contra a segurança à justiça comum, fazendo a Justiça Militar retornar seu papel original de justiça especial para julgar apenas militares¹⁰¹.

⁹⁶ *O preço da justiça*, nº 10, março, 1976, p. 15.

⁹⁷ *Idem*.

⁹⁸ *Idem*.

⁹⁹ *Idem*.

¹⁰⁰ *Idem*.

¹⁰¹ *Idem*.

Mais uma vez o jornal toca em tema sensível num momento de grande tensão política, quando a disputa de forças que levaria a um abalo do regime estava em movimento crescente. A reprodução do artigo é uma demonstração clara de oposição e resistência dos estudantes, uma estratégia possível de ação política diante da impossibilidade de levantar palavras de ordem em manifestações e protestos, que ainda eram duramente reprimidos pela polícia. É necessário ressaltar que a reforma do Judiciário era uma questão fulcral no projeto de distensão controlada de Geisel, pois visava a um fortalecimento do Supremo Tribunal Federal para que se tornasse coadjuvante do Executivo no controle do processo político.

A reforma judiciária tornava-se relevante porque envolvia sobretudo questões de organização e de procedimento e poderia se tornar etapa preliminar para o diálogo com a oposição. Mas ela tinha outros objetivos: ampliar o apoio da população ao regime, pela melhoria da eficiência do judiciário; reforçar a adesão dos juristas, pela melhoria das condições de trabalho e salários; ampliar o controle legal sobre a oposição política, os contestadores e juízes dissidentes, por meio da ampliação das atribuições do STF e controles sobre os juízes; limitar a polêmica sobre atos do governo pela centralização da interpretação da Constituição e das leis no STF.” (KOERNER, 2018)

A proposta de emenda constitucional da reforma do Judiciário (PEC nº 29/1976) foi enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional em novembro de 1976. Em março de 1977 foi votada e rejeitada, por não ter obtido os dois terços necessários para a aprovação. A atuação do MDB foi fundamental no processo. Com a vitória obtida nas eleições de 1974, o partido passou a ter 160 deputados, mais de um terço do total, e com esse percentual conseguiu influenciar o resultado da votação da proposta de emenda constitucional de Geisel.

Sem conseguir fechar um acordo com a oposição para a aprovação da PEC, Geisel, apesar do seu discurso apontando em direção da distensão política, fechou o Congresso, decretou a reforma do Judiciário e editou um pacote com mais restrições políticas, que ficou conhecido como Pacote de Abril, editado em 1º de abril de 1977. Entre as medidas estavam a manutenção das eleições indiretas para governador, a criação da figura do senador "biônico" (um terço dos senadores passou a ser eleito indiretamente pelas Assembleias Estaduais) e a ampliação do mandato presidencial para seis anos a partir do sucessor de Geisel.

Como demonstrado neste capítulo, mesmo no contexto de Estado de exceção, tensão política e vigilância, o jornal estudantil *O Brado Universitário* não deixou de

criticar e confrontar a ditadura. Nas duas primeiras edições analisadas, as de número 8 e 9, que circularam em abril e novembro de 1975, respectivamente, os estudantes evitaram o discurso de enfrentamento direto, possivelmente como maneira de garantir a sobrevivência do jornal, que era alvo de estreita vigilância dos órgãos de informação. Apesar de não confrontar diretamente o regime, o jornal estudantil não deixou de se posicionar, conforme demonstram diversos artigos publicados nas duas edições citadas, que abordavam criticamente temas sensíveis naquele momento. De forma sutil, muitas vezes utilizando metáforas, os estudantes imprimiam sua voz de protesto nas páginas do jornal e, desta forma, marcavam sua posição de resistência.

A partir da edição número 10, de março de 1976, o jornal dá uma guinada e passa a adotar um discurso crítico explícito. A mudança pode ser atribuída tanto à mudança no contexto político, uma vez que surgiam acenos de uma possibilidade de abertura política e o movimento estudantil se agitava em greves e manifestações em diversas universidades pelo país; quanto à mudança na equipe que produzia o jornal. Os novos editores assumiram com a decisão de adotar uma nova linha editorial e dar um tom mais agressivo ao informativo. Da edição número 10 até a última, a de número 12, que circulou em maio de 1976, *O Brado* adotou uma postura abertamente crítica e foi um espaço inequívoco de ação política de resistência à ditadura militar do Diretório Acadêmico Nelson Hungria.

CAPÍTULO 4: O OCASO DE UMA AÇÃO DE MICRORRESISTÊNCIA

A edição número 11 de *O Brado* – o nome do jornal foi encurtado, como abordaremos adiante – circulou num período em que a Universidade Estadual de Maringá vivia um momento decisivo no processo de reconhecimento pelo MEC. Em abril de 1976, data da edição, estava em fase final o processo de implantação da reforma interna na UEM. A instituição se organizaria “definitivamente nos termos previstos da legislação a partir da aprovação de seu estatuto” (DIAS, 2008, p. 58), já adaptado à legislação da reforma universitária (Lei 5.540/68). Era a preparação para que o reconhecimento fosse concretizado. A preocupação dos estudantes com o modelo de instituição que seria criada a partir da reforma interna aparece na edição 11, como será demonstrado neste capítulo.

Entre outras medidas, a reforma interna viria a extinguir os diretórios acadêmicos herdados da antiga estrutura das faculdades que formaram a UEM, entre eles o Diretório Nelson Hungria, responsável pela produção do *Brado*.

Subordinados às estruturas da instituição, os diretórios dos estudantes da UEM passaram, com a reforma interna de 1976, por extinção compulsória. Estabelecidos os Centros como novas unidades [substituindo a antiga organização dos cursos por faculdades], abriu-se um processo que culminou, em 1977, na criação de cinco diretórios acadêmicos setoriais: Dacese – DA do Centro de Estudos Socioeconômicos [ao qual o Nelson Hungria foi incorporado]; Dace – DA do Centro de Ciências Exatas; Dacte – DA do Centro de Tecnologia; DACCBS – DA do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; Dacla – DA do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. (DIAS, 2018, p. 196-197).

Além dos diretórios setoriais, os estudantes poderiam se organizar em torno de um Diretório Central (DCE), com regimento que deveria passar por aprovação dos “órgãos de deliberação competentes da universidade” (DIAS, 2008, p. 60). E, ainda, as eleições tanto dos diretórios setoriais quanto do DCE seriam dirigidas pela administração da universidade. Esses órgãos de representação estudantil, além de tutelados, teriam um caráter “cívico, assistencial e cultural”, ficando vetada a atuação política, uma vez que estavam proibidos de promover ou apoiar “ausências coletivas aos trabalhos escolares [greves]” (DIAS, 2008, p. 60).

A reforma interna, ao adaptar a estrutura da UEM à legislação da reforma universitária, geraria dispositivos restritivos, como o Regulamento Disciplinar do Corpo

Discente, balizado no Decreto 477. Aprovado em 24 de novembro de 1976 pelo Conselho Universitário, o Regulamento, que vigorou até 1981, previa como infração:

I praticar, no recinto da Universidade ou em atividades a ela vinculadas, qualquer fato delituoso previsto na legislação penal comum ou especial; II promover ou participar de qualquer manifestação de natureza político-partidária no recinto da Universidade; III fazer publicações que envolvam o nome da Universidade sem prévia autorização da Reitoria; IV fazer comentários desabonadores à Universidade, aos seus serviços ou às suas autoridades; V promover ou participar, dentro da Universidade, de manifestações de apreço ou despreço que possam comprometer o nome da Instituição, ou com elas solidarizar-se; VI exercer comércio ou realizar promoções com fins lucrativos particulares entre os colegas e demais membros da Comunidade Universitária; VII utilizar-se de bens, coisas e serviços da Universidade sem prévia autorização do órgão competente; VIII provocar a paralisação de aulas, incitar ou induzir colegas à paralisação; IX usar de meios fraudulentos por ocasião das tarefas escolares; X promover reuniões no “campus” da Universidade sem prévia autorização do Diretor de Centro a que estiver vinculado, ou do Reitor em casos excepcionais; XI atentar contra pessoas ou bens, em edifícios ou instalações da Universidade.¹⁰²

Por conta desse ambiente de mudanças, associado ao clima político do país, o tom da edição 11 do *Brado* assume ares ainda mais críticos até que a número 10, que marcou a virada para a nova postura político/editorial do jornal. Fazendo um comparativo em termos quantitativos, a edição 11 traz 20 conteúdos, entre matérias, artigos e charges, com referência direta ao regime autoritário, ao contexto de exceção, à ausência de liberdades, à censura e às transformações que estavam ocorrendo para adaptar a UEM à reforma universitária, enquanto a edição 10 apresenta 13 conteúdos sobre esses temas.

A linguagem dos textos se mantém coloquial, mais próxima do jornalismo, com abordagem bastante direta de temas sensíveis naquele momento; com exceção de alguns textos que apresentam linguagem metafórica e figurada, a exemplo de dois artigos publicados nas páginas 11 e 13, como veremos adiante. A mudança do nome, que, com o abandono do cacófono “*obrado*” ficou apenas *Brado*, segundo Edilson Pereira¹⁰³ teve a intenção de dar o sentido de “grito” dos estudantes. Pelo teor dos conteúdos publicados, poderia ser um grito contra a situação de exceção vivida pelo país, com a suspensão do Estado de Direito. Ou, um grito contra o que os estudantes enfrentavam dentro da UEM naquele momento, com as deficiências típicas de uma universidade que ainda trilhava o

¹⁰² Resolução 32/76-COU, 24 de novembro de 1976 (apud Dias, 2008, p. 62-63).

¹⁰³ Entrevista concedida em 22 de fevereiro de 2021.

caminho da consolidação, com o ensino pago, com as medidas autoritárias de certos dirigentes. Uma frase irônica vem logo abaixo do novo nome: “Um jornal que defende o ‘sanguessuga’ dos vampiros”. A frase faz referência ao tema do artigo da página 2, que critica um informativo da UEM em que os estudantes que atrasavam suas mensalidades teriam sido comparados a sanguessugas pelos dirigentes da instituição.

4.1 Reforma interna acende o sinal de alerta

Já na capa a crítica à universidade aparece com destaque em uma ilustração – segundo o Expediente, uma “montagem feita com desenhos de Rauch e Stauber”¹⁰⁴ – que ocupa todo o espaço e mostra uma montanha de escombros de um prédio, de estilo clássico, em ruínas, com morcegos pairando sobre o cenário.

¹⁰⁴ *Expediente*, nº 11, abril, 1976.



Figura 8- Capa da edição número 11, abril de 1976

A ilustração remete a uma crítica ao modelo de universidade que estava nascendo sob os ditames da reforma, uma universidade paga, elitista e que limita a ação política dos estudantes, modelo diametralmente oposto à bandeira estudantil do ensino superior gratuito. As ruínas da ilustração podem ser vistas como uma alusão ao fato de que este modelo de ensino superior não se sustentará e encontrará um fim em si mesmo. A figura dos morcegos da capa tem ligação com o tema do artigo da página 2, *UEM, devolva o sangue*, que fala do boletim informativo emitido pela reitoria da UEM (Boletim Informativo da Reitoria nº 1) cujo teor, na avaliação do jornal, estaria intimidando os estudantes que não pagavam em dia suas mensalidades – o reitor na época era Rodolfo Purpur e o vice-reitor, Neumar Adélio Godoy.

Emblematicamente, o artigo da página 2 é ilustrado com a foto de carrapatos, insetos que sobrevivem sugando sangue. O informativo da reitoria é criticado por ser, segundo o jornal, uma forma de fazer pressão psicológica sobre os alunos: “[...] com a

desculpa de atingir os que ‘não pagam em dia’ nossa Universidade vai pondo um pano negro (sic) nos olhos e boca dos estudantes, chamando-os de ‘sanguessugas’”¹⁰⁵. O texto qualifica de “infeliz” a acusação, afirmando que “tudo leva a crer que acontece justamente o contrário”, apontando o alto custo da universidade e mostrando que um acadêmico que faz um curso superior “com penúria, nesse ensino elitizado, não pode assim, de qualquer jeito, ser acusado, pois em toda regra há exceções.”¹⁰⁶ Na mesma página 2, o tema do informativo da reitoria aparece também na sessão de Cartas, onde o jornal publica uma nota em tom irônico e bem-humorado: “Amigo estudante: colabore com *O Brado*, se você já desentupiu a boca, desentrevou a mão e já botou graxa naquela esfera que tu suporta sobre os ombros. ‘A vítima’ que não tenha medo de aparecer, pois, a ‘Vampirona’ [reitoria da UEM] tem medo da luz do dia.”¹⁰⁷

Na matéria *UEM, devolva o sangue*, usando ironia e a ideia em que se embasou a ilustração da capa da edição 10, o jornal compara: se a UEM “funciona como empresa” deve também assumir os riscos ao “abrir crédito, como ocorre com outra empresa qualquer”, afirmando que os cursos da universidade são “caríssimos” que só são acessíveis a “privilegiados pela sorte”. Portanto, ela não deve estar “‘magra, corpo todo amarelo’ e outras coisas de poeta milionário”¹⁰⁸.

O contrato que o estudante assinava quando ingressava na UEM também é questionado. Assinalando que é passível de ser rompido pela instituição em caso de não-pagamento, o texto acrescenta que o contrato é, “aliás, duvidoso, uma vez que todas as cláusulas são imposições ao estudante, enquanto que nele, no contrato, a Universidade não se responsabiliza, sequer, em oferecer condições pedagógicas mais aprimoradas ao esquecido personagem estudante”.¹⁰⁹

O texto pode ser analisado como uma ação política de risco em um contexto que, apesar da sinalização de mudanças, ainda era de cerceamento da liberdade de expressão, especialmente dentro das universidades. Em primeiro lugar, porque a produção e a circulação deste tipo de informação poderiam infringir o Regulamento Disciplinar do Corpo Discente, baseado nos preceitos do decreto 477, que proibia publicações envolvendo o nome da UEM sem autorização prévia do reitor. Segundo, porque toda a atividade dentro da universidade era acompanhada de perto pelo órgão de vigilância

¹⁰⁵ *UEM, devolva o sangue*, nº11, abril, 1976, p. 2.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ *Cartas*, nº 11, abril, 1976

¹⁰⁸ *UEM, devolva o sangue*, nº 11, abril, 1976, p. 2.

¹⁰⁹ Idem.

interno ligado ao aparato repressivo, a Assessoria de Segurança e Informações (ASI). O órgão era subordinado diretamente ao reitor e tinha a tarefa de assessorá-lo em relação a questões que se referissem à Segurança Nacional. Era ligado ao sistema de informações da ditadura por meio da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DIAS, 2008).

Uma demonstração de que os estudantes que produziam o *Brado* eram vigiados foi a convocação dos editores do jornal para prestar depoimento na ASI por conta de uma matéria publicada na edição 11. O texto em questão foi publicado na página 4, com o título *Processamento de Dados: estudantes acusam vice-reitor* e assinada pelos editores Edilson Pereira dos Santos e Anésio Foleiss Filho. O texto, construído com base em uma entrevista com o acadêmico Adolfo Santos, representante dos alunos, relata os problemas pelos quais o curso passava e denuncia a falta de diálogo e o autoritarismo do vice-reitor, Neumar Adélio Godoy. A ilustração traz um toque a mais de ousadia à corajosa reportagem feita pelo jornal, considerando o contexto de vigilância dentro da UEM e as punições previstas na legislação autoritária para os estudantes que confrontassem as autoridades constituídas dentro da universidade.



Figura 9- Ilustração do artigo *Processamento de Dados: estudantes acusam vice-reitor*, página 4, edição nº 11, abril de 1976

A frase emblemática que abre a matéria transmite bem a ideia do contexto de silenciamento que ainda viviam os estudantes: “A Universidade Estadual de Maringá está querendo limitar mais o estudante do que o próprio MEC”¹¹⁰. Processamento de Dados era um curso técnico de ensino superior, na época subordinado diretamente ao MEC, por meio do Departamento de Assuntos Universitários, e tinha peculiaridades em relação aos cursos superiores tradicionais. Em função dessas peculiaridades, os estudantes reivindicavam a

não departamentalização do curso [no decorrer da reforma interna da UEM], para que ele não caia nos moldes das universidades tradicionais [...] Se acontecer de o curso cair nesses “moldes tradicionais”, ele demorará para ser reconhecido e, daí de que adiantaria ser intensivo, de curta duração, se os acadêmicos não puderem receber seu diploma logo após a conclusão do curso para servir o mercado, como deseja e preceitua o MEC?¹¹¹

Os alunos se queixavam da posição contrária do vice-reitor à criação do Diretório Acadêmico de Processamento de Dados, mesmo o MEC facultando esse direito aos estudantes de cursos de curta duração, e de sua atitude de ter indicado um coordenador que “não tinha condições básicas” de assumir o cargo por não “ter conhecimentos sobre a área”¹¹². Essas questões teriam dado início aos desentendimentos. O acadêmico entrevistado afirmou que o vice-reitor teria aberto uma reunião com os estudantes com a frase “Isso não é um diálogo, portanto, só eu falo”¹¹³, não tendo permitido que os alunos lhe dirigissem a palavra. Mais adiante, o texto ressalta que na mesma reunião o dirigente teria se excedido: “[...] ele disse, chegando ao extremo, a certa altura da reunião, que ‘um professor, se tivesse que dar com o pé na cara do aluno, ele teria todo esse direito de dar com o pé na cara do aluno’”¹¹⁴. A matéria é encerrada com uma frase dita pelo acadêmico de Processamento de Dados no fim da entrevista: “O monólogo é o diálogo dos fracos”¹¹⁵.

A publicação da matéria pelo *Brado*, muito além de expressar o descontentamento dos alunos, reveste-se de um aspecto de ousadia muito grande, porque criticar abertamente o vice-reitor, uma figura investida de autoridade dentro do campus,

¹¹⁰ *Processamento de Dados: estudantes acusam vice-reitor*, nº 11, abril, 1976, p. 4.

¹¹¹ *Idem*.

¹¹² *Idem*.

¹¹³ *Idem*.

¹¹⁴ *Idem*.

¹¹⁵ *Idem*.

era um ato passível de punição pelo Regulamento Disciplinar do Corpo Discente. Na UEM, a liberdade de expressão dos estudantes foi durante muito tempo limitada e a situação só mudou com o enfrentamento. “Exigiu, não raras vezes, choques com o conservadorismo – reproduzido no interior da universidade – das políticas da ditadura e dos primeiros tempos da abertura política.” (DIAS, 2018, p. 179).

O problema com o vice-reitor foi também abordado no Editorial da mesma edição e em um artigo assinado pelo acadêmico do curso de Processamento de Dados Tarcísio Trindade, publicado no canto superior direito da página 13 com o título *Os fabulosos*. Com um texto metafórico, o artigo é claramente dirigido ao vice-reitor Neumar Adélio Godoy. Faz alusão a um rebanho de animais que, descontente com sua situação, tenta um levante, sendo impedido pelo “chefe”. Numa referência clara à maneira autoritária como o vice-reitor conduziu a reunião com alunos do curso, o artigo ironiza: “Logo em seguida alguns se levantaram, outros ergueram as patas e antes que se pronunciassem disse o chefe: Não, isso não é um diálogo, não está permitida a palavra a ninguém, eu falo”¹¹⁶.

A ousadia e a irreverência dos estudantes cobraram seu preço: os dois editores do jornal foram chamados a prestar depoimento na Assessoria de Segurança e Informações (ASI) da UEM. Segundo Edilson Pereira dos Santos,

o responsável pela vigilância da UEM era o Tadeu [Antonio Tadeu Rodrigues], que na época era tenente... Ele foi encarregado de abrir um inquérito administrativo... Era PM... Mas não vou demonizar, era um cara bacana... Estava fazendo o que pediram... Porque ele chamou eu e o Anésio [Foleiss] para depor. Não foi nada de assustador. Foi mais tipo entrevista de emprego... Ele disse que lamentava ter que fazer aquilo, mas precisava fazer perguntas e coisas e tal... Ele queria saber principalmente quais eram as nossas ligações com o Partido Comunista ou organizações, que na época nem existiam mais, acredito... clandestinas... Não sei se ele [o vice-reitor] ficou assustado, se ficou preocupado com as cobranças ou se sofreu pressões para explicar o que estava acontecendo. Só sei que ele encarregou o Tadeu de falar com a gente.”¹¹⁷

Problemas enfrentados pelos professores da UEM e que comprometiam a qualidade do ensino também aparecem na edição. Foram a tônica da matéria *Caça aos Mestres*, da página 7, que trata do baixo salário pago aos professores da instituição. A matéria destaca que a remuneração em colégios do ensino básico era maior do que a da

¹¹⁶ *Os fabulosos*, 1976, p. 13

¹¹⁷ Entrevista concedida em 22 de fevereiro de 2021.

universidade e denuncia uma evasão de professores, “ficando apenas os ‘tapa-buracos’, os ‘abnegados’, e, graças a eles, a universidade se mantém em funcionamento”¹¹⁸. A rotatividade, conforme o texto, prejudicava os alunos porque levava à falta professores especialistas em certas disciplinas.

Na página 13 é possível constatar uma crítica ao modelo de universidade que estava em construção no metafórico artigo *Os sinais*, assinado por Anésio Foleiss Filho. O autor narra, de maneira surrealista, a monótona e estéril rotina de uma escola que pode ser entendida como referência à universidade: “É uma escola gigantesca, de quarteirões. Não tem luz, o chão é pura lama. Não é dia, não é noite. As escrivatinhas enterradas na lama, com os chefes atrás imperiosos. Tudo muito úmido, escuro. Pessoas se deslocam prá lá, prá cá.”¹¹⁹

O texto, recheado de situações e personagens surreais, pode ser lido de diversas formas. Uma delas, como crítica à fragilidade de uma universidade construída sob os ditames de um regime autoritário.

A escola está justamente no pico de um pico, e é a única coisa do mundo. Ela está construída em bases podres, úmidas e lamacentas e qualquer atrito interno pode fazer com que ela escorregue abismo abaixo. O que ninguém sabe, porém, é que ela poderá também ficar patinando nos 360 graus, indefinidamente, em volta de si mesma¹²⁰

O texto pode ser interpretado também como uma menção à censura dentro da universidade e ao comportamento autoritário de mestres e dirigentes: “A não ser o professor, ninguém ri, ninguém chora, ninguém fala nada”¹²¹. Ou mesmo ao próprio regime autoritário, que naquele momento se sustentava em bases frágeis, mas continuava fazendo suas vítimas.

Os alunos apodrecidos, procuram as saídas da escola que não existem. Vão deixando pelo caminho seus envelhecidos corpos, que se confundem com o chão e a lama da escola. [...] O professor recomeça a aula. O projetor atarracado no colo, a imagem no escuro do vazio, didaticamente mostrando as proibições dos sinais”¹²².

¹¹⁸ *Caça aos Mestres*, 1976, p. 7.

¹¹⁹ *Os Sinais*, nº 11, abril, 1976, p. 13.

¹²⁰ *Os Sinais*, nº 11, abril, 1976, p. 13.

¹²¹ *Idem*.

¹²² *Idem*.

4.2 Vigilância e censura sob ataque

Chama a atenção a quantidade de matérias, artigos e notas da edição 11 que abordam a vigilância dos estudantes, a censura e as medidas de exceção do regime. São 16 conteúdos, alguns com linguagem direta, outros com metáforas e insinuações. Na coluna *Observações*, da página 12, por exemplo, várias notas tocam nesses temas. Como a que se refere a um acadêmico, Chico de Souza,

que, por inúmeras vezes, teve seu pescoço na corda. O problema não é este. O problema é que nossa imprensa, sem exceção, fala de inaugurações o tempo todo. Passa em cima, quer dizer, faz vistas grossas sobre inúmeras coisas, que não é oportuno comentar. Mas deixa o danado “bobear”, vão todos em cima do homem, querendo sangue e fazendo sensacionalismo barato¹²³.

A hipótese que pode ser levantada é que esse estudante poderia estar sendo vigiado dentro da universidade e, mesmo conhecendo o fato, a imprensa local não denunciava a prática da censura no ambiente acadêmico. A imprensa local e a imprensa regional são criticadas na coluna também por conta do chamado “caso Timbó” (vereador Francisco Timbó de Souza, do MDB) por reservar as primeiras páginas para noticiar acusações ao vereador,

com fatos duvidosos e pouco idôneos. Agora, quando o vereador emedebista se defende, pimba! Colocam acanhadas notinhas, lá no fundo do jornal, desrespeitando flagrantemente a Lei de Imprensa, que exige se dê o mesmo destaque para a parte ofendida quando esta se propõe a defender-se”¹²⁴

O vereador Francisco Timbó era acadêmico de Direito e tinha suas atividades como líder estudantil monitoradas pela DOPS, que o qualificava como “um agitador”. A denúncia do *Brado* da perseguição a um vereador com esse perfil pode ser entendida como uma postura de contestação à ação dos órgãos de vigilância contra os estudantes, bem como à imprensa local, que parecia se mostrar conivente com a situação.

Notas com informações de ações estudantis em outras partes do país também aparecem na coluna, como a que destacou a Semana das Liberdades Democráticas, promovida pelos estudantes da USP naquele abril de 1976. Nela consta que os

¹²³ *Observações*, nº 11, abril, 1976, p. 12.

¹²⁴ *Idem*.

“universitários criticaram o MDB por não ser a oposição desejada pelos eleitores que nele votaram”¹²⁵. Na nota seguinte, o jornal faz uma crítica ao deputado Evandro Mesquita, do MDB de São Paulo, que, referindo-se aos parlamentares que recentemente haviam sido cassados por Geisel com base no AI-5, “pedia a seus correligionários ‘prudência e comedimento’”¹²⁶. Importante ressaltar que o voto dos estudantes teve peso considerável na grande votação recebida pelo MDB nas eleições parlamentares de 1974 e este fato poderia explicar a decepção dessa fatia do eleitorado com a atuação do partido na luta pela volta das liberdades democráticas. Essa decepção pode, inclusive, ter sido um dos motivos que levaram os estudantes de volta às ruas em 1977, como forma de agir politicamente fora das vias institucionais.

Uma nota, integrante de um pequeno bloco na página 14, ironiza o “poder” da censura. A informação divulgada é que no dia 1º de abril – “(não é mentira)”¹²⁷ – 29 censores foram cortados de suas funções pelo Departamento de Polícia Federal por terem sido “reprovados” no exame psicotécnico aplicado pela Academia Nacional de Polícia. Dizendo que os técnicos haviam exercido suas funções normalmente até então, conclui, com ironia: “Estariam esses censores não censurando ou censurando demais? Assinale com um ‘x’ a resposta certa.”¹²⁸

A constante menção à censura demonstra uma sintonia fina do jornal com o contexto político daquele momento, em que os limites impostos pelas medidas de exceção começavam a ser forçados pelos movimentos sociais e essa ação política ganhava eco na imprensa, que começava a ter mais liberdade. Dentro das universidades, a luta pelo fim da censura e do silenciamento dos estudantes, com a revogação do Decreto 477, também se avolumava. Na página 13 desta edição, o *Brado* reproduziu a matéria *477 é injusto* publicada pelo jornal *Panorama* de 23 de março de 1976, sobre um discurso proferido pelo deputado federal emedebista Celso Barros, do Piauí, na Câmara dos Deputados. Segundo informa a matéria, o discurso do deputado havia sido debatido no 1º Seminário Universitário de Campo Maior (Piauí), quando estudantes de vários estados manifestaram repúdio ao 477 e reivindicaram maior participação na vida política do país.

¹²⁵ *Observações*, nº 11, abril, 1976, p. 12.

¹²⁶ *Idem*.

¹²⁷ *Sem título*, nº 11, abril, 1976, p. 14.

¹²⁸ *Idem*.

O parlamentar teria classificado a lei de injusta, por reprimir “os impulsos naturais da juventude, cortando o desejo de investigar a verdade e discutir problemas [...]”¹²⁹. O discurso do parlamentar é encerrado de maneira enfática:

se a ordem que se cria não é a ordem que a Nação deseja, – como ocorre no Brasil de nossos dias – a democracia tende a periclitarse e o povo se enche de desconfiança sobre seus próprios destinos. E quando a democracia periclitase, cedendo lugar à autocracia, cobre-se de tristeza a Nação”¹³⁰.

Na mesma linha de enfrentamento estão as três matérias reproduzidas na página 14 sob o título *Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come*, publicadas originalmente nos jornais *Movimento* nº 40, e *Folha de Londrina*, edição de 2 de abril de 1976. Os textos abordam os episódios que levaram à cassação de parlamentares emedebistas pelo governo Geisel. A matéria do *Movimento*, em tom forte e direto, fala do comício realizado na cidade gaúcha de Palmeira das Missões, quando os deputados que seriam cassados, Amaury Muller e Nadyr Rosseti, pertencentes ao chamado grupo dos autênticos do MDB, fizeram discursos criticando o regime.

Muller, segundo o texto, teria afirmado: “Estamos num regime de golpe, não de revolução, dominados pela aristocracia fardada”; e Rosseti: “A queda do regime é coisa certa, se não por podre, pela corrupção”¹³¹. A matéria descreve os acontecimentos posteriores na Câmara Federal, quando parlamentares que defendiam o deputado entraram em confronto com um deputado da ARENA, que teria sido indicado para rebater o discurso dos emedebistas. Destaca também a participação do deputado emedebista Lysâneas Maciel, que em seu discurso teria afirmado que “estava num Congresso castrado”¹³². Lysâneas já estava cassado pelo governo Geisel naquele momento, mas não havia sido oficialmente notificado. Seu discurso foi rebatido, segundo o jornal, por um deputado arenista, Cantídio Sampaio, que o chamou de “comunista safado”, tendo Lysâneas Maciel respondido: “Não concederei apertes a torturadores, a defensores de Esquadrão da Morte, a assassinos de estudantes e de trabalhadores”¹³³.

Da *Folha de Londrina* foram reproduzidos dois textos. O primeiro traça o perfil político do deputado Lysâneas Maciel, afirmando que quando chegou à Câmara Federal,

¹²⁹ 477 é injusto, nº11, abril, 1976, p. 13.

¹³⁰ Idem

¹³¹ *Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come*, nº 11, abril, 1976, p. 14.

¹³² Idem.

¹³³ Idem.

no pleito de 1970, passou “a desempenhar desde logo um papel destacado no combate à legislação excepcional, ao desrespeito dos direitos humanos e à política econômica do governo naquele que apontava como ‘crescente desnacionalização’ da indústria brasileira”¹³⁴. E destaca que, com apoio da juventude, o deputado tornou-se uma liderança, mesmo enfrentando resistência da direção do MDB, que no pleito de 1974 tentou negar-lhe a inscrição para concorrer. Ainda segundo a matéria, a mobilização espontânea de centenas de universitários seria responsável pela eleição do parlamentar, que a partir dali teria protagonizado diversas ações de enfrentamento ao regime autoritário, como na “ocasião em que discutiu requerimento de sua autoria convocando o ministro da Justiça para explicar o desaparecimento de presos políticos e outras pessoas de conhecida atividade oposicionista”¹³⁵.

A segunda matéria da *Folha* trata especificamente da cassação de Maciel, reproduzindo a reação de políticos do MDB. O deputado estadual fluminense Délio dos Santos, ao tomar conhecimento do ato do presidente da República, teria afirmado: “Não é matando passarinhos que se acaba com a primavera. A cassação do deputado Lysânea Maciel é prova insofismável de que não vivemos sob a égide de um Estado de Direito”,¹³⁶. O texto também destaca a aprovação da cassação de Lysâneas por parte de lideranças do MDB não afinados com os “autênticos”, como o líder da maioria do partido na Assembleia, José Maria Duarte, que teria afirmado: “A segurança nacional [...] está acima de legendas partidárias. O azar é dele (Lysâneas) que quer enfrentar o governo e só entra nessa quem quer”¹³⁷. O líder do MDB deixou claro, segundo aponta a matéria, de que lado estava, dizendo ser “um homem rico, que gosta da legalidade e que não admite baderna e nem a passeata. ‘Se um dia acontecer qualquer coisa no Brasil – afirmou – eu vou morar na Suíça, onde tenho dinheiro para viver até o fim da vida muito bem’”¹³⁸.

Além dos deputados citados nas matérias reproduzidas pelo *Brado*, o governo do “democrata” Geisel usou o AI-5 para cassar, também em 1976, os mandatos do deputado federal Marcelo Gatto e do deputado estadual Nelson Fabiano, ambos do MDB de São Paulo, sob a acusação de pertencerem ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em junho de 1977 o dispositivo legal autoritário foi novamente usado pelo general-presidente para

¹³⁴ *Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come*, nº 11, abril, 1976, p. 14.

¹³⁵ *Idem*.

¹³⁶ *Idem*.

¹³⁷ *Idem*.

¹³⁸ *Idem*.

cassar o deputado federal Marcos Tito (MDB-MG), acusado de utilizar o editorial do jornal clandestino do PCB *Voz Operária* para construir um discurso lido por ele no plenário da Câmara. No mesmo ano o líder do MDB na Câmara, Alencar Furtado, também teve o mandato cassado com base no AI-5.

A reprodução, com destaque, deste material – ocupa praticamente a página inteira – que traz de forma explícita as reações de reprovação à cassação dos deputados, pode ser vista como uma ação de microrresistência naquele momento tão conturbado, de idas e vindas, avanços e retrocessos. Publicar textos com conteúdo crítico voltado ao público estudantil constituía-se em um agir político, uma forma de se posicionar contra um regime que tudo fazia para se manter no poder, lançando mão dos instrumentos autoritários que se fizessem necessários para esse fim. Esse era o *modus operandi* do governo Geisel que, no discurso, se dizia disposto a encaminhar o país para uma abertura política, mas, na prática, utilizava medidas de exceção contra os opositores.

O próprio título atribuído pelo jornal estudantil ao material reproduzido é uma crítica explícita, pois sugere que não havia muita saída no Brasil naquele momento: se correr (protestar, discordar, lutar) o bicho pega (perseguições, prisões, tortura, morte, desaparecimento), se ficar (concordar, obedecer e resignar-se) o bicho come (o regime engole, as coisas se naturalizam e tudo fica como se estivesse dentro da normalidade). A postura assumida em relação ao episódio da cassação dos parlamentares colocava o jornal estudantil na berlinda e também pode ter sido incluído no “pacote” dos conteúdos que chamaram a atenção da ASI, o órgão de vigilância interna da UEM, quando convocou os dois editores do periódico para prestar depoimento.

4.3 A temperatura sobe

Apesar de ser aquele um momento em que se acirravam as críticas abertas ao regime, tanto no universo da política quanto no dos movimentos sociais, não existia abertura para ações diretas, como as manifestações de rua, que ainda eram duramente reprimidas. No caso do movimento estudantil, a mobilização que resultaria, no ano seguinte, na volta das manifestações de massa encontrava-se num período de recomposição em vários pontos do país. A Universidade de São Paulo (USP) era um ponto de referência na organização e articulação dos estudantes “principalmente nos anos de chumbo, o que foi fundamental para a retomada das entidades livres (tendo sido o DCE Livre da USP, em 1976, o primeiro do gênero) e a luta aberta pela democracia”

(MÜLLER, 2010, p. 16). O movimento estudantil se manteve vivo e atuante até então por meio de “um processo de microrresistências” permanente dentro das universidades e foi por meio dele que “o movimento estudantil pode ‘reinventar-se’, renovar-se e voltar às ruas como pioneiros na luta pelas liberdades democráticas” (MÜLLER, 2010, p. 16).

O *Brado* registrou esse momento de rearticulação do movimento estudantil nas páginas da edição 11. Uma sessão de notas com o título de *Moviment’ação*, na página 7, reproduz notícias sobre ações estudantis que ocorriam em diversas universidades do país. As notas, cuja fonte é o jornal *O Estado de S. Paulo*, informam ações como: a) reunião de estudantes de São Paulo e de oito estados no Instituto de Física da USP para discutir a situação do ensino superior diante dos “atos de exceção”; b) a paralisação dos alunos da USP de São Carlos para protestar pelo corte de bolsa-alimentação concedida pela universidade, irregularidades nos cursos de Ciências Biomédicas (falta de definição do currículo e de professores), que poderiam comprometer seu reconhecimento e em repúdio às cassações de parlamentares do MDB, “enviando-lhes um telegrama de solidariedade”¹³⁹; c) o abaixo-assinado dos alunos do curso de Economia encaminhado ao diretor da Universidade Federal da Bahia exigindo a reabertura do diretório acadêmico e a retirada da punição imposta a quatro estudantes acusados de incitamento de greve; d) o protesto de alunos do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense pela proibição, por parte da diretoria, da afixação de jornais murais em sala de aula; e) a assembleia geral dos estudantes do Centro de Ciências Biomédicas da PUC de São Paulo, em Sorocaba, como manifestação contra o corte do desconto de anuidades concedido aos alunos em troca dos serviços prestados em três hospitais regionais do Centro; na assembleia os acadêmicos do 5º e 6º anos de Medicina decidiram boicotar o pagamento das anuidades.

O *Brado*, portanto, trazia para dentro da UEM os acontecimentos que estavam fazendo a temperatura política do país subir, o que, no ano seguinte, 1977, levaria os estudantes a novamente ocupar as ruas, puxando as grandes manifestações dos movimentos sociais e da sociedade contra a ditadura e pela abertura política. A reprodução dessas notícias demonstra não só um posicionamento de apoio às movimentações estudantis que pipocavam pelo país, como também eram uma forma de se integrar às manifestações de resistência que se articulavam.

¹³⁹ *Moviment’ação*, nº 11, abril, 1976, p. 7

Em outros textos publicados na edição 11 as críticas à ditadura aparecem de maneira mais velada, mais sutil, mas nem por isso são menos incisivas. Alguns têm um estilo que lembra canções com letras cifradas ou com metáforas, recurso que muitos compositores utilizavam na época para driblar os censores. A prática era muito adotada também pela imprensa, tanto a tradicional como a nanica, nos anos mais duros da censura. O artigo *A farsa trivial*, da página 11, assinado por Aristófanos de Córdoba (pseudônimo adotado por Edilson Pereira dos Santos nesta edição¹⁴⁰) é um exemplo. Fala sobre a trivialidade do medo, numa linguagem metafórica que remete ao regime autoritário. Coloca o artigo que o medo se torna trivial quando está tão associado à realidade, que faz as pessoas aceitarem “as coisas inaceitáveis”. E questiona:

Como é que se pode manifestar um descontentamento geral, sem que esteja necessariamente “correndo qualquer risco”? Ora, direis, é tão óbvio. Realmente é muito óbvio. E daí? Daí tomam do medroso o “reles” direito de se manifestar sem ser molestado. E esse “direito” é tomado porque o medroso calado, manifestando sua opinião contestatória, pode ser em potencial um semeador de ideias [...] porque ele transfere a outrem o direito de falar em seu nome, ou semear suas ideias.¹⁴¹

Sem se referir de forma direta ao regime de exceção, o texto toca na questão da manipulação do medo como estratégia de dominação, prática da qual a ditadura lançava mão por meio da intimidação, da vigilância, da repressão, da tortura e da morte dos que se opunham. Também de forma metafórica, o artigo demonstra esperança no dia em que o medo acabará, o que pode ser entendido como o dia da queda do regime autoritário, em que não haverá mais razão para o medo. “Por que é que não se pode cantar? Por quê? Se aquele que não tem medo de cantar é quem planta a semente e colherá os frutos, num dia em que houver luzes sobre nós e não a umidade das paredes escuras”¹⁴². Lembra a música de Chico Buarque *Apesar de você*¹⁴³, no sentido de que antevê que, caindo os que oprimem, haverá festa e alegria, o dia poderá raiar “sem pedir licença”.

A veia crítica do jornal manifestava-se também em publicações sobre temas mais amplos, como a matéria reproduzida da *Folha de Londrina*, edição de 25 de março de 1976, intitulada *Paraíso militar?* e que aparece em destaque na página 15. O texto faz um

¹⁴⁰ Entrevista concedida em 10 de agosto de 2021.

¹⁴¹ *A farsa trivial*, nº 11, abril, 1976, p. 11

¹⁴² *A farsa trivial*, nº 11, abril, 1976, p. 11.

¹⁴³ A música de Chico Buarque foi lançada em 1970 e proibida pela censura de ser executada no rádio, sendo regravada em 1978.

balanço do domínio dos “governos militares” na América Latina naquele momento, traçando um panorama geral do continente. O Brasil é citado na matéria, produzida com base em editorial publicado pelo jornal *El Tiempo*, de Bogotá, que faz uma análise “do panorama político da América do Sul, qualificando-o de desolador”, à exceção da Colômbia e da Venezuela”¹⁴⁴. No trecho final, a matéria deixa clara uma posição crítica em relação aos regimes militares, citando que o *El Tiempo* “analisa em cada país a dramática crise, para advertir que a Colômbia deve enfrentar ‘valente e decisivamente a cilada dos extremismos’, evitando assim a derrubada da ordem jurídica”¹⁴⁵.

O jornal também se posicionava politicamente ao abordar temas que contrariavam consensos estabelecidos na memória social. Caso da reprodução de um trecho da entrevista com o historiador marxista britânico Eric Hobsbawm, concedida ao repórter Nirlando Beirão, da revista *Veja* (*O cangaço é um protesto social*). Hobsbawm discorre sobre o banditismo social, tema do livro *Bandidos* lançado por ele em 1969, e afirma que o cangaço, no qual se localiza a figura de Lampião, é uma maneira diferente de fazer política. Analisa Lampião como um personagem político, e não como mero bandido, reforçando que a crueldade e a violência nunca são “aspectos inevitáveis do banditismo social”¹⁴⁶. Podemos dizer que a publicação de uma entrevista de um historiador marxista já representa, em si, uma tomada de posição política. Selecionar desta entrevista um trecho que fala de Lampião – cuja figura fixou-se na memória social como um criminoso sanguinário – como bandido social e do cangaço como forma de protesto político, constitui-se num confronto aberto às ideias vigentes.

Outro tema que resvala na crítica, desta vez à ideologia que sustentava a ditadura, é abordado no artigo *Na Espanha, no Vietnã, e agora, onde? – Um apelo de Bertrand Russell*, publicado em destaque, ocupando as páginas-espelho do jornal (8 e 9). O texto, do filósofo e pacifista inglês Bertrand Russel e originalmente publicado na revista *Civilização Brasileira*, faz uma crítica ácida à atuação dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã e à política de dominação imperialista estadunidense baseada na força militar. O filósofo defende a ação dos vietnamitas como autodefesa e denuncia as atrocidades cometidas pelos EUA contra o povo daquele país. Faz críticas diretas aos militares americanos – associados aos industriais na movimentação de milhões de dólares em armamentos que sustentavam a guerra – e denuncia a pobreza de grande parcela do povo

¹⁴⁴ *Paraíso Militar?*, nº 11, abril, 1976, p. 15

¹⁴⁵ *Idem*.

¹⁴⁶ *O cangaço é um protesto social*, nº 11, abril, 1976, p. 15

norte-americano, a despeito de toda a riqueza que os EUA controlavam mundo afora, com o domínio de mercados e de países. O material é ilustrado por duas fotografias: na página 8, de uma tropa de soldados em marcha, empunhando a bandeira norte-americana; na página 9, de um camponês vietnamita, descalço, chorando.

O tema abordado era ainda candente naquele momento, uma vez que em abril de 1976, mês da edição do jornal, completava-se um ano do fim da Guerra do Vietnã. Por ter sido um dos vários conflitos ocorridos durante a Guerra Fria, em que EUA e URSS confrontavam-se indiretamente apoiando as partes em luta, a Guerra do Vietnã era vista pelas forças de direita quase como uma luta messiânica contra o fantasma do comunismo¹⁴⁷. Mesmo tendo o conflito terminado num ambiente político de grande reprovação à ação norte-americana, publicar um artigo com esse conteúdo constituía-se numa perigosa tomada de posição política contra o belicismo como instrumento do imperialismo. Essa postura do jornal estudantil se alinhava com o pensamento corrente em meios considerados “subversivos” pelos militares no poder no Brasil, inclusive pelo governo Geisel, que empreendeu violenta perseguição aos comunistas. Em depoimento à cientista social Maria Celina D’Araújo e ao cientista social Celso Castro, do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, Ernesto Geisel declarou:

Sempre se procurou acompanhar e conhecer o que o partido [comunista] fazia, qual era a sua ação, como ele se conduzia, o que estava produzindo, qual era o seu grau de periculosidade. Isso aconteceu durante todo o período revolucionário. Mas não havia grande coisa, porque o partido estava muito enfraquecido. Ainda assim, continuava em atividade. Estavam sempre conspirando. No fim do governo, o Dilermando, já no comando do II Exército, atuou em São Paulo sobre uma grande reunião dos chefes comunistas. A questão não era mais a força que eles tinham, mas não podíamos deixar o comunismo recrudescer. Fizemos tudo para evitar um recrudescimento das ações comunistas.¹⁴⁸

Na mesma linha de tomada de posição política pode ser analisada a matéria da página 3 *Banqueiro omite bancário*, produzida por Edilson Pereira dos Santos e Anésio Foleiss Filho a partir de entrevista com o então presidente do Sindicato dos Bancários de Maringá, Antonio Domingos Bossolan. A exploração da mão de obra dos bancários pelos

¹⁴⁷ Na Guerra do Vietnã, os Estados Unidos apoiaram e lutaram ao lado dos aliados sul-vietnamitas para combater o Vietnã do Norte, aliado da URSS, na disputa pela reunificação do país. Após o fim do conflito, o Vietnã foi reunificado e a República Socialista foi proclamada em 24 de junho de 1974.

¹⁴⁸ ARAÚJO, Maria Celina & CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 366. A obra resultou do projeto “1964 e o regime militar”, desenvolvido pelo CPDOC com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), no período de 1992 a 1995.

banqueiros, apontados pelo entrevistado como “os maiores infratores da leis trabalhistas”¹⁴⁹, é o tema da matéria, com ilustração assinada por José Carlos Struett.



Figura 10- Ilustração do artigo *Banqueiro omite bancários*, página 3, edição nº 11, abril de 1976

O entrevistado fala dos inúmeros problemas que atingiam a categoria dos bancários, desde o horário que cumpriam “nos bastidores” até o fato de os bancos coagirem seus funcionários, com ameaças de sanções, a não participar do sindicato.

Geralmente quando o bancário se torna associado do Sindicato, ou participa de nossas assembleia, ele já não é bem visto pela própria direção do banco, isto porque, posso afirmar, os banqueiros não desejam o fortalecimento do Sindicato, pois, normalmente, são os maiores infratores das leis trabalhistas”¹⁵⁰.

O dirigente sindical, ao denunciar a jornada de trabalho excessiva dos bancários, que ultrapassava as seis horas de trabalho estabelecida para a categoria pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) na época, afirma que muitos “bancos de Maringá

¹⁴⁹ *Banqueiro omite bancário*, nº 11, abril, 1976, p. 3.

¹⁵⁰ *Idem*.

chegam a fazer seus empregados trabalharem 12 horas diárias”, geralmente à noite e até “altas horas da madrugada”¹⁵¹. O líder sindical afirma, ainda, que muitos bancários que estudavam à noite precisavam voltar ao banco depois das aulas para terminar o serviço do dia.

As relações trabalhistas, assim como a exploração da mão de obra dos bancários pelos banqueiros, era um tema perigoso naquele momento, pois os bancos foram um dos segmentos empresariais que se alinharam aos militares desde o golpe de 1964. Em contrapartida, foram largamente contemplados pela ditadura. Diversos bancos que hoje são grandes conglomerados financeiros beneficiaram-se da política de centralização bancária durante as reformas do sistema financeiro promovidas pela ditadura, o que lhes possibilitou uma grande expansão. Além disso, falar de sindicalismo, leis trabalhistas e dar voz a um dirigente sindical, naquele contexto, era uma atitude que poderia ser considerada subversiva. O Decreto 477, ainda em vigor, em seu artigo 1º, inciso IV, previa como infração passível de punição a produção, impressão, distribuição, armazenamento ou distribuição de “material subversivo de qualquer natureza”.

Outro tema espinhoso, a vigilância aos professores universitários também foi abordada em nota da página 7 intitulada *Atestado ideológico é inconstitucional*, reproduzida da *Folha de Londrina* de 16 de maio de 1976. O jurista Eduardo Seabra Fagundes, segundo a nota, declarou à *Folha* ser inconstitucional a exigência de atestado ideológico para contratação ou recontração de professores como vinha ocorrendo na Universidade Federal Fluminense. A reitoria da instituição teria afirmado que estaria adotando a prática porque essa seria uma norma geral no país e ameaçou afastar professores com dificuldade de obter o atestado junto ao Departamento de Polícia Política e Social. O atestado ideológico era um documento emitido a partir de informações coletadas “através de delações, vigilâncias, apreensões e demais ações do DOPS que eram registradas em fichas nominais”. O fato de a pessoa ser fichada “já era motivo para o indeferimento do documento ao solicitante” (PEREIRA, 2019, p. 2).

4.4 A reforma da UEM e o fim do *Brado*

A edição número 12 do *Brado*, de maio de 1976, foi a última a circular porque o Diretório Acadêmico Nelson Hungria, que produzia o jornal, foi extinto após a

¹⁵¹*Banqueiro omite bancário*, nº 11, abril, 1976, p. 3.

aprovação da reforma interna que adaptou a estrutura da recém-reconhecida UEM¹⁵² ao novo estatuto. A edição se posiciona em relação às mudanças, demonstrando que a reforma em vias de ser aprovada não era aquela almejada pelos estudantes representados pelo DANH. E mais tarde ficou claro que as mudanças não contemplariam as demandas estudantis, uma vez que não abriu espaço para uma maior participação acadêmica nas decisões da universidade por meio dos órgãos deliberativos e também não solucionou a maioria dos problemas que a instituição enfrentava.

Já na capa da edição a visão crítica transparece. Provavelmente numa referência ao clima vivido naquele momento, tanto na UEM como no resto do país, logo abaixo do nome do jornal aparece a irônica expressão: “Um jornal feito sem pressa. E sem pressão?”. A interrogação sugere uma ironia sobre a ação das “autoridades constituídas” dentro da universidade e da censura exercida pelo órgão de vigilância que funcionava na UEM, a Assessoria Interna de Informações, que havia convocado os editores do Brado para prestar depoimento por conta das críticas feitas ao vice-reitor na edição anterior. Ou sobre a própria situação política do país, ainda sob os efeitos da legislação autoritária, que a impedia a liberdade de expressão.

A gratuidade do ensino, bandeira que, na visão dos estudantes, não seria contemplada pela reforma que se processava, foi abordada no artigo assinado pelo presidente do DA Nelson Hungria, Ricardo Antonio Balestra, publicado na última página com o título *A luta é federalização*. O texto defende a federalização da UEM como caminho para a gratuidade e a criação do Diretório Central dos Estudantes da universidade como forma de organização para os acadêmicos lutarem por ela. Sobre a federalização, o líder estudantil argumenta que seria uma forma de resolver também outros problemas. E enumera:

Falta de verbas, baixa qualidade do ensino, burocracia exagerada, proliferação de taxas (de protocolo, de biblioteca, segunda via de carteirinha, etc), dificuldades para capacitação docente, oferta de cursos que, às vezes, não atendem às peculiaridades regionais, ausência de equipamentos e livros didáticos suficientes para a demanda interna, valores de anuidades fora do alcance da maioria acadêmica [...]¹⁵³

Balestra aponta vantagens e desvantagens da federalização e defende que seria o melhor caminho para dotar a UEM das condições necessárias para se tornar “uma boa

¹⁵² A Universidade Estadual foi reconhecida pelo Decreto Federal nº 77.583, de 11 de maio de 1976.

¹⁵³ *A luta é federalização*, nº 12, maio, 1976, p. 16.

universidade”¹⁵⁴. O artigo destaca que as universidades federais, apesar das profundas modificações pelas quais estavam passando, ainda ofereciam um grande atrativo para o estudante das classes menos favorecidas, que era a gratuidade.

Tão importante quanto o aumento de vagas nas escolas superiores é fazer com que tais vagas sejam preenchidas por quem quer estudar, e não por quem apenas tem condições de estudar. A elitização do ensino não é caminho compatível com o desenvolvimento nacional [argumento da ditadura para defender a reforma universitária]”¹⁵⁵.

Finalizando o artigo, o presidente do DA Nelson Hungria conclama os estudantes a lutar pela federalização da UEM, afirmando que o caminho dessa luta passa pela criação do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da universidade. O perfil do DCE que os estudantes desejavam fica estabelecido em outro artigo, publicado na página 2 com o título *DCE é união*. No bojo da reforma pela qual vinha passando a instituição, os estudantes entendiam que deveria vir a possibilidade de criação de um DCE independente, pois era o momento de a universidade

proporcionar maior elasticidade à atuação de seus acadêmicos. Assim sendo, a criação do DCE – Diretório Central dos Estudantes viria atender às mais naturais aspirações do corpo discente, pois são inegáveis os benefícios que traria à coesão do estudante que confia que a união vence sabiamente o sectarismo”¹⁵⁶

Além de independente, os estudantes almejavam, conforme demonstra o texto, um DCE que se constituísse num espaço para a ação política. O artigo ressalta que o Diretório Central deveria ter princípios e finalidades que:

a) mantenham luta perene pela democracia e pelas liberdades fundamentais do homem, sem distinção de raça, sexo, posição social, religião ou convicção político-filosófica, conforme a Declaração Universal dos Direitos do Homem; b) coordenem e promovam a defesa dos interesses e direitos dos seus associados em particular, e da classe estudantil em geral; c) lutem pela democratização e manutenção da gratuidade do ensino; d) incentivem e preservem a unidade dos estudantes em torno da solução de seus problemas; e) pugnem pela livre organização das entidades estudantis, pela sua autonomia e representatividade; pugnem pela livre expressão e participação política dos estudantes; f) desenvolvam intercâmbio entre entidades congêneres; g) realizem congressos, assembleias, seminários,

¹⁵⁴ *A luta é federalização*, nº 12, maio, 1976, p. 16.

¹⁵⁵ *Idem*.

¹⁵⁶ *DCE é união*, nº 12, maio, 1976, p. 2.

conferências, reuniões e cursos para estudar e debater a realidade nacional quanto aos aspectos político, social, econômico, técnico, científico e cultural; h) realizem certames de caráter esportivo; i) convoquem os universitários da UEM para discussão dos problemas da classe e defesa dos seus direitos.¹⁵⁷

As aspirações dos acadêmicos do DA Nelson Hungria em relação ao DCE estavam em sintonia com a espiral das reivindicações por liberdade política no meio estudantil verificada naquele momento em várias universidades brasileiras. No caso dos estudantes da UEM, o reconhecimento pelo MEC e a reforma interna da instituição representavam um momento-chave para se posicionarem pela criação de um DCE independente e representativo, como forma de recuperar o direito de agir politicamente. Era a hora de dar um passo adiante para garantir maior liberdade de atuação política e os acadêmicos que produziam o *Brado* imprimiram essa ideia ao conteúdo da edição 12.

Porém, o processo de reforma trouxe um golpe nas aspirações estudantis. O estatuto definitivo da universidade atrelou o DCE, bem como os diretórios setoriais que substituíram os diretórios acadêmicos herdados das antigas faculdades, à jurisdição dos órgãos deliberativos da UEM, em que a participação estudantil regulamentada era reduzida. Os regimentos tanto do DCE como dos diretórios setoriais deveriam ser aprovados por esses órgãos deliberativos e as eleições, dirigidas pela administração da UEM. O estatuto também determinou o “caráter cívico, assistencial e cultural dos diretórios e vedou a promoção ou apoio a ausências coletivas aos trabalhos escolares [greves de estudantes]”. (DIAS, 2018, p. 197). Ou seja, vetou qualquer possibilidade de ação política.

O DCE acabou sendo criado só em 1980. Apesar da revogação do AI-5 e do Decreto 477, em função da abertura política, e de ter sido estabelecida uma nova legislação para o movimento estudantil no final da década de 1970, o DCE da UEM foi criado como uma estrutura subordinada diretamente à reitoria.

Essa legislação atenuava os termos até então vigentes, mas ainda preservava um caráter bastante restritivo: autorizava somente a existência dos DAs setoriais e dos DCEs, entendidos como órgãos da universidade, proibia a existência dos centros acadêmicos e mantinha a UNE e as UEEs na clandestinidade. (DIAS, 2011, p. 89)

¹⁵⁷ *DCE é união*, nº 12, maio, 1976, p. 2.

Mesmo com as limitações à atuação política, o DCE foi se tornando, com a aproximação do fim do regime autoritário, um ponto de aglutinação do movimento estudantil da UEM e de articulação das mobilizações. A luta pela gratuidade, bandeira defendida pelo *Brado*, chegaria à vitória na UEM apenas em 1987, e só depois de muitas mobilizações estudantis por meio do DCE. Uma delas foi decisiva no processo de conquista da gratuidade e resultou na ocupação da reitoria pelos estudantes em agosto de 1984. O protesto

desencadeado contra os aumentos dos preços do RU [Restaurante Universitário], das mensalidades e do Xerox, [...] passou a alimentar a esperança de conquistar a gratuidade do ensino, já que a campanha estadual com esse lema estava para ser deflagrada no dia 18 de agosto, ou seja, no final da semana em que, na UEM, ocorria a ocupação.” (DIAS, 2018, p. 217).

O movimento teve muitas reviravoltas, com promessas e recuos da reitoria, do prefeito da cidade na época e do governo do estado em relação às reivindicações dos acadêmicos. Os estudantes, por sua vez, não conseguiram ter suas reivindicações totalmente contempladas. Porém, o movimento teve seus êxitos, pois suas “repercussões foram muito nuançadas e se verificaram, especialmente no processo de democratização da universidade, no médio prazo. Acima de tudo, o movimento de ocupação introduziu fendas profundas nas relações de poder da instituição”. (DIAS, 2018, p. 218). A gratuidade do ensino foi oficialmente anunciada pelo governo do Paraná ao final de uma greve de professores e servidores, em 1987, entrando em vigor a partir de 1988.

Também como parte do debate acerca do modelo de universidade defendido pelos estudantes, o *Brado* reproduziu, nas páginas-espelho da edição 12, o artigo *Documento: Estudantes e estrutura universitária*, assinado pelo ex-reitor da Universidade Federal de Pernambuco, João Alfredo, e publicado pela *Revista Civilização Brasileira*. O texto, publicado em 1966, abordava os problemas do ensino superior e a reforma universitária em estudo pela ditadura. O ex-reitor havia visitado universidades na Alemanha naquele ano, a convite do governo alemão, e no artigo traça um comparativo entre as ações do Brasil e do país europeu na busca de caminhos para a reformulação do ensino superior.

Foi na gestão de João Alfredo na reitoria da Universidade Federal de Pernambuco que o educador e filósofo Paulo Freire criou e se tornou diretor do Serviço de Extensão Cultural (SEC), cujo objetivo era fomentar a educação e a cultura popular e

promover políticas de extensão universitária. Fez uma gestão por muitos considerada democratizante na reitoria da universidade. Com o golpe civil-militar em 1964, foi compelido a renunciar ao cargo por conta do apoio dado a Paulo Freire para a criação do SEC e de seu trabalho no Movimento de Cultura Popular (MCP).

O texto assinado por Alfredo, apesar de originalmente publicado em 1966, mostrava-se atual naquele contexto vivido na UEM, em pleno processo de reforma. O artigo faz um retrospecto crítico da política educacional da ditadura militar, em especial a voltada para o ensino superior, apontando a incapacidade do Ministério da Educação e Cultura em encontrar soluções para os problemas crônicos do país na área. Faz uma crítica direta ao paranaense Flávio Suplicy de Lacerda, que ocupou a pasta e foi responsável pela Lei Suplicy, que em 1964 tentou controlar o movimento estudantil. Lacerda é colocado pelo autor como alguém que não conseguiu se libertar “de suas limitações, [por ser] impermeável à convivência com homens de ideias renovadoras”¹⁵⁸.

Colocando como “justa e legítima” a mobilização estudantil em torno de uma reforma universitária que promovesse um ensino superior de qualidade e universal, o artigo destaca que era natural os jovens assumirem posição,

lutando pelo apresamento de reestruturação que ordenará a chamada reforma universitária, retardada por força de resistências conhecidas e por isso mesmo removíveis, desde que sejam enfrentadas de maneira racional e não com aplicação de medidas inspiradas em arbítrio, vaidosamente aplicado com o propósito de conter arrebatamentos inspirados pela energia potencial da adolescência [...]¹⁵⁹.

A escolha para publicação de um texto assinado por alguém com esse perfil denota novamente a marcação de uma posição política. A palavra “Documento” adicionada junto ao título original do artigo pode ser interpretada como uma tentativa de recuperar a memória dos problemas do ensino superior que permaneciam por não terem sido solucionados com a reforma universitária dos militares. Em especial, a elitização do ensino superior, a falta de estrutura das universidades, a falta de atenção à ciência e à pesquisa.

A ausência de liberdade de ação política era um grande empecilho para os estudantes naquele momento de transformações dentro da UEM. As mudanças eram impostas de cima para baixo e muitas tinham o intuito de manter o movimento estudantil

¹⁵⁸ *Documento: estudantes e estrutura universitária*, nº 12, maio, 1976, p. 9.

¹⁵⁹ *Idem*.

sob controle. O artigo *Reitor movimentará conta dos diretórios*, publicado na página 6, ilustra bem a situação. A matéria comenta a Resolução nº 07/76, baixada pela Reitoria em 21 de maio de 1976, dentro da reforma interna, que previa que apenas o reitor da UEM poderia movimentar “a conta dos diretórios acadêmicos após a instalação de todos os Diretórios Setoriais e o Diretório Central de Estudantes”¹⁶⁰.

Além de criticar a medida, a publicação, com ironia, dá a entender que ela atingiria em cheio alguns presidentes de diretórios acadêmicos, que eram remunerados para exercer o cargo: “Como ficará a situação de presidente de diretório que percebe 700 cruzeiros por mês para exercer o cargo, e quem vai pagar a gasolina de seu carro?”¹⁶¹ E acrescentava que tal prática não ocorria no DA Nelson Hungria, “pois sua filosofia de atuação é lutar pelo estudante e não explorá-lo”¹⁶². A afirmação mostra que o movimento estudantil na UEM não era homogêneo e que nem todas as lideranças estavam comprometidas com as causas ou com as bandeiras históricas defendidas pelos estudantes.

De acordo com o artigo, a geração dos recursos financeiros se daria por meio de uma contribuição compulsória que os estudantes passariam a fazer para os diretórios setoriais criados para substituir os diretórios acadêmicos por curso. Centralizando o gerenciamento desses recursos, a reitoria poderia controlar as atividades da representação estudantil, garantindo que se dessem dentro das normas do Decreto 477, e dificultar a organização de outros meios de mobilização. A matéria denuncia, portanto, mais uma estratégia de cerceamento à atuação estudantil contida na reforma universitária.

Apesar da denúncia e do descontentamento, aparentemente os estudantes tentavam se organizar para atuar dentro da estrutura criada pela reforma interna. Um anúncio institucional, ocupando meio rodapé da página 7 da edição 12, conclama os estudantes a se unirem em torno do novo centro criado com a reforma interna, o CESE (Centro de Estudos Socioeconômicos). O anúncio convoca: “Economia, Direito, Administração, Ciências Contábeis: união no CESE”.

A reforma extinguiu as três entidades estudantis herdadas pela UEM das instituições de ensino superior que a ela foram incorporadas: o Diretório Acadêmico Davi Carneiro, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criado em 1967; o Diretório Acadêmico Roberto Simonsen, da Faculdade de Ciências Econômicas, fundado em 1961;

¹⁶⁰ *Reitor movimentará conta dos diretórios*, nº 12, maio, 1976, p. 6.

¹⁶¹ *Idem*.

¹⁶² *Idem*.

e o Diretório Acadêmico Nelson Hungria, da Faculdade de Direito, que surgiu em 1966. Com a reforma interna de 1976, que adaptou a estrutura da instituição às normas da Lei 5.540/68 (da reforma universitária), esses diretórios acadêmicos por curso foram extintos e novas entidades representativas foram criadas.

Estabelecidos os Centros como novas unidades¹⁶³, abriu-se um processo que culminou, em 1977, na criação de cinco diretórios acadêmicos setoriais: Dacese – DA do Centro de Estudos Socioeconômicos [que incorporou a representação dos diretórios acadêmicos Nelson Hungria e Roberto Simonsen]; Dace – DA do Centro de Ciências Exatas; Dacte – DA do Centro de Tecnologia; DACCBS – DA do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde; Dacla – DA do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. (DIAS, 2008, p. 60)

Para além dos rumos da reforma dentro da UEM, a crítica a tentativas de barrar a ação política estudantil aparece também em nota da página 7, publicada originalmente no jornal *Folha de Londrina* de 11 de maio de 1976, sobre a repressão violenta da polícia a uma manifestação realizada pelos estudantes da Faculdade de Medicina de Taubaté. O texto relata que os estudantes internos da instituição fizeram manifestação-surpresa nas ruas da cidade paulista, com o “‘enterro-simbólico’ do provedor da instituição e do assessor jurídico”¹⁶⁴. Cinco estudantes foram presos e, segundo o jornal, a polícia reprimiu o protesto com o uso de gás lacrimogêneo, além de recolher máquinas fotográficas e objetos utilizados na manifestação. Os estudantes tinham uma vasta lista de reivindicações, a maioria ligadas à melhoria das condições do ensino médico na cidade e ao fim da ingerência da administração da faculdade nos assuntos didáticos.

Com a reprodução da nota, o *Brado* ecoava dentro da UEM manifestações estudantis em outras instituições de ensino superior, uma ação de microrresistência que poderia fazer diferença na mobilização dos estudantes maringuaenses. Não seria exagero supor que a reverberação das manifestações que brotavam em universidades de várias partes do Brasil ajudou a pavimentar o caminho para a volta das ações de massa dos estudantes em 1977, ano que marcou o retorno dos movimentos sociais às ruas para se constituírem na grande força que levou ao fim o regime autoritário.

A postura combativa assumida pelo *Brado* parece ter expandido seu público para além dos muros da UEM. Na sessão *Cartas*, da página 2, o editor do jornal estudantil

¹⁶³ Com a reforma interna, a UEM ficou constituída por departamentos vinculados a cinco Centros: de Estudos Socioeconômicos, de Ciências Exatas, de Tecnologia, de Ciências Biológicas e da Saúde, e de Ciências Humanas, Letras e Artes. (Dias, 2008, p.58).

¹⁶⁴ *Estudantes promovem "enterro" do provedor*, nº 12, maio, 1976, p. 7.

Poeira, do DCE da Universidade Estadual de Londrina, parabeniza o *Brado*. “É um jornal que se posiciona ao lado dos estudantes, criticando e com vida. O BRADO é levantado quando nós estudantes mais precisamos de algo que junte nossas forças em torno de um ideal comum, a causa estudantil (grifo do autor)”¹⁶⁵ A carta destaca a qualidade gráfica do jornal, bem cuidado “e que motiva o estudante a lê-lo com atenção”¹⁶⁶. Outra carta, assinada por Eliseu Calzavara, diretor do Departamento Científico Cultural da Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná, sediada em Curitiba, elogia o *Brado* e solicita que sejam enviados ao departamento “quantos exemplares forem possíveis, pois a repercussão do mesmo foi ótima em nossos meios universitários, mas a quantidade insuficiente”.¹⁶⁷

A crítica à conjuntura política e social do Brasil também teve espaço na edição número 12. Naquele momento o Brasil vivia a crise do “milagre econômico”, que fez o “bolo aumentar” como prometia o ex-ministro da Fazenda Delfim Neto, mas sem que fosse repartido de forma igualitária. O resultado foi uma brutal concentração de renda que fez crescer o abismo das diferenças sociais no país. O arrocho salarial promovido pela política econômica que levou ao “milagre” da ditadura foi enorme. O poder aquisitivo do salário mínimo caiu 15% entre 1967 e 1973. Na década de 1970, os 5% mais ricos aumentaram sua participação na renda nacional em 9%, em comparação com a década de 1960, passando a deter 36,3% do total. Por outro lado, a faixa dos 80% mais pobres teve sua participação reduzida em 8,7% no período, ficando com apenas 36,8% da renda nacional (SINGER, 1972). Esse abismo que separa ricos e pobres no Brasil só aumentou ao longo dos anos e no presente se mostra como mais uma das heranças malditas que o regime autoritário legou para a sociedade brasileira.

Um retrato da situação de penúria em que se encontravam as camadas mais pobres da população é estampado na capa da edição. Apesar de não trazer manchetes, é de uma crítica gritante: uma foto, de página inteira, mostra uma criança pobre – o que pode ser deduzido pela aparência de suas roupas, do seu rosto e dos cabelos – comendo com uma colher e um prato de plástico.

¹⁶⁵ *Cartas*, 1976, n° 12, maio, 1976, p. 2.

¹⁶⁶ *Idem*.

¹⁶⁷ *Idem*.

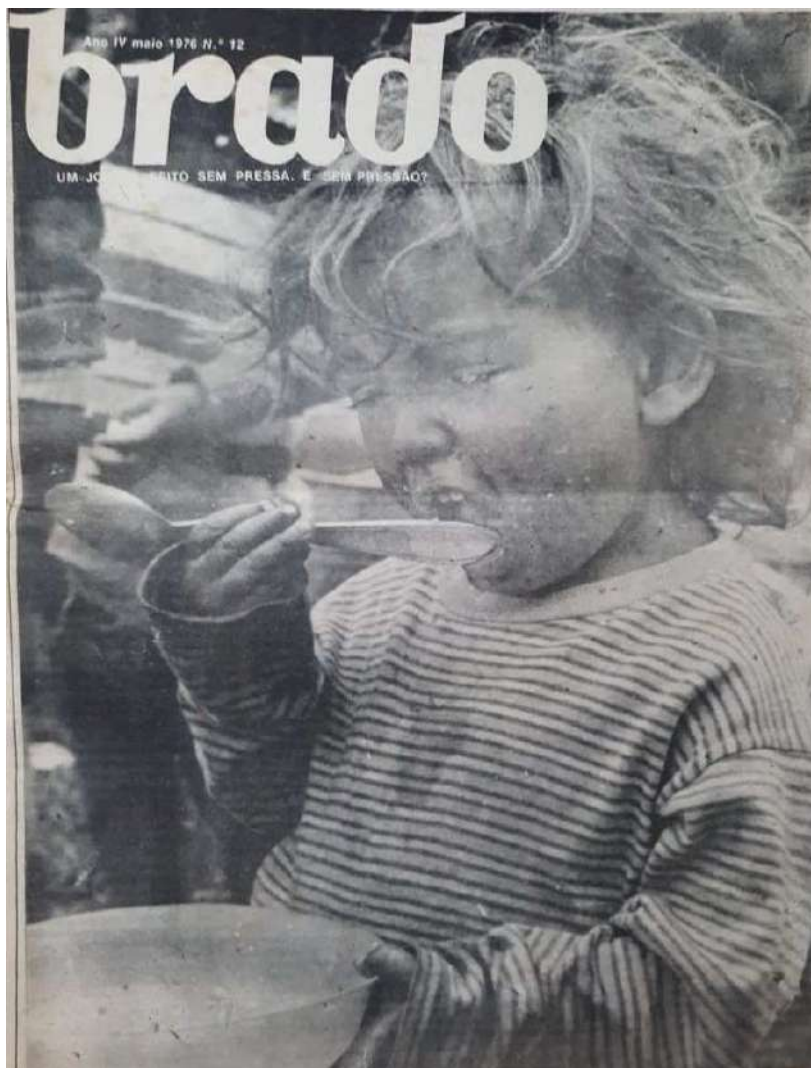


Figura 11- Capa da edição nº 12, maio de 1976

A foto, que remete a uma situação de carência, de alimentação deficiente e de falta de cuidados a que estaria submetida a criança, pode ser interpretada como denúncia da situação de pobreza de boa parte da população brasileira naquele momento. Apesar de não haver manchete chamando para alguma publicação da edição, o conteúdo da matéria *Salário mínimo?*, da página 3, indica que a foto da capa se refere a esse material.

Assinada pelos editores Edilson Pereira dos Santos e Anésio Foleiss Filho, a matéria aborda o baixo poder de compra do salário mínimo, insuficiente para suprir as necessidades do trabalhador, conforme previa a Constituição. O texto é elaborado com reprodução de parte de matérias publicadas nos jornais *Folha de S. Paulo* (edição de 2 de maio de 1976) e *Movimento* (número 21, de maio de 1976). A página é ilustrada com duas fotos, sem crédito à fonte. A primeira de uma criança sentada no que parece ser a mureta que divide a casa e o quintal, provavelmente sua residência, uma construção deteriorada,

o chão de terra; a criança, aparentando ter entre 4 e 5 anos, tem uma chupeta na boca; o ambiente mostra pobreza. A segunda foto retrata homens trabalhando em uma construção.

A matéria faz comparativo entre o valor do salário mínimo e o total de despesas mínimas que o trabalhador tem só com alimentação, para demonstrar que não é suficiente sequer para suprir esse item. O texto reproduzido da *Folha de S. Paulo* mostra a realidade de um operário com mulher e quatro filhos que recebia um salário mínimo e salário-família. O levantamento se baseia em cálculos que haviam sido feitos pelo deputado federal Alceu Colares, do MDB do Rio Grande do Sul. Do jornal *Movimento* o texto reproduzido é sobre o trabalho de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre salários, que concluiu que a política salarial do governo federal vinha reduzindo a cada ano o poder aquisitivo do trabalhador e que, para recuperar o poder de compra do salário mínimo aos níveis de 1964 o valor teria que ser de “1.300 cruzeiros em São Paulo hoje”¹⁶⁸. O valor naquele momento era de 532 cruzeiros e 80 centavos.

O *Brado* complementa as informações da matéria com dados do IBGE. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 4º Trimestre, realizada em 1972, “45 por cento dos que trabalhavam nem sequer recebiam um salário mínimo. Sem considerar que de 1972 para hoje, a tendência é de agravamento dessas condições, pelo grau de concentração da renda que se verifica, pelo recrudescimento da inflação”.¹⁶⁹

Completando a quadro da pobreza traçado pelo jornal estudantil, a página 6 traz a reprodução de um trecho do livro do médico Josué de Castro, considerado um dos maiores estudiosos das consequências da fome no Brasil e na América Latina. No trecho reproduzido, Castro aponta 13 itens que afirma serem a raiz do “subdesenvolvimento” da região, entre eles os baixos salários de grande parte da população, que levam a outro grave problema, que é a subnutrição.

A unicidade temática desses materiais tem um viés político. Os textos formulam um conjunto de ideias que denuncia as políticas econômicas geradoras de inflação e de arrocho salarial dos governos militares como origem da concentração de renda, do aumento da pobreza e do subdesenvolvimento não só do Brasil, mas de toda a América Latina, naquele momento dominada por ditaduras militares. A crise econômica vivida naquele momento acirrava os problemas estruturais que faziam do Brasil um país “subdesenvolvido”, onde boa parte da população enfrentava, em diferentes graus, a fome denunciada nas obras de Josué de Castro. Reproduzir trecho da obra de Castro era uma

¹⁶⁸ *Salário Mínimo?*, nº 12, maio, 1976.

¹⁶⁹ *Idem*.

confrontação ao regime, especialmente considerando o fato de que o médico, logo depois do golpe civil-militar, foi destituído do cargo de embaixador brasileiro na ONU em Genebra. Em 9 de abril do mesmo ano teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Impedido de voltar ao país foi viver na França, onde continuou suas atividades intelectuais. Morreu no exílio, em 24 de setembro de 1973, quando esperava o passaporte que o traria de volta ao Brasil.

4.5 A resistência nos traços da charge

Como era comum nas publicações da imprensa nacional da época, o *Brado* também lançou mão da charge como discurso de protesto, contestação e resistência. Elemento que se “constitui como discurso de oposição política, funcionando como um modo de extravasar as contradições da esfera pública” (BESAGIO, 2017, p. 112), a charge ocupou espaços nobres nas publicações alternativas. *O Pasquim* é um grande exemplo disso, uma vez que no jornal “o traço se tornou importante via de expressão [...] durante os “Anos de Chumbo”, justamente por sua capacidade de canalizar a agressividade contra o poder ditatorial, que vetava a participação dos cidadãos no universo político” (BESAGIO, 2017, p. 112).

A charge tem função de destaque no universo do jornalismo por se tratar de “um tipo de texto que atrai o leitor, pois, enquanto imagem, é de rápida leitura, transmitindo múltiplas informações de forma condensada” (ROMUALDO, 2000, p. 5). Miani entende a charge como uma representação humorística de caráter político “que satiriza um fato ou indivíduo específicos; ela é a revelação e defesa de uma ideia, portanto de natureza dissertativa, traduzida a partir dos recursos e da técnica da ilustração” (2005, p. 25). Constitui-se, por esta razão, em elemento discursivo largamente utilizado para emitir opinião, satirizar, denunciar, enfim, marcar um determinado posicionamento político de quem a produz.

Inicialmente a charge era utilizada na grande imprensa como elemento para tornar jornais e periódicos mais atrativos, depois se tornou uma manifestação opinativa de cunho político, convertendo-se numa espécie de “editorial gráfico” que pode revelar “aspectos concretos de uma determinada época histórica” (MIANI, 2012, p. 41) sendo, portanto, uma fonte historiográfica. Insere-se na categoria das linguagens iconográficas – assim como a caricatura, o cartum e os quadrinhos – e tem um caráter de efemeridade, estando ligada à memória individual ou social do acontecimento a que se refere. Porém,

“permanece viva enquanto memória histórica” (MIANI, 2012, p. 39). Romualdo também entende que a limitação temporal é uma característica intrínseca da charge e que a diferencia do cartum e da caricatura. O autor classifica os três tipos de discursos visuais desta forma:

[...] compreenderemos a charge como texto visual humorístico que critica uma personagem, fato ou acontecimento político específico. Por focalizar uma realidade específica, ela se prende mais ao momento, tendo, portanto, uma limitação temporal. Como cartum, entenderemos todo desenho humorístico no qual o autor realiza a crítica de costumes. Por focalizar uma realidade genérica, ao contrário da charge, o cartum é atemporal, desconhece os limites de tempo que a crítica a personagens, fatos e acontecimentos políticos impõe. A caricatura será compreendida como o desenho que exagera propositadamente as características marcantes de um indivíduo. (ROMUALDO, 2000, p. 21)

A charge expressa e transmite ideias, sendo um meio de persuasão pelo seu poder de interferir “no processo de definições políticas e ideológicas do receptor, através da sedução pelo humor” (MIANI, 2012, p. 40), tendo o potencial de levar a um processo de adesão e de mobilização em torno de determinadas ideias. Considerando esse poder de mobilização, a charge apresenta uma função social, pois

pretende não somente dissertar sobre um determinado assunto, mas levar o seu receptor ao convencimento, objetivando inclusive uma mudança de consciência e de atitude. A charge se converte, por influência da instituição que a produz e dissemina, num verdadeiro discurso de convencimento. (MIANI, 2005, p. 33)

Pelo seu caráter intertextual, não é possível analisar a charge de forma desvinculada do “contexto comunicativo maior que é o jornal, revista ou outro veículo impresso qualquer e sua significação se assenta em intersecções de sentido com a produção textual verbal” (MIANI, 2012, p. 41). Romualdo corrobora a tese da intertextualidade. Segundo o autor, mesmo tendo a charge características específicas, não pode ser entendida como “texto isolado”, devendo ser pensada em relação a outros conteúdos do periódico e até mesmo fora dele.

Se a charge contém a expressão de uma opinião sobre determinado acontecimento, este deve ser um fato importante, com muita probabilidade de aparecer em outros textos do jornal. Isso dá ao leitor a possibilidade de relacioná-los e, até mesmo, usar esses outros textos para auxiliar na interpretação da charge. Nos casos em que as relações intertextuais se dão com textos que não estão no jornal, cabe ao leitor fazer a recuperação desses intertextos, para inteirar-se mais

profundamente da mensagem transmitida pelo texto chargico.
(ROMUALDO, 2000, p. 6)

Na imprensa alternativa, a charge “passou a expressar o que, por outras vias, nao poderia ser expresso” (BESAGIO, 2017) no período da ditadura. Foi bastante explorada como meio de externar um discurso político interditado, por permitir

a expressão daquilo que pelas vias convencionais, como o texto escrito, nao poderia ser expresso, principalmente em se tratando de um período histórico onde vigorou a censura e a repressão por parte do governo militar. A charge, desenho de caráter político, serviria então como veículo de propagao de ideias contrárias à ordem vigente, constituindo-se como resistência à moral militar.” (BESAGIO, 2017, p. 119)

No *Brado*, o uso da charge, no decorrer do período estudado, começou na edio número 9, a primeira impressa nas oficinas de *O Diário do Norte do Paraná*. O jornal estudantil passou a utilizar esse elemento discursivo para marcar uma posio crítica, para opinar não apenas sobre temas políticos e sociais daquele contexto, mas também sobre assuntos relacionados à vida acadêmica na UEM. A charge ocupa poucas páginas na edio 9, mas aparece com destaque. Um exemplo é a capa, com a charge que ilustra a manchete *Frequência mínima obrigatória: 50 ou 75%?*



Figura 12- Capa da edição nº 9, novembro de 1975

A chamada remete à matéria da página 3 sobre a discordância dos alunos com o estabelecimento, pela UEM, da frequência mínima obrigatória do acadêmico a 75% das aulas durante o ano letivo para ser aprovado. A charge, assinada por José Carlos Struett, – que a partir desta edição passa a ter participação assídua no jornal, seja com seus trabalhos, seja integrando a equipe de editores – brinca com a imagem da justiça cega como representação da imparcialidade. Em sua plácida “cegueira” a deusa da justiça não vê que, na tentativa de equilibrar a balança, o aluno fica numa posição de “quase cair” fora do prato, ou seja, quase reprovado.

Em diversos artigos publicados nas edições analisadas, os estudantes destacam a situação dos acadêmicos que precisavam trabalhar e muitas vezes acabavam não conseguindo assistir às primeiras aulas do período noturno. Ou seja, a exigência de um índice de presença de 75% afetava justamente os que, para poder continuar numa

universidade, necessitavam trabalhar, o que poderia levar a um crescimento do índice de desistência dos estudantes nesta situação. Vemos aqui mais uma referência ao efeito nefasto da universidade paga, a elitização do ensino superior, alvo de críticas em todas as edições do jornal estudadas. O sentido da charge deve ser entendido no contexto da reforma interna da UEM, que mudaria uma série de normas que afetariam a vida acadêmica dos estudantes, corroborando o que diz Romualdo sobre a intertextualidade do discurso chágico com o que aparece dentro do periódico e fora dele.

A charge abaixo, também assinada por Struett e que ilustra o artigo da página 5 da edição número 9, *A universidade ao alcance de poucos*, contesta a universidade elitista.



Figura 13- Charge do artigo *A universidade ao alcance de poucos*, página 5, edição nº 9, novembro de 1975

Uma leitura possível da charge remete a alta montanha com a casa no cume à representação da universidade inatingível. No pé desta montanha está a maioria dos

estudantes brasileiros, que, sem recursos financeiros, almejava entrar no ensino superior e não conseguia, com raríssimas exceções. Os estudantes são representados por uma multidão de pessoas tentando, sem sucesso, escalá-la sem qualquer recurso técnico ou de apoio. Apenas uma delas consegue, com muito esforço, chegar próximo do topo, enquanto as que chegam lá em cima são as que têm recursos financeiros – ou seja, uma elite – representados pelos dois helicópteros com a palavra “alunos” escrita nas caudas. A simplicidade do traço não diminui o peso da crítica à elitização do ensino superior naquele momento, que, por meio do desenho, se torna mais eloquente. O sentido da charge remete à defesa da gratuidade do ensino feita pelo jornal em todas as edições do período estudado.

Uma crítica velada às medidas de exceção do AI-5 aparece na charge a seguir, também assinada por Struett e que ganhou grande destaque na página 8.



Figura 14- Charge publicada na página 8, edição nº 9, novembro de 1975

O discurso da charge pode ser relacionado à falta de liberdade de exercício do Direito naquele momento em que o AI-5 suspendia, por exemplo, o recurso jurídico do *habeas corpus* para crimes políticos ou contra a segurança nacional. Neste caso, a charge está cumprindo a função de denunciar e criticar o contexto de exceção vivido no país, como um “editorial gráfico”, caracterizando mais uma ação de resistência do jornal. Desta forma, a charge está em sintonia com a postura de resistência do jornal, manifestando oposição ao regime por meio da denúncia da situação de anormalidade jurídica imposta pelas medidas de exceção.

Na edição 10, a charge tem seu espaço consideravelmente ampliado, passando a ocupar várias páginas e também a ilustrar matérias, como a da página 3, com críticas ao Decreto 477, já analisada anteriormente. Passa também a figurar no espaço que os jornais impressos normalmente reservam para conteúdos opinativos, que é a página 2, como o caso da charge abaixo.



Figura 15- Charge publicada na página 2 da edição nº 10, março de 1976

A charge assinada por José Carlos Streutt remete à escultura *O Pensador*, de Auguste Rodin, e pode ser analisada como uma menção ao cerceamento da liberdade de expressão, seja na universidade, seja na sociedade. É possível também interpretar a mensagem como uma denúncia da ausência de pensamento crítico no país em função da censura imposta por um longo período de regime autoritário às “cabeças pensantes” do país, em especial entre os estudantes, silenciados e cerceados em suas liberdades política e de expressão.

A página 10 inteira é dedicada a uma charge que, pelo estilo, pode ser identificada como sendo um trabalho do chargista norte-americano Jules Feiffer, apesar de não haver crédito e de, no título da página, aparecer grafado “Jules Fiffer”..

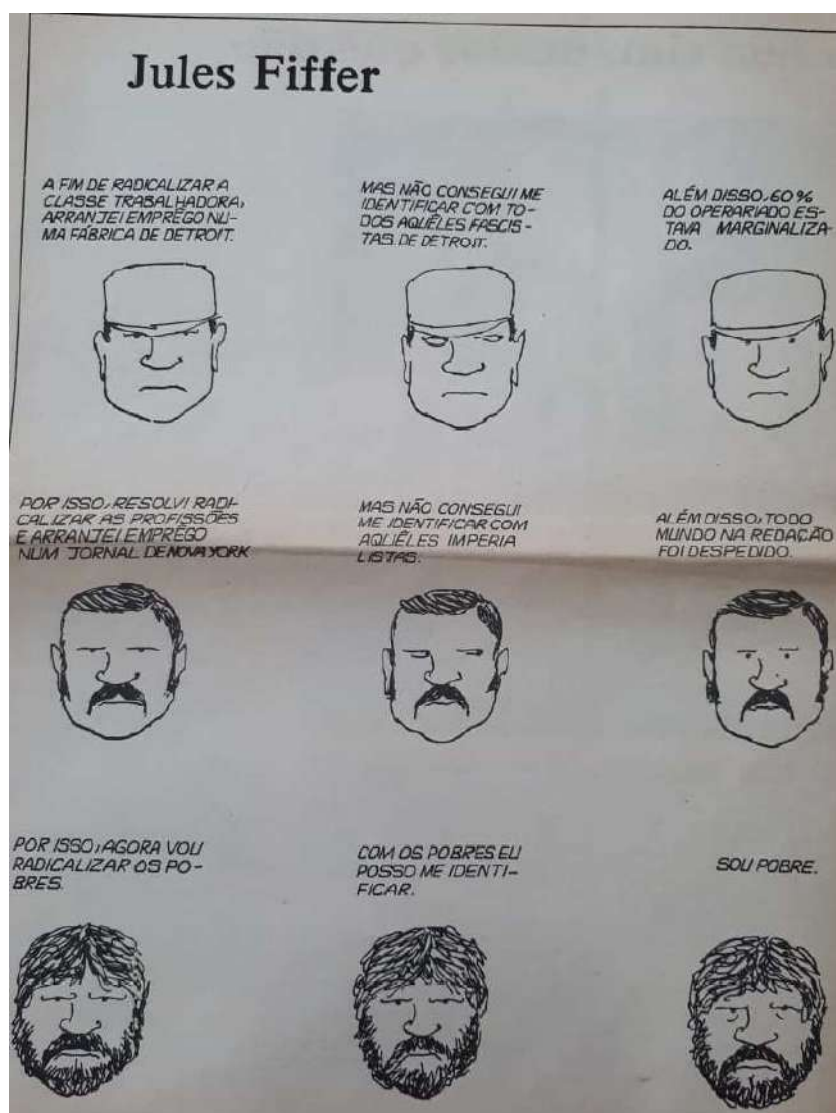


Figura 16- Charge publicada na página 10 da edição nº 10, março de 1976

É oportuno ressaltar que nas charges de autores estrangeiros, como o caso de Feiffer, os elementos textuais, ao serem traduzidos, podem ter tido seus conteúdos adaptados ao contexto político do Brasil. Na pesquisa foi possível localizar, pela internet, a versão original de alguns trabalhos de Feiffer reproduzidos nas outras edições estudadas. Na maioria deles, o sentido e o significado emitidos pelos elementos textuais em inglês não são os mesmos dos textos que aparecem nas charges do autor reproduzidas pelo *Brado*.

O trabalho de Feiffer publicado na página 10 ilustra bem o caráter da intertextualidade da charge a partir do que entendem Miani (2012) – relação com um conteúdo do jornal e com “intersecções de sentido com a produção verbal” – e Romualdo (2000) – relação com outros conteúdos do periódico e até mesmo fora dele. É possível

estabelecer uma relação entre a charge e o trecho do poema de Brecht publicado no Expediente da edição 10 e já analisado anteriormente, em que o autor fala da sensação de não-pertencimento à classe alta onde nasceu, o que o fez abandonar esse meio “para viver ao lado dos humildes”. Pode ser relacionada também à abordagem da pobreza e da fome no Brasil como resultados das políticas econômicas dos governos da ditadura, que geraram concentração de renda e arrocho salarial para o trabalhador, temas que são tangenciados na edição 10 em artigos que abordam a elitização do ensino superior (*Os problemas da elitização*, página 5) e os altos valores das anuidades pagas pelos acadêmicos da UEM (*Estória para boi dormir*, página 13). Esses temas reaparecerão com destaque na edição número 12.

É possível relacionar a charge da página 10 também com outra, publicada na página 11 assinada por Branko Conié.

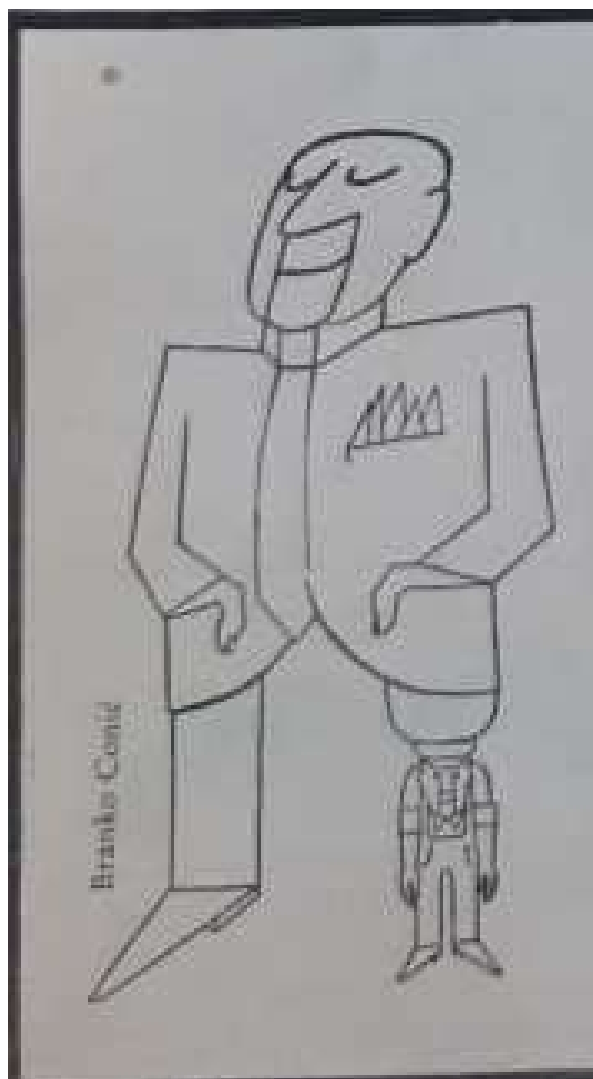


Figura 17 - Charge publicada na página 11 da edição nº 10, março de 1976

O homem de terno e gravata que está de pé, apoiado sobre a figura que representa um operário oprimido pelo seu peso, é uma imagem que pode ser lida como uma crítica ao capitalismo que oprime o trabalhador e o mantém na pobreza enquanto gera lucro para a elite rica. A charge foi publicada logo abaixo de uma nota, reproduzida do jornal alternativo *Opinião*, número 171, sobre a morte de dois operários na fábrica da Coca-Cola em Bom Sucesso, no Rio de Janeiro. A nota informa que os operários mortos não eram sindicalizados porque, segundo o presidente do sindicato da categoria, a “direção da Coca-Cola demite imediatamente o funcionário que ingressa no Sindicato”¹⁷⁰.

Espaço de destaque também foi dado na edição 10 para outra charge de autoria de Branko Conié, que ocupa toda a página 12.



Figura 18 - Charge publicada na página 12 da edição nº 10, março de 1976

As imagens sugerem uma possibilidade de leitura que remete à questão da censura. A charge pode ser vista como um questionamento à repressão intelectual

¹⁷⁰ *Coca-cola demite quem ingressa em Sindicato*, 1976, p. 11.

exercida pelo regime com as medidas de exceção, como uma forma de controle das informações a que as pessoas tinham acesso e de impedir a formação crítica da sociedade para consolidar o domínio político e social. No primeiro quadro, os homens engratados (tecnocratas? empresários?), ao colocar seus cérebros num tabuleiro de xadrez e fitá-los com a expressão contrariada, parecem se perguntar qual sua utilidade num ambiente de repressão ao livre pensamento.

No segundo quadro, a figura do homem nu com um enforcado pendurado no cérebro pode ser interpretada como aquele que insiste em pensar, apesar de ter consciência do risco que corre diante da brutalidade e da violência da repressão. Externar certos pensamentos e ideias poderia ser considerado um ato criminoso passível de punição, inclusive para quem não era, necessariamente, visto como um “inimigo do regime”. Essa punição poderia vir de diversas formas. Carlos Fico, com base em pesquisas que realizou em arquivos, afirma que muitas pessoas tiveram suas vidas pessoais e profissionais prejudicadas pela ditadura e nem sequer sabem disso porque a historiografia ainda tem muito a pesquisar sobre as consequências do regime autoritário na vida dos cidadãos comuns (FICO, 2013).

A imagem do homem que aparece com a lente de aumento sobre seu cérebro mostrando soldados armados em posição de ataque pode ser remetida à figura do censor, que era guiado pela ideia de coerção e punição; ou também do delator, aquele que vigiava, inclusive o ambiente universitário, para denunciar quem se opunha ao regime e que também tinha seu modo de operar baseado na ideia de punição.

Na edição número 11 a charge também ocupa lugar de destaque, inclusive na capa, conforme já demonstrado anteriormente. Merece destaque o trabalho sem identificação de autoria publicado na página 7.



Figura 19- Charge publicada na página 7 da edição nº 11, abril de 1976

A charge sugere a ideia do peso exercido sobre a sociedade por um regime autoritário, violento e cerceador que começava a dar sinais de esgotamento. A imagem dos dois homens cabisbaixos e com expressão derrotada, descalços, com uma bola de ferro acorrentada aos tornozelos – essa imagem da bola de ferro já havia sido utilizada em outro trabalho, na edição 10, para criticar o Decreto 477 – denota submissão semelhante à vivida pelos escravizados. O discurso da charge pode ser relacionado ao conteúdo da coluna *Movimentação*, publicada logo acima, que reproduz notícias sobre ações estudantis que ocorriam em diversas universidades do país. O discurso proposto pela charge pode ser lido como um “aviso” de que essa “submissão” estaria chegando ao fim, com a retomada da ação que daria novamente voz política aos estudantes.

Além da charge, a edição número 11 utiliza outro recurso da linguagem iconográfica, os quadrinhos.



Figura 20 - Quadrinhos publicados na página 14 da edição nº 11, abril de 1976

A tira de quadrinhos acima, publicada sem menção de autoria no final da página 14, pode ser relacionada à questão da elitização do ensino. A frase do rei “Você sabe, apenas os filhos brilhantes da classe dominante podem ir à escola” pode ser lida como uma crítica aos obstáculos para o acesso à escola impostos à maioria dos brasileiros naquele contexto, ideia que já havia sido explorada na charge da página 5 da edição número 9. Mais uma vez o discurso iconográfico mostra sua intertextualidade por estar intimamente relacionado com o discurso textual de denúncia da elitização que permeia a edição número 11. O tema também se relaciona com a mensagem de artigos e charges publicados na edição anterior. Essa retomada da temática em vários momentos demonstra que os estudantes que produziam o jornal transformaram o fim da elitização do ensino numa causa pela qual lutar, num propósito que só poderia ser alcançado com a gratuidade, aspiração que a reforma universitária não havia contemplado e que nos próximos anos viria a ocupar lugar central nas lutas do movimento estudantil da UEM.

Fechando a edição 11, na página 16, duas charges de Jules Feiffer sugerem uma crítica à repressão e ao cerceamento das liberdades políticas que ainda reinavam no país.

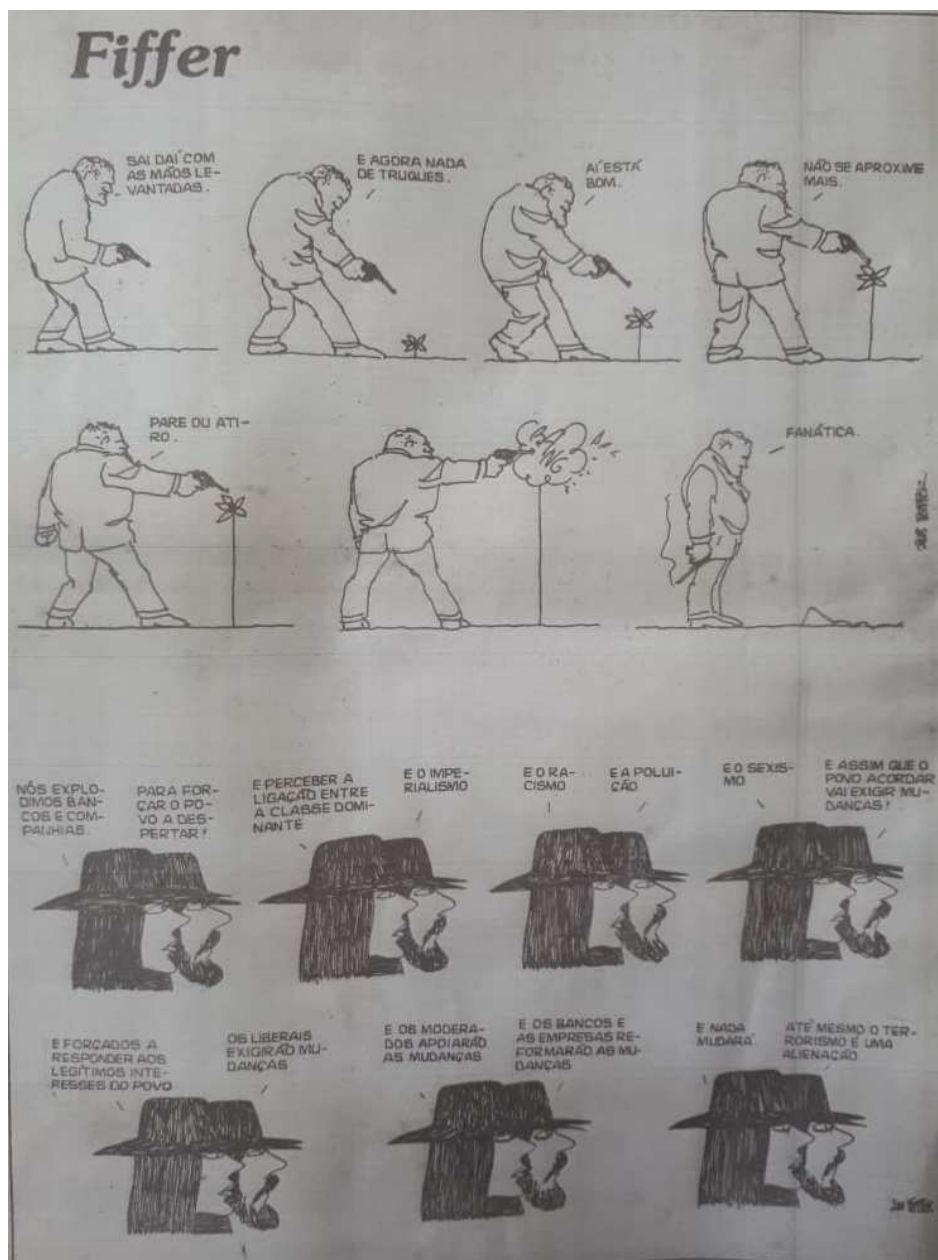


Figura 21- Charges publicadas na página 16 da edição nº 11, abril de 1976

Na primeira, em que um homem armado com um revólver ameaça uma flor, a referência fica mais evidente, uma vez que ressalta no personagem características comuns aos agentes da repressão: truculência, comportamento persecutório e ameaçador, negação em ouvir o outro. A mensagem implícita na imagem da flor sendo ameaçada e “morta” simplesmente por estar crescendo, o que seria esperado de uma planta, remete à ideia de que, quando se era perseguido ou detido pelo regime autoritário, não importava o que se havia feito, e sim como os agentes da repressão entendiam o que havia sido feito. E, com base nesse entendimento, as punições eram aplicadas.

Na segunda charge, um homem e uma mulher com um visual que pode ser identificado ao que os militares costumavam chamar de “subversivos” ou de “terroristas”, fazem uma reflexão sobre o porquê de explodir bancos e companhias, para concluir que, independente do que se faça, a classe dominante continuará sendo classe dominante. A charge faz um apanhado de diversos temas candentes naquele momento, como o imperialismo, o racismo, o sexismo, como que resumindo o ideário de luta comum aos que eram tratados como “terroristas” por regimes autoritários.

A charge pode ser analisada sob a perspectiva do efeito da derrota da luta armada, que era uma memória não tão distante e, por isso, ainda dolorosa e mal digerida no meio estudantil naquele momento, o que pode explicar o tom pessimista da charge, que ironicamente conclui que “nada mudará. Até mesmo o terrorismo é uma alienação”. Uma possibilidade de leitura aponta para uma constatação de que, apesar do derramamento de sangue dos que se envolveram na luta armada, nada havia mudado e que, diante da impossibilidade de vencer o regime e de fazer “o povo despertar”, muitos acabavam por se conformar e deixar de ver sentido em continuar lutando.

Na edição 12 uma charge bastante conhecida de Jules Feiffer é reproduzida na página 12, mas com os elementos textuais adaptados ao contexto do Brasil. O teor do discurso chágico sugere uma crítica à alienação da sociedade.



Figura 22- Charge publicada na página 12 da edição nº 12, de maio de 1976

Inicialmente, a personagem se mostra entristecida e desanimada com o que chama de “desespero que assola o país”. Conforme reflete sobre ele, seu estado do ânimo vai se alterando para chegar a uma alegria exultante que a faz dançar ao concluir que é um tipo de desespero diferente, que não impede que se aproveite o fim de semana. O conjunto formado pelos elementos visuais e textuais sugere uma crítica à postura de uma grande parcela da sociedade, composta por pessoas que se alienavam buscando justificativas para fechar os olhos diante das evidências do mundo real e continuar levando a vida normalmente.

A análise das charges publicadas nas edições 9, 10, 11 e 12 permite concluir que a linguagem iconográfica teve grande importância no discurso de resistência dos estudantes que produziam o *Brado*. Com base na tese de Miani (2005), que entende a charge como representação humorística de caráter político, é possível afirmar que o jornal estudantil lançou mão desse elemento discursivo para emitir opinião, satirizar, denunciar

e criticar. Enfim, para marcar um posicionamento político de discordância e de protesto em relação à ditadura e às consequências das medidas autoritárias na sociedade e no ambiente universitário. A charge, portanto, pode ser entendida como um dos elementos da ação de microrresistência empreendida pelo Diretório Acadêmico Nelson Hungria com a produção do jornal estudantil.

CONCLUSÃO

“Hoje, consente quem cala: basta às prisões; basta de violência. Não mais aceitamos mortes como as de Vladimir Herzog, Manoel Fiel Filho e Alexandre Vannucchi Leme. [...] Porque não mais aceitamos as mordidas é que hoje exigimos a imediata libertação dos companheiros presos [...]. É por isso que conclamamos todos, neste momento, a aderirem a esta manifestação pública sob as mesmas e únicas bandeiras: fim às torturas, prisões e perseguições políticas [...]. Anistia ampla e irrestrita a todos os presos, banidos e exilados; pelas liberdades democráticas”.¹⁷¹

A volta dos estudantes às ruas, a partir de 1977, para confrontar a ditadura exigindo a volta das liberdades e a democratização do país foi precedida de uma luta de resistência difícil, urdida nos anos em que o regime tentou calar o movimento estudantil com uma série de medidas autoritárias e o uso da violência. A vigilância constante e a repressão impediram os estudantes de se manifestarem politicamente, mas eles encontraram novas formas de ação possíveis para continuar a luta.

Uma delas foi a imprensa estudantil, uma voz potente de resistência no período mais duro do regime, quando a atuação política dos estudantes era cerceada por medidas de exceção que impediam as manifestações de massa. Os protestos de rua que haviam ocorrido até 1968 deram lugar a formas de resistência menos ostensivas, mas nem por isso menos efetivas. Apesar da resistência, a força da repressão venceu em alguns momentos, deixando suas marcas na história do movimento estudantil. Segundo a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, dos 436 mortos e desaparecidos pela ditadura, 125 eram estudantes.¹⁷² Mas a obstinação foi maior e a luta foi levada adiante apesar dos riscos.

A produção de jornais, boletins, revistas e outros periódicos foi uma forma encontrada pelo movimento estudantil de se manter na arena política durante os anos de chumbo, uma maneira de adaptar-se ao contexto sem perder o foco nos objetivos que sempre guiaram sua ação. A quantidade de publicações e a diversidade da produção dos periódicos estudantis na década de 1970 são uma das evidências disso. E uma demonstração também de que, mesmo com as inúmeras investidas dos governos

¹⁷¹ Texto da carta aberta à população distribuída em forma de panfletos na manifestação estudantil de 3 de maio de 1977, realizada em São Paulo, que reuniu 10 mil estudantes e foi fortemente reprimida pela polícia militar. Disponível em <http://memoriasdaditadura.org.br/estudantes/>. Acesso em 08 jun. 2021.

¹⁷² Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Disponível em <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap6.html>. Acesso em 08 jun. 2021.

ditatoriais para impedir sua ação política, o movimento estudantil não foi calado e se manteve mobilizado.

Vertente da chamada imprensa alternativa, a imprensa estudantil foi, mais do que nunca, palco de ação política no período de recrudescimento da repressão. Enquanto a grande imprensa se calava e consentia, seja por causa da censura, seja por apoiar a ditadura, os alternativos e as publicações estudantis escancaravam em suas páginas o protesto, a crítica, a discordância com o regime. Lançando mão do humor, da linguagem irreverente, da charge, do visual gráfico ousado e muitas vezes agressivo, essas publicações denunciaram abusos e reivindicaram a volta das liberdades e a democratização do país.

Nesta dissertação buscamos demonstrar que o jornal *O Brado Universitário*, produzido entre 1973 e 1976 pelo Diretório Acadêmico Nelson Hungria, que representava os estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Estadual de Maringá, foi palco da ação política estudantil e pode ser entendido como uma estratégia de microrresistência, termo utilizado por Müller (2010) para definir as novas táticas de ação política que permitiram a continuidade da mobilização estudantil na luta contra a ditadura militar. Tanto que o jornal chamou a atenção da repressão e foi vigiado de perto pelos órgãos de informação, como demonstram documentos dos arquivos da DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social). O termo “microrresistência” aqui não tem o sentido de uma resistência menor ou menos efetiva, mas sim de novas táticas e estratégias de ação política dos estudantes.

Este trabalho foi dividido em quatro capítulos. No primeiro analisamos a atuação da imprensa alternativa em contraposição à da grande imprensa, relativizando a memória de resistência à ditadura que os grandes veículos de comunicação construíram em torno de si. Demonstramos que a imprensa comercial apoiou o golpe de Estado de 1964, colaborou e foi conivente com os governos militares, passando para a oposição somente quando não foi mais possível ignorar os crimes e as violações dos direitos humanos cometidos pelo regime. A imprensa alternativa, aqui incluída a imprensa estudantil, ao contrário, manteve uma postura de denúncia, de crítica e de confronto à ditadura.

Assim como ocorreu com a grande imprensa, as publicações alternativas também foram alvos da censura. Mas a ousadia era a marca registrada dos nanicos, que não se pautavam pelos interesses empresariais que tornaram os donos dos grandes veículos de comunicação aliados dos governos ditatoriais. Driblando a censura, e não raras vezes sendo duramente atingidas por ela, as publicações alternativas noticiavam os

fatos que a imprensa comercial ignorava ou publicava dando a versão oficial dos militares. Desta forma, os alternativos transformaram-se em espaço de organização política e ideológica das forças de oposição, especialmente da esquerda perseguida durante o período mais duro da repressão.

No segundo capítulo contextualizamos a atuação do movimento estudantil a partir do golpe de Estado de 1964 e demonstramos de que forma foi atingido pelas medidas de exceção da ditadura. Os governos militares criaram um arsenal jurídico autoritário para dismantelar o movimento estudantil, que incluíram a Lei Suplicy de Lacerda, que extinguiu a UNE e as UEEs, substituídas por entidades oficiais atreladas ao Estado; a reforma universitária, diametralmente oposta aos preceitos historicamente defendidos pelos estudantes e que teve o objetivo de desmobilizar politicamente os estudantes dentro das instituições de ensino superior; e o Decreto-Lei 477, que transpôs para o ambiente universitário as restrições e medidas de exceção do AI-5.

Neste contexto autoritário, o jornal estudantil assumiu um valor simbólico como ator político da resistência. Deixou de ser apenas um meio de expressão para se tornar instrumento de engajamento político e de organização daqueles que se opunham ao regime e não tinham como empreender uma luta aberta. O poder de mobilização dessas publicações era reconhecido pelos governos da ditadura, tanto que eram vigiadas de forma constante e muitas delas foram censuradas por abordarem temas polêmicos e considerados subversivos pelo regime. A imprensa estudantil foi uma ação de microrresistência por permitir que o movimento estudantil se mantivesse mobilizado e atuante, mesmo com todas as medidas autoritárias para calar sua voz, e, anos mais tarde, liderasse a volta dos movimentos sociais às ruas para lutar pela democratização do país.

No terceiro capítulo analisamos como se articulou o movimento estudantil na Universidade Estadual de Maringá, criada em 1969, já na vigência da reforma universitária. A instituição viveu um período de adaptação, herdando as estruturas das faculdades que a formaram, como o Diretório Acadêmico Nelson Hungria, responsável pela produção do jornal *O Brado Universitário*. Em 1975 a UEM ganhou um novo estatuto e uma reforma interna adaptou suas estruturas à legislação da reforma universitária. Foi, portanto, no contexto de uma legislação autoritária que o movimento estudantil se articulou dentro da instituição e neste processo a imprensa estudantil representou uma possibilidade concreta de resistência.

Também no terceiro capítulo iniciamos a análise das cinco edições de *O Brado* compiladas para a pesquisa – dos números 8 a 12, produzidas entre 1975 e 1976 –, com

o objetivo de demonstrar que o conteúdo publicado permite enquadrar o jornal estudantil como uma ação de microrresistência (MÜLLER, 2010). O recorte da amostragem das edições se deu a partir da disponibilidade do material em arquivos particulares mantidos por dois ex-acadêmicos que participaram da produção do jornal em períodos diferentes, uma vez que não houve arquivamento por parte da UEM e nem do DANH. As edições do número 1 ao 7 acabaram se perdendo.

Nas edições analisadas, o jornal estudantil tratou não apenas de temas relacionados à educação, como os aumentos das anuidades, o processo de elitização da universidade, a defesa da gratuidade do ensino, o cerceamento político dos estudantes. Também colocou em debate temas relacionados à ditadura que afetavam toda a sociedade, com matérias críticas às medidas autoritárias do AI-5 – ainda em vigor e dando verniz legal à violência da repressão – ao baixo valor do salário mínimo, à pobreza do Brasil.

As duas primeira edições analisadas, números 8 e 9, de abril e novembro de 1975, demonstram que, mesmo com uma abordagem cautelosa, o jornal estudantil não deixou de criticar a ditadura num momento de grande tensão política e em que a repressão e a violência do Estado impediam manifestações abertas de repúdio. Com sutileza e utilizando metáforas, os estudantes imprimiam sua voz de protesto nas páginas do informativo e, desta forma, marcavam sua posição de resistência. É possível supor que os estudantes evitaram o discurso de enfrentamento direto nessas edições para garantir a sobrevivência do jornal.

A edição número 10 foi um momento de virada do jornal e a abordagem cautelosa cedeu lugar à crítica aberta à ditadura. O jornal duplicou o número de página, passando de 8 para 16. A edição foi produzida e circulou em março de 1976, momento em que o quadro político do país começava a passar por transformações. A pressão exercida pelo próprio movimento estudantil, que retomava as manifestações políticas a partir das universidades, ajudou a pavimentar o caminho que conduziria ao retorno das grandes manifestações pela democratização do país a partir de 1977. O processo de distensão foi complexo, teve idas e vindas, mas só avançou por causa da pressão das forças políticas e sociais de oposição, tendo o movimento estudantil ocupado papel de destaque. A imprensa estudantil foi fundamental nesse processo, como aglutinadora das ações de luta, como porta-voz de denúncias e críticas que começavam a se acirrar no meio estudantil.

Indiscutivelmente, a adoção de um tom de crítica aberta a partir da edição número 10 foi possível graças ao novo momento político. Mas teve também grande peso

a mudança ocorrida na equipe que produzia o jornal. Os novos editores assumiram com a decisão de dar uma nova abordagem, mais agressiva, ao jornal. Da edição número 10 até a última, a de número 12, que circulou em maio de 1976, a publicação estudantil adotou uma postura frontalmente crítica, assumindo uma posição política inequívoca de resistência à ditadura militar.

A análise das edições demonstrou também que a charge ocupou lugar de destaque como discurso de protesto em *O Brado*. Como representação humorística de caráter político, foi utilizada para emitir opinião, satirizar, denunciar. Esse gênero discursivo começou a ser utilizado a partir da edição número 9 para marcar uma posição crítica e para opinar sobre temas políticos e sociais, e também sobre assuntos relacionados à vida acadêmica na UEM. A linguagem iconográfica foi, como demonstraram as edições estudadas, um elemento importante para demarcar a posição política de resistência dos estudantes representados pelo Diretório Acadêmico Nelson Hungria.

A partir da análise do jornal *O Brado Universitário* concluímos que a imprensa estudantil foi uma ação de microrresistência dos estudantes da Universidade Estadual de Maringá num momento em que a ação política precisava ser estrategicamente calculada e em que as manifestações de oposição e protesto eram silenciadas pela legislação autoritária e a repressão violenta. Pelo teor crítico e de denúncia e por defender bandeiras históricas do movimento estudantil que confrontavam a ideologia dos militares, o jornal estudantil, que deixou de circular em 1976 depois da extinção compulsória dos diretórios acadêmicos pela reforma interna da UEM, representou um foco relevante de resistência em Maringá nos anos mais duros da ditadura militar.

REFERÊNCIAS

Documentais

Jornais

O Brado Universitário edições: nº 8, ano III, abril de 1975; nº 9, ano III, novembro de 1975; nº 10, ano IV, março de 1976; nº 11, ano IV, abril de 1976; e nº 12, ano IV, maio de 1976.

Correio da Manhã (Rio de Janeiro), edição de 31 de março de 1964. Disponível em < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-03/artistas-precisaram-usar-metaforas-para-criticar-o-regime-militar> > Acesso em 12 dez. 2020.

Correio da Manhã (Rio de Janeiro), edição de 1º de abril de 1964. Disponível em < <https://conteudo.imguol.com.br/blogs/92/files/2014/03/000-correio.png> > Acesso em 12 dez. 2020.

O Globo (Rio de Janeiro), edição de 2 de abril de 1964. Disponível em < <https://conteudo.imguol.com.br/blogs/92/files/2014/03/press-o-globo-2-de-abril-de-1964.png> > Acesso em 12 dez. 2020.

Tribuna da Imprensa (Rio de Janeiro), edição de 14 de março de 1964. Disponível em < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_02&Pesq=Rio%20de%20Janeiro,%2014%20de%20mar%c3%a7o%20de%201964&pagfis=15627 > Acesso em 12 dez. 2020.

Documento

Relatório Informação nº 123/77 – ASI/FUEL, de 6 de dezembro de 1977, Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Estadual de Londrina. Serviço Nacional de Informações - Informação n. 739/116/ACT/77. 19 de maio de 1977. Disponível no Sian - Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

Depoimentos

MAIOR, Laércio Souto. Depoimento [dez.2017]. Entrevistadora: Regina Célia Daefiol. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2021. 2 arquivos mp4 (97 min.).

MAIOR, Laércio Souto. Depoimento [maio .2021]. Entrevistadora: Regina Célia Daefiol. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2021. Questionário eletrônico (4 perguntas).

SANTOS, Edilson Pereira. Depoimento [out. 2019]. Entrevistadora: Regina Célia Daefiol. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2021. Questionário eletrônico (4 perguntas).

SANTOS, Edilson Pereira. Depoimento [fev. 2021]. Entrevistadora: Regina Célia Daefiol. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2021. Questionário eletrônico (7 perguntas).

SANTOS, Edilson Pereira. Depoimento [ago. 2021]. Entrevistadora: Regina Célia Daefiol. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2021. Questionário eletrônico (3 perguntas).

Bibliografia

ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral** - Possibilidades para além da construção do passado. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, p. 1-13. 1996.

ALBUQUERQUE JR, Durval. M. Fazer Defeitos nas Memórias: para que servem a escrita e o ensino da história? In: GOLÇALVES, M. A., et al. **Qual o valor da História hoje?** Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 21-39.

ALMEIDA, Magdalena M. de. História Oral e formalidade metodológicas. In: *Anais do XI Encontro Nacional de História Oral - Memória, Democracia e Justiça*, da Associação Brasileira de História Oral. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1332442488_ARQUIVO_ABHOHistoriaoraleformalidadesmetodologicas.pdf>. Acesso em 25 maio 2021.

AMORIM, Bianca. R. P. O lado obscuro dos "jornalões": A memória midiática sobre Ernesto Geisel e a possibilidade de redenção. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá, junho 2014.

_____. Ernesto Geisel, ditador ou democrático? A construção de consensos sobre o “pai” da abertura política no Brasil. In: GRINBERG, L.; ARAÚJO, M. P. N.; QUADRAT, S. (). **50 anos do golpe. Debates discentes**. Niterói: PPG-Universidade Federal Fluminense, 2016. p. 53-60.

ARAÚJO, Maria. Paula. N. **A utopia fragmentada**. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

AZAMBUJA, Luciano D. Crítica das fontes: historiografia para o ensino e aprendizagem de História de Santa Catarina. In: *Anais do XVIII Simpósio Nacional de História da Anpuh*, Florianópolis, Julho 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434397952_ARQUIVO_ANPUH2015ARTIGOLUCIANODEAZAMBUJA.pdf>. Acesso em 25 maio 2021.

BAREL, Moisés S. Ernesto Geisel: a imagem pública do Presidente que não gostava da mídia. *Anais do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*, São Paulo, Maio 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2008/resumos/R9-0543-1.pdf>>. Acesso em 10 abr. 2021.

BARROS, José D. Fontes históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a pesquisa histórica. **Mouseion**, Canoas, v. 12, p. 129-159, mai./ago. 2012.

BESAGIO, Natália M. **Resistência impertinente: a subversão do regime no humor de Ziraldo**. 2017. 168f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

BIOGRAFIAS da resistência. **Memórias da ditadura**. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/manoel-fiel-filho/>>. Acesso em 18 Fev. 2021.

BRASIL, Bruno. Por um mundo livre e menos “careta”: a imprensa alternativa durante o regime militar. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 124, p. 7-20, 2007.

CAPELATO, Maria Helena K. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, Alessandra. "Democracia e desenvolvimento" versus "Segurança e desenvolvimento": as eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970. **Varia Historia**, Belo Horizonte, jul./dez. 2012. 555-572.

CHAMMAS, Eduardo Z. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012.

DIAS, Reginaldo B. **Uma universidade de ponta-cabeça: a ocupação da reitoria e a luta dos estudantes da UEM pela gratuidade do ensino e pela democratização da universidade**. Maringá: EDUEM, 2008.

_____. O Movimento Estudantil na Universidade Estadual de Maringá - UEM (1970-1987). **Revista Espaço Acadêmico Maringá**, Maringá, v. 124, 2011. P.85-96
Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/>>. Acesso em 04 ago. 2020.

_____. A cidade sob vigilância: Maringá (PR) nos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Paraná (1947-1981). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 22, p. 7-33, 2017. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>>. Acesso em 04 ago. 2020.

_____. **A face esquerda da cidade: estudos sobre a história de movimentos, partidos e personagens do campo político de esquerda em Maringá (1947-2000)**. Curitiba: CRV, 2018.

_____. A Ação Popular (AP) nos processos judiciais reunidos pelo Projeto “Brasil: Nunca Mais”. **Diálogos**, Maringá, 2019. 109-133.

DREIFUSS, René A. **1964, a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FELISMINO, José Antonio Tadeu. **Jornal Poeira, história e memórias**. 2016. 264 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 2016.

FERREIRA, Marieta de M. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, p. 111-124, mai./jun. 2000.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, p. 29-60, 2004.

_____. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico [entrevista realizada em 24 de julho, 2013]. Entrevistadores: Silvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer, Reinaldo Lindolfo Lohn. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, p. 464-483, Jul./Dez. 2013.

FRANZON, Sadi. **Os acordos MEC-USAID e a reforma universitária de 1968 - As garras da água na legislação de ensino brasileira**. XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Curitiba: [s.n.]. 2015. p. 40620-40632. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21202_9057.pdf. Acesso em 04 abr. 2021.

GONÇALVES, Vanessa.; RODRIGUES, Alana.; CALDAS, Edson. AI-5 implantou terror e censura à imprensa. **Portal Imprensa**, dez. 2013. Disponível em: <<https://portalimprensa.com.br/noticias/brasil/62744/especial+ai+5+implantou+terror++censura+a+imprensa>>. Acesso em 1º. ago. 2019.

HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCS, L. M. **A história da vida privada no Brasil, volume 4**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 439-488.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro Fontes Históricas como fonte. In: PINSKY, Carla B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

KOERNER, Andrei. Um Supremo coadjuvante: A reforma judiciária da distensão ao Pacote de Abril de 1977. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 37, p. 81-97, Abril 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-3300201800>. Acesso em 10 mar. 2021.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**. São Paulo: Página Aberta, 1991.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. 428f. 2001. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2001.

LACERDA, Gislene E. **O movimento estudantil e a transição democrática brasileira: memórias de uma geração esquecida**. 216f. 2015. Tese (Doutorado em História), Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LARA, José Victor de. **Revolução às margens do capitalismo: A Aliança para o Progresso no Nordeste do Brasil, 1961-1964.** 194f. 2019. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

LUCA, Tania Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2008.

MAIOR, Laércio S. O libertário que introduziu a charge política na imprensa maringaense. Blog Laércio Souto Maior. Maringá, 10 set. 2017. Disponível em <<https://laerciosoutomaior.medium.com/o-libert%C3%A1rio-que-introduziu-a-charge-pol%C3%ADtica-na-imprensa-maringaense-991d30347134>>. Acesso em 14 abr. 2021.

MAIOR, Laércio Souto. DHPAZ Paraná - Depoimentos para a História. Youtube, 19 out. 2013. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=qRLe9NgPsvM>>. Acesso em 22 mar.2021.

MANSAN, Jaime V. **Subversivos: Ditadura, controle social e educação superior no Brasil (1964-1988).** 366f. 2014. Tese (Doutorado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MARTINS FILHO, José Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968.** Campinas: Papirus, 1987.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista.** 2005. Tese (Doutorado em História). Assis-SP: Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista, 2005.

_____. Charge: uma prática discursiva e ideológica. **9ª Arte**, São Paulo, v. v. 1 , p. 37-48, 2012.

MONTAGNARI, Eduardo. Entre trotes e bailes. In: SHEEN, M. R. C. C. (). **Recortes da história de uma universidade pública: o caso da Universidade Estadual de Maringá.** Maringá: EDUEM, 2001. p. 101-153.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise pragmática da narrativa jornalística.** Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOTTA, Rodrigo P. S. A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação. **Ciência e Cultura**, São Paulo, out./dez. 2014. p. 21-26.

_____. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MÜLLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979).** 2010. 267f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São. São Paulo; Paris. 2010.

MUNHOZ, Sidnei. J. **Guerra Fria: história e historiografia**. Curitiba: Appris, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. **1964, história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NORA, P. et al. Entre a memória e a história: A problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo v. 10, 1993.

PASSARINI, Luisa. A “lacuna” do presente. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO Janaína. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro : FGV , 2006.

PEREIRA, Carlos Eduardo da S. “Nada consta!”: uma perspectiva historiográfica sobre o atestado de ideologia política (1931-1952 e 1967-1979). **Revista Oficina do Historiador**, Porto Alegre, jul-dez 2019.

POERNER, Arthur José. **O Poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 14, fev. 1997. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>>. Acesso em 01 out. 2020.

PRIORI, A. et al. A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais. In: PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012. p. 199-213. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-15.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2020.

REIS, Daniel A. **Ditadura militar e revolução socialista no Brasil**. VI Semana Acadêmica de História, América Latina: ditaduras. Niterói, 2006. p. 1-18.

REIS, Daniel A.; ROLLEMBERG, Denise. Censura nos meios de comunicação. **Memórias reveladas**, 2009. Disponível em: <<http://memoriasreveladas.gov.br/campanha/censura-nos-meios-de-comunicacao/>>. Acesso em 31 março 2021.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: MOTTA, Rodrigo P. S. et al. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROMUALDO, Edson Carlos. **Charge jornalística: intertextualidade e polifonia - Um estudo de charges da Folha de S. Paulo**. Maringá: EDUEM, 2000.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro : FGV, 2006.

_____. **A última catástrofe**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SACCHETTA, Vladimir. Imprensa alternativa. In: ROIO, José Luiz D. et al. **As capas desta história: a imprensa alternativa, clandestina e no exílio, no período 1964-1979 (do golpe à anistia)**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2011.

SINGER, Paul. O Milagre Brasileiro - causas e conseqüências. **Caderno Cebrap. nº 6**, São Paulo, 1972.

THOMPSON, Edward. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 19, p. 27-48, 2004.

VALLE, Maria R.; MÜLLER, Angélica. O Movimento Estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969-1979). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, n. 76, p. 193-196, set./dez. 2017.

ZAPARTE, Andréia. **A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba – Paraná (1964-1969)**. 2011. 177f. Dissertação (Mestrado em História, Poder e Práticas Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.